

DAYANE ROUSE NEVES SOUSA

**TRANSFORMAÇÕES NA VIDA DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS A
PARTIR DA CRIAÇÃO DA RESEX DO EXTREMO NORTE DO
ESTADO DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2015

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

S725t
2015
Sousa, Dayane Rouse Neves, 1988-
Transformações na vida das populações tradicionais a partir
da criação da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins /
Dayane Rouse Neves Sousa. – Viçosa, MG, 2015.
xii, 111f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.100-106.

1. Ecologia humana. 2. Interações sociais. 3. Reserva
Extrativista do Extremo Norte (TO). I. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de
Pós-graduação em Extensão Rural. II. Título.

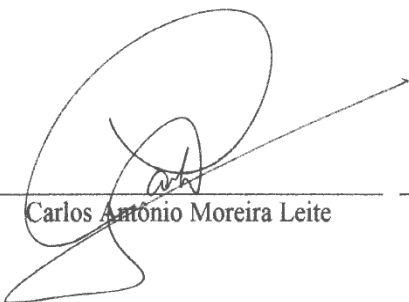
CDD 22. ed. 304.2


DAYANE ROUSE NEVES SOUSA

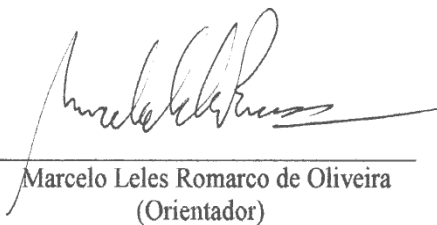
**TRANSFORMAÇÕES NA VIDA DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS A
PARTIR DA CRIAÇÃO DA RESEX DO EXTREMO NORTE DO
ESTADO DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Extensão
Rural, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

APROVADA: 26 de junho de 2015.


Carlos Antônio Moreira Leite


José Ambrósio Ferreira Neto


Marcelo Leles Romarco de Oliveira
(Orientador)

Dedico esse trabalho ao meu querido irmão
Diego Sousa por se fazer tão presente na minha
vida, mesmo longe fisicamente, e por me ensinar
a acreditar que “*Tudo posso* Naquele que me
fortalece” (Fl. 4,13).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, às famílias da Resex do Extremo Norte, sujeitos desta pesquisa, que receberam nossa equipe durante o trabalho de campo com muito carinho e que estiveram, a todo o momento, disponíveis para contribuir com a execução deste estudo.

Ao Lino, analista do ICMBio responsável pela gestão da Resex do Extremo Norte no momento da execução da pesquisa de campo, que me acompanhou nas visitas às comunidades e à esta Unidade de Conservação. Pessoa com quem tive várias conversas sobre esta Resex e que, desde o primeiro contato, reconheceu a importância da realização desta pesquisa.

Ao professor Marcelo Romarco que, desde a graduação, vem me orientando no âmbito acadêmico, além de ser amigo e pai. Meus sinceros agradecimentos pelos ensinamentos, oportunidades e crescimento durante essa trajetória acadêmica. Obrigada por acreditar no meu potencial e por me convidar a participar da equipe de trabalho do convênio UFV/ICMBio.

Ao professor Ambrósio, pelos conselhos e ensinamentos nessa minha trajetória acadêmica e por me aceitar a fazer parte da equipe de trabalho do convênio UFV/ICMBio. Também quero agradecer pelas sinceras contribuições nas bancas de defesa do projeto e da dissertação.

Ao professor Carlos Leite, pelos ensinamentos no trabalho realizado com as famílias da Resex Chico Mendes e pelas considerações na banca de defesa da dissertação. Muito obrigada!

Aos funcionários do Departamento de Economia Rural, em especial, Romildo, Tedinha, Cassiana, Carminha, Helena, Leony, Russo, Otto, Brilhante e dona Maria, que acompanharam a minha trajetória acadêmica e que sempre estiveram dispostos a me ajudar de forma tão carinhosa e atenciosa. Meu “muito obrigada”!!!

Ao CNPq, pela concessão das bolsas.

Aos meus colegas, Diego Camelo, Thais e Fernanda, que me ajudaram na pesquisa de campo. Obrigada pelo companheirismo e carinho. Com vocês do meu lado, nesta etapa da pesquisa, foi mais fácil desvendar o novo que surgia, a realidade da Resex do Extremo Norte.

À Natália Aragão, minha debatedora do seminário da dissertação, minha amiga e, no final do meu ciclo acadêmico, com a maternidade afluída por conta da chegada da Júlia, por exercer o instinto materno comigo. Gostaria de agradecer pelas conversas, abraços, conselhos, incentivos, leituras da dissertação e contribuições na mesma. Foi ótimo ter você do meu lado nesta minha conquista do título de mestre.

Aos colegas do mestrado, por todo o apoio e companhia compartilhados nesses anos. Agradeço, especialmente, aos amigos Edna, Solange, Rose, Poliana, Amábile, Aline, Nayhara, Marlene, Marina, Marcelo, Márcia, Nilson e Priscila Barbosa, presenças que sempre me alegraram.

Agradeço aos meus queridos e eternos amigos, Bruno Fonseca e Cristina Caetano. Com o carinho fraterno de vocês a minha caminhada na cidade de Viçosa tornou-se mais leve, mais corajosa e mais feliz. Amo vocês!!! Obrigada pelas conversas, incentivos, risadas, almoços, lanches, além das mensagens no Facebook: “Dayane, como você está?”. Vocês não sabem como foi importante a presença dos mesmos na minha vida. Amigos são coisas para se guardar do lado esquerdo do peito.

À minha querida amiga, Geusa, ou melhor, anjo que Deus colocou na minha vida. Obrigada por sempre me acolher com afeto e carinho. Você não sabe o quão foi especial na minha vida, principalmente, por me ajudar a finalizar este ciclo acadêmico.

Às amigas, Camila, Érica e Mariny, que, mesmo longe, sempre se preocuparam comigo. Obrigada por se fazerem presentes e por me darem forças para enfrentar meus medos.

Ao meu amado, Diego Mello, meu namorado, por acreditar no nosso amor e por me tranquilizar com seu amor nos momentos de maiores aflições. Muito obrigada pela amizade, amor, alegria, incentivo, confiança e pelo cuidado que sempre demonstrou comigo.

Agradeço à minha família pelo amor a mim doado. Em especial, aos meus pais, Léo e Sirlei, e aos meus padrinhos, Reinaldo (in memoriam) e Tania, por acreditarem nos meus sonhos e por me darem forças para superar os meus medos. E, também, à minha irmã, Mayra, por ser meu porto seguro, e ao meu irmão, Bruno, pelo apoio.

E, finalmente, a Deus, meu pai, presença constante em minha vida. Obrigada por me orientar e ser luz na minha vida!!! Chego ao fim desta trajetória de vida com a certeza que o Senhor me capacitou para ser uma pessoa melhor.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE SIGLAS	ix
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO.....	1
1 ABORDAGEM METODOLÓGICA	5
1.1 Caracterização da área de estudo	5
1.2 As fases da pesquisa	7
1.3 Os participantes da pesquisa	10
2 A CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS NO BRASIL	12
3 QUESTÃO AGRÁRIA E CONFLITOS: O CASO DA RESEX DO EXTREMO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS	21
3.1 Uma breve apresentação sobre os conflitos pelo acesso a terra no Brasil	21
3.2 O processo de ocupação e lutas no Bico do Papagaio	29
3.3 A criação da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins e seus desdobramentos	38
3.4 Conflitos ambientais	50
4 PERCEPÇÕES SOBRE A CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE	57
4.1 O extrativismo do babaçu e a relação com a terra	57
4.2 Perfil dos extrativistas da Resex do Extremo Norte	74
4.2.1. Ocupação, Renda e Programas Sociais.....	77
4.2.2 Moradia	82
5. PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICES	107
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	107
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	108

ANEXOS.....	109
ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DO ICMBIO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO NA RESEX DO EXTREMO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS.....	109
ANEXO B – REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO COM A LOCALIZAÇÃO DOS SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações sobre os entrevistados.....	11
Quadro 2 – Informações sobre as Reservas Extrativistas Federais	17
Quadro 3 – Informações sobre a produção do babaçu dos extrativistas da Resex do Extremo Norte (referentes a safra de 2013).....	64
Quadro 4 – Principais mudanças ocorridas nos modos de vida da população tradicional em estudo a partir da.....	88

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins	6
Figura 2 – Locais onde moram as famílias da Resex do Extremo Norte (2014).....	7
Figura 3 – Vítimas fatais de conflitos ocorridos no campo (Brasil, 1985-1996)	28
Figura 4 – Localização das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica no Brasil.....	35
Figura 5 – Placa da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins dentro do território	49
Figura 6 – Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins com destaque	53
Figura 7 – Babaçu (1) e seus derivados (carvão (2), torrefação das amêndoas para produção do azeite (3) e sabão (4)) encontrados nas residências das famílias extrativistas	60
Figura 8 – Extrativistas realizando a atividade da quebra do coco	61
Figura 9 – Fachada da sede da Usina de Beneficiamento da Produção do Óleo Babaçu	67
Figura 10 – Produção do óleo de babaçu da Usina (Povoado Vinte Mil, 2014)	68
Figura 11 – Paisagem da Resex do Extremo Norte com destaque para área de pastagens (2014)	72
Figura 12 – Paisagem da Resex do Extremo Norte com destaque para área das palmeiras de babaçu queimadas (2014)	72
Figura 13 – Faixa etária da população da Resex do Extremo Norte (2014).....	75
Figura 14 – Níveis de escolaridade da população da Resex do Extremo Norte (2014) .	76
Figura 15 – Principais ocupações da população da Resex do Extremo Norte (2014)....	77
Figura 16 – Renda mensal das famílias extrativistas da Resex do Extremo Norte	79
Figura 17 – Renda mensal dos benefícios e programas sociais recebidos pelos extrativistas.....	80
Figura 18 – Padrão construtivo de casa de taipa (Resex do Extremo Norte, 2014)	83
Figura 19 – Quarto da casa de taipa (Resex do Extremo Norte, 2014)	84
Figura 20 – Sala da casa de taipa (Resex do Extremo Norte, 2014)	84
Figura 21 – Casa do Projeto das Casas das Quebradeiras (Povoado Centro do Firmino, 2014).....	85

LISTA DE SIGLAS

ARENT – Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte
CCDRU – Contrato de Concessão de Direito Real do Uso
CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EUA – Estados Unidos da América
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA – Instituto Socioambiental
ITERTINS – Instituto de Terras do Tocantins
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco
MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPF – Ministério Público Federal
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA's – Projetos de Assentamentos
PAE – Projetos de Assentamentos Extrativistas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
RESEX – Reserva Extrativista
SEA – Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
SNUC – Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza
STTR-CB – Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Carrasco Bonito
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TCU – Tribunal de Contas da União
UDR – União Democrática Ruralista

UC – Unidade de Conservação

UFV – Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

SOUSA, Dayane Rouse Neves, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2015. **Transformações na vida das populações tradicionais a partir da criação da Resex do Extremo Norte do estado do Tocantins.** Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

Este estudo teve como objetivo analisar as transformações ocorridas na vida das populações tradicionais que têm relação com a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins a partir da criação desta Unidade de Conservação, buscando identificar as mudanças nos modos de vida de tal população e, também, entender quais foram os prós e os contras deste episódio para estas famílias. A metodologia escolhida foi o estudo de caso e foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: (a) pesquisa bibliográfica e levantamento de dados secundários; (b) entrevistas realizadas com pessoas ligadas a esta Resex, indivíduos que se autodeclaram como beneficiários e analista ambiental responsável por esta Unidade de Conservação; e (c) análise das informações do UFV/ICMBio referente à Resex do Extremo Norte. Os resultados indicam que, passados 22 anos de existência da Resex, as famílias ainda não moravam dentro da área desta Unidade de Conservação, mas em comunidades do entorno, o que tem contribuído para a intensificação na disputa pelos recursos e para os conflitos entre população tradicional e fazendeiros. Desta maneira, o que se percebe é que esses anos de indefinição da efetivação da Resex do Extremo Norte têm trazido consigo diversos problemas, uma vez que a falta de regulamentação e fiscalização suficiente permite o aumento do desmatamento dos babaçuais para a expansão da pecuária. Além disso, deixa uma importante fonte de renda nas mãos dos fazendeiros em detrimento das famílias tradicionais. Apesar disso, determinadas políticas públicas (Habitação e Transferência de Renda – Bolsa Verde), destinadas especialmente às populações tradicionais que são beneficiárias das Reservas Extrativistas, têm sido acessadas por algumas dessas famílias, fazendo com que elas sintam, mesmo que indiretamente, alguns benefícios da existência desta Resex em suas vidas.

ABSTRACT

SOUSA, Dayane Rouse Neves, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2015. **Changes in the life of traditional populations from the creation of Resex in the Far North of Tocantins State.** Adviser: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

This study aimed to analyze the changes occurred in the life of traditional populations that are related to the Extractive Reserve in the Far North of Tocantins State from the creation of this Conservation Unit seeking to identify changes in ways of life of this population and, also, to understand what were the pros and cons of this episode for these families. The chosen methodology was the case study and were used the following data collection instruments: (a) bibliographic research and survey of secondary data; (b) interviews with persons related to this Resex, individuals who declared themselves as beneficiaries and environmental analyst responsible for this Conservation Unit; and (c) analysis of the UFV information / ICMBio referring to Resex in the Far North. The results indicate that after 22 years of existence of Resex the families still did not live within the area of this Conservation Unit, but in surrounding communities, which has contributed to the intensification in dispute for resources and conflicts between traditional population and farmers. In this way, what we see is that those years of indefiniteness of the effectiveness of the in the Far North Resex have been brought with many problems, since the lack of regulation and insufficient supervision allows increased deforestation of babassu areas for the expansion of livestock. It also leaves an important source of income in the hands of farmers to the detriment of traditional families. Despite this, certain public policies (Housing and Income Transfer - Green Grant), especially targeted at traditional populations that are beneficiaries of the Extractive Reserves have been accessed by some of these families, making them feel, even if indirectly, some the benefits of existence of Resex in their lives.

INTRODUÇÃO

A discussão a respeito das populações tradicionais¹ que residem nas Reservas Extrativistas da região da Amazônia Brasileira faz parte da formação acadêmica da autora desde o ano de 2013, quando a mesma começou a participar da pesquisa “Apoio ao processo de identificação das famílias beneficiárias e diagnóstico socioprodutivo em Unidades de Conservação Federais”, fruto do Termo de Cooperação firmado entre a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Durante os anos de 2013 e de 2014, a pesquisadora realizou trabalhos de campo nas Reservas Extrativistas Riozinho da Liberdade-AC, Chico Mendes-AC e Rio Cajari-AP que trouxeram alguns questionamentos sobre as populações tradicionais que residem nesses locais, fato que a motivou desenvolver esta pesquisa.

Entre estes questionamentos, um que chamou atenção referiu-se às possíveis transformações ocorridas nas comunidades a partir da criação de uma Reserva Extrativista (Resex). Outra reflexão, que essas experiências trouxeram à pesquisadora, foi pensar na contribuição que as Reservas Extrativistas exercem quando se trata da conservação ambiental desses territórios, como no caso das especificidades da Região Amazônica, visto que esta área geográfica está nas discussões relacionadas ao meio ambiente e às formas de desenvolvimento que vêm sendo promovidas nessa região, seja na esfera acadêmica, política, econômica ou dos movimentos ambientalistas e sociais. Nessas discussões, percebe-se que ocorrem mudanças de concepções sobre os modos de lidar com o uso dos recursos naturais da Amazônia e com as populações tradicionais.

Nesse sentido, uma das ações ocorridas, e que permitiu mudanças nessa região, foi a luta do movimento dos seringueiros, na década de 1980, que teve como lideranças, mais conhecidas, Chico Mendes e Wilson Pinheiro, no Estado do Acre; Pedro Ramos, no Estado do Amapá; e Dona Raimunda Quebradeira de Coco, no Estado do Tocantins, entre outras, que contribuíram na defesa dos direitos dos povos da Amazônia, bem

¹ Do ponto de vista da legislação, entende-se, como populações tradicionais, “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Diante desta definição de populações tradicionais, estão inclusos: quebradeiras de coco, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quilombolas, pescadores artesanais, entre outros grupos (BRASIL, 2007).

como para a garantia de seus territórios. Em 1987, época em que formulou o conceito de desenvolvimento sustentável que originou o documento intitulado Relatório Nosso Futuro Comum, entrou em destaque uma nova forma de usar os recursos naturais e os territórios, principalmente, da Amazônia, tendo em vista que esse conceito orientou as discussões ambientais no Brasil. Este documento apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele capaz de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, sem comprometer as futuras gerações. Em 1990, foram criadas, no Brasil, as primeiras Reservas Extrativistas.

Conforme explana Allegretti (2008, p. 2) a criação das Resex's foi, principalmente, a concretização das propostas dos seringueiros por meio de uma política pública específica de "Reforma Agrária" e proteção dos territórios e recursos naturais para as populações que moravam e utilizavam esses espaços. Este fato é fruto de um processo de mobilização social ocorrido na Amazônia Brasileira entre as décadas de 1980 a 1990. Nesta ação de mobilização social têm-se, como principais atores sociais, os seringueiros, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, castanheiros e quebradeiras de coco babaçu. Estes, de acordo com a autora, "são grupos sociais pobres e marginalizados, sem poder econômico nem força política, que têm em comum o fato de depender dos recursos naturais (lagos, florestas, rios, mar, cerrados) para obter a própria subsistência".

Nesse sentido, as Resex's têm um papel fundamental de minimizar a degradação do meio ambiente e diminuir o processo de exclusão de determinados grupos da sociedade, além de garantir o território para uso desses grupos. No bojo das políticas públicas ambientais, as Reservas Extrativistas estão no grupo das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, são caracterizadas como espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder público com uso concedido às populações tradicionais por meio do Contrato de Concessão de Direito Real do Uso (CCDRU), que permite o uso sustentável dos recursos naturais por esses atores.

A Reserva Extrativista, como um tipo específico de Unidade de Conservação (UC), foi regulamentada pelo Presidente da República José Sarney por meio do Decreto nº. 98.897, de 30 de janeiro de 1990, tendo como órgão gestor o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A partir de agosto de 2007, esta função foi assumida pelo ICMBio². Até junho de 2015 existiam, no Brasil, 62

² O ICMBio foi criado com a finalidade de fazer a gestão das Unidades de Conservação.

Reservas Extrativistas Federais, dentre elas, terrestres e marinhas. Deste total, aproximadamente 80% estão localizadas na Região Amazônica (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA, 2015).

Dentre as Resex's existentes, o presente estudo investigou a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins, criada no dia 20 de maio de 1992, localizada no Estado do Tocantins, nos municípios de Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito e Sampaio. A escolha desta reserva justifica-se em razão de ser a única UC, no âmbito federal, localizada no território do Bico do Papagaio, região com intensos conflitos por terra entre as décadas de 1950 a 1990.

Assim sendo, o objetivo deste estudo foi analisar as transformações ocorridas na vida das populações tradicionais que têm relação com a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins a partir da criação desta UC, buscando identificar as mudanças nos modos de vida de tal população e, também, entender quais foram os prós e os contras deste episódio para estas famílias.

Para isso, utilizou-se, como suporte conceitual, a Teoria dos Conflitos, sobretudo, os denominados fundiários e ambientais, em razão da luta pela terra e pelos recursos naturais ser os pontos fundamentais para as discussões sobre a criação das Reservas Extrativistas no Brasil e, ainda, por retratar a história da população tradicional que tem relação com a Resex do Extremo Norte.

Deste modo, esta dissertação está organizada em cinco capítulos, além desta Introdução e das Considerações finais. No Capítulo 1, Abordagem metodológica, faz-se uma abordagem dos aspectos metodológicos da presente pesquisa e, ainda, uma caracterização da área de estudo, evidenciando os aspectos territoriais e populacionais da Resex do Extremo Norte.

O Capítulo 2, intitulado A criação das Reservas Extrativistas no Brasil, aborda a discussão sobre o processo histórico de criação das Reservas Extrativistas no Brasil, bem como o cenário atual desta categoria de UC. Também foram apresentadas, neste capítulo, questões sobre meio ambiente no âmbito mundial e nacional.

O Capítulo 3, Questão agrária e conflitos: o caso da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins, retrata a discussão sobre a questão agrária no Brasil e na região do Bico do Papagaio, uma vez que o acesso a terra e sua posse é objeto conflituoso para o afloramento de confrontos entre grupos sociais, principalmente, o denominado conflito por terra. Também traz referências teóricas sobre este tipo de conflito, tão comum no país e que vem ocorrendo durante ao longo de vários séculos. Ainda neste capítulo,

abordou-se a discussão do processo de criação da Resex do Extremo Norte até sua atual condição, bem como o debate teórico em torno dos conflitos ambientais, um tipo de embate que envolve meio ambiente e sociedade.

O Capítulo 4, Percepções sobre a criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte, apresenta, numa perspectiva histórica e analítica, a possibilidade de entender como era o cotidiano e os modos de vida da população tradicional em estudo e sua relação com a Resex do Extremo Norte frente às mudanças ocorridas em suas vidas e tendo como principal evento catalisador das transformações a criação desta Unidade de Conservação.

O Capítulo 5, Percepções e perspectivas sobre o futuro da Reserva Extrativista do Extremo Norte, busca realizar uma discussão acerca das percepções e perspectivas sobre o futuro da população tradicional em estudo e sua relação com a Resex do Extremo Norte frente à garantia dos seus direitos em razão da criação deste território, bem como os (des)compassos da existência deste espaço diante de suas finalidades.

Por fim, são expostas as Considerações finais sobre as transformações ocorridas na vida da população tradicional que tem relação com a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins a partir da criação desta Unidade de Conservação.

1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A estratégia metodológica adotada na presente pesquisa foi o estudo de caso da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins.³ Baseado nas observações de Ventura (2007), o estudo de caso é exemplar por ser significativo, completo, considerar perspectivas e alternativas, apresentar evidências suficientes e ser elaborado de uma maneira atraente e única, por ser um caso específico e exclusivo.

1.1 Caracterização da área de estudo

Conforme mencionado, a pesquisa foi realizada junto às famílias extrativistas que têm relação com a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins. Criada no dia 20 de maio de 1992, com extensão territorial de 9.280 hectares, a Resex está localizada nos municípios de Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito e Sampaio, no Estado do Tocantins. Geograficamente, estes municípios compõem a região do Bico do Papagaio e o território da Amazônia Brasileira⁴. A Figura 1 ilustra a localização da Resex no território brasileiro e na região do Bico do Papagaio.

³ Ressalta-se que, para a execução da pesquisa, foi necessário solicitar ao ICMBio uma autorização formal via site do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), conforme recomendada na Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Assim, a pesquisadora obteve o termo de autorização para atividades com finalidade científica (Anexo A), expedido no dia 30 de julho de 2014, sob o nº. 45114-1.

⁴ Conhecida também como Floresta Amazônica ou Amazônia Legal, é constituída pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e engloba a maior região florestal e hidrográfica do mundo.

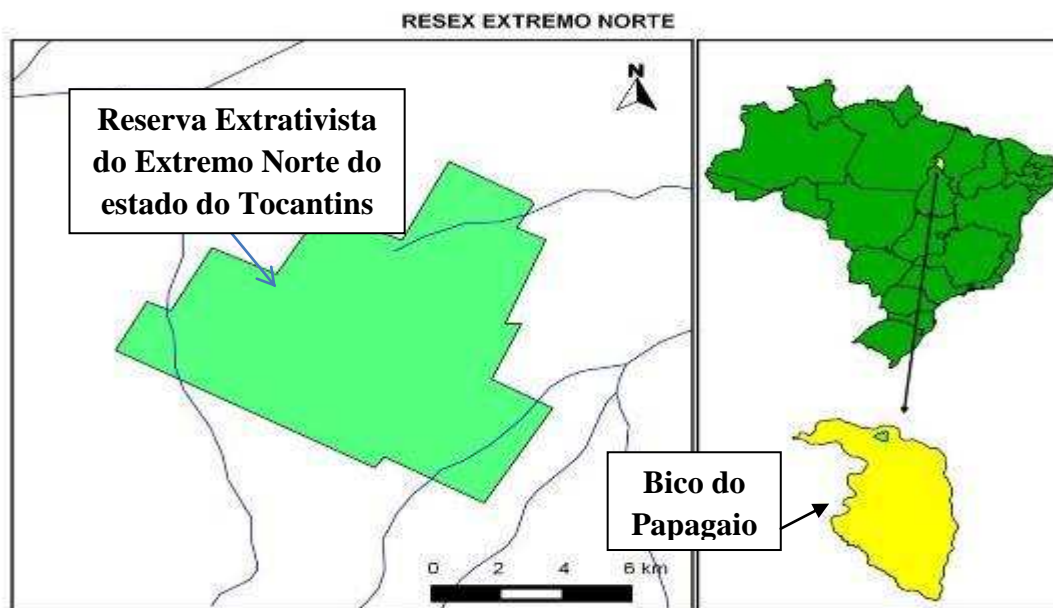


Figura 1 – Localização da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins e na região do Bico do Papagaio (TO, 2014)

Fonte: UFV/ICMBio (2014)

Cerca de 97% da área desta Resex está no município de Carrasco Bonito, pouco mais de 2% encontra-se no município de Sampaio e menos de 1% está na área do município de Buriti do Tocantins. Outro dado relevante é que 90% da área do município de Carrasco Bonito correspondem ao território da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins (PESQUISA DE CAMPO, 2014).

Esta Unidade de Conservação tem como limite, ao sul, a Rodovia TO-201; ao norte, o Varjão do Rio Tocantins; a oeste, os Projetos de Assentamentos São Lucas, Bandeirante e Cupim; e, a leste, a Reserva Legal do Projeto Hidroagrícola de Sampaio (PESQUISA DE CAMPO, 2014).

Em relação aos aspectos ambientais, a Resex apresenta o bioma de transição geográfica entre cerrado e Floresta Amazônica, sendo banhada pelos rios Tocantins e Araguaia (CASTILHO, 2009). Em relação ao extrativismo vegetal realizado pelas famílias, no ano de 2013, os principais produtos extrativistas explorados foram: babaçu (82,07%), açaí (7,59%), buriti (5,52%), murici (1,38%) e frutas (3,44%) (UFV/ICMBIO, 2014).

Já no que se refere aos aspectos populacionais, no ano de 2014, foram identificadas 237 famílias, com uma população de 893 pessoas (UFV/ICMBio, 2014). Ressalta-se que estas pessoas se autodeclararam como beneficiárias ou comunitárias da

Resex do Extremo Norte, por isso, utilizar-se-á, em alguns momentos, o termo “beneficiário”⁵ para identificá-los.

Essas famílias residem em um dos quatro povoados que estão no entorno desta UC: Povoado Centro do Firmino (zona rural do município de Carrasco Bonito), Povoado Centro do Ferreira (zona rural do município de Buriti do Tocantins), Povoado Cacheado (zona rural do município de Sampaio), Povoado Vinte Mil (zona rural do município de Carrasco Bonito), bem como na sede municipal de Carrasco Bonito. A Figura 2 apresenta a porcentagem das famílias que residem em cada comunidade descrita acima.

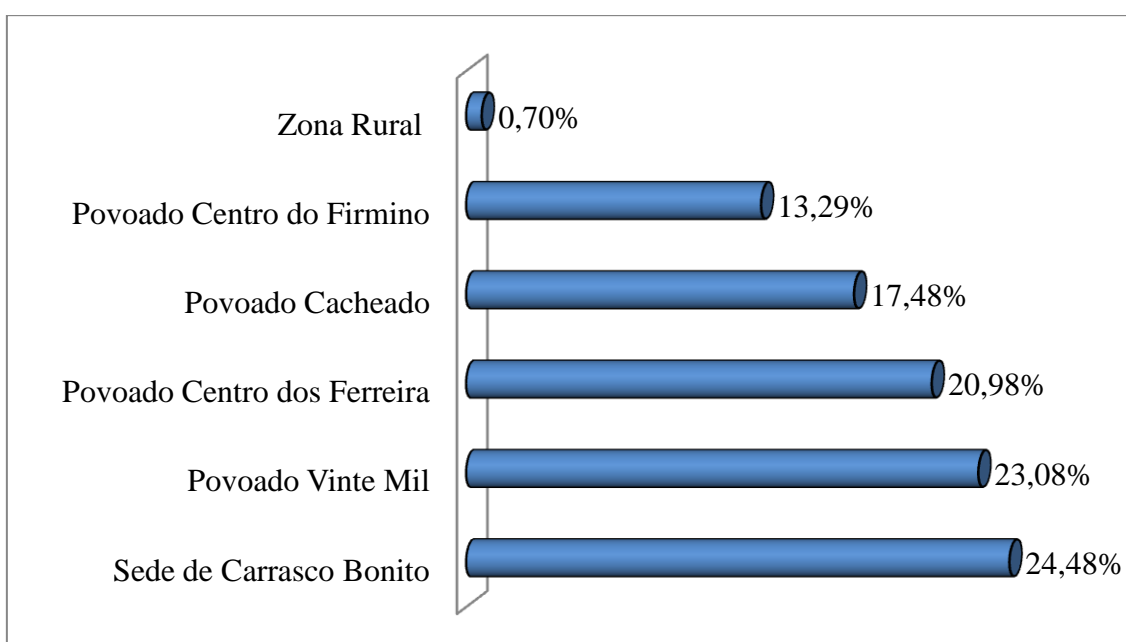


Figura 2 – Locais onde moram as famílias da Resex do Extremo Norte (2014)

Fonte: UFV/ICMBio (2014), adaptado pela autora (2015)

Destacou-se, por meio da Figura 2, que a sede municipal de Carrasco Bonito, seguida pelo Povoado Vinte Mil, são os locais onde moram o maior número (24,48% e 23,08%, respectivamente) de famílias da Resex do Extremo Norte.

1.2 As fases da pesquisa

⁵ Beneficiário é aquele indivíduo que recebe ou usufrui de algum benefício ou vantagem de algo, neste caso, refere-se ao fato do mesmo ter relação com a Reserva Extrativista do Extremo Norte.

Para a realização desta pesquisa, foi necessário aplicar um conjunto de técnicas para a coleta dos dados que se dividiu em três fases. A primeira fase foi dedicada à pesquisa bibliográfica e ao levantamento de dados secundários que estão à disposição para pesquisas, como os documentos de arquivos de órgãos públicos, quais foram:

- a) Decreto n.º. 6.040: institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- b) Decreto n.º. 535: cria a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins;
- c) Decreto n.º. 98.897: dispõe sobre as Reservas Extrativistas e dá outras providências;
- d) Lei n.º. 7.804: dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei n.º. 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei n.º. 6.803, de 2 de julho de 1980, e dá outras providências;
- e) Lei n.º. 9.985: regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências;
- f) Documento Final da Caracterização da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins;
- g) Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território Bico do Papagaio – TO.

Já na segunda fase foi realizado o trabalho de campo, que consistiu em dois momentos. O primeiro foi o pré-campo, que aconteceu durante o “2º Seminário para Apresentações dos Resultados Preliminares do Cadastramento e Diagnóstico Socioprodutivo em Unidades de Conservação”, realizado em Brasília, no mês de agosto de 2014.⁶ Na ocasião, foi possível entrevistar⁷ três pessoas ligadas a esta UC: o analista do ICMBio que era responsável pela Resex; uma liderança que, na época, era presidente da Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte (ARENT); e uma liderança do

⁶ Cabe destacar que, na ocasião, a pesquisadora participava do encontro como membro da equipe da UFV que estava apresentando os resultados do Diagnóstico Socioprodutivo em Unidades de Conservação Federais, entre as quais se encontravam os resultados da Resex do Extremo Norte.

⁷ Vale mencionar que, antes da realização da entrevista, a pesquisadora explicava o objetivo desta pesquisa e apresentava o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice B), dando a opção dos interlocutores participarem ou não deste estudo.

Povoado Centro do Ferreira. Por meio das informações coletadas, foi possível realizar o planejamento do trabalho de campo nesta Unidade de Conservação.

Posteriormente a este planejamento, foi realizado o trabalho de campo entre os dias 27 de outubro a 2 de novembro de 2014, com a aplicação de 14 entrevistas⁷ semiestruturadas junto às famílias da Resex do Extremo Norte. Além desse instrumento de coleta de dados, as conversas informais realizadas com outras famílias desta UC também serviram de suporte para o entendimento da realidade a qual era estudada.

O conteúdo das entrevistas estava relacionado com a maneira como era a vida das famílias antes e depois da criação da Resex do Extremo Norte em relação à economia, renda, moradia, educação, saúde, meio ambiente, infraestrutura, lazer, organização social, meios de transporte e de comunicação. Também havia questões que envolviam a percepção das famílias sobre a criação da Resex do Extremo Norte. O roteiro de entrevista encontra-se no Apêndice A.

Por fim, a última fase consistiu na análise dos dados do questionário do Banco de Dados da UFV/ICMBio referente a esta Unidade de Conservação em estudo. Este questionário foi aplicado em uma amostra de 143 famílias, em um universo de 237 famílias, o que corresponde a 60% das famílias da Resex do Extremo Norte. O período no qual ocorreu este trabalho foi entre os dias 27 de outubro a 2 de novembro de 2014. O questionário contém 392 questões, divididas em oito módulos que englobam os seguintes temas:

- Módulo 1: Identificação dos moradores/famílias;
- Módulo 2: Caracterização da área de moradia e uso;
- Módulo 3: Educação e saúde;
- Módulo 4: Acesso a serviços;
- Módulo 5: Produção e comercialização;
- Módulo 6: Uso da terra e práticas de conservação;
- Módulo 7: Ocupação e renda;
- Módulo 8: Organização social, aspectos ambientais e relação com a gestão da unidade.

Cabe destacar que a pesquisadora também participou da coleta desses dados, o que permitiu um conhecimento mais detalhado da realidade das famílias que têm relação com a Resex do Extremo Norte, uma vez que o questionário retrata discussões

que englobam vários assuntos. Em relação ao uso das informações contidas neste questionário, destaca-se que apenas alguns dados quantitativos desse Banco de Dados do Termo de Cooperação entre UFV e ICMBio foram utilizados nesta pesquisa.

1.3 Os participantes da pesquisa

A seleção dos informantes entrevistados para esta pesquisa seguiu o critério de intencionalidade, ou seja, a escolha dos participantes levou em consideração aquelas pessoas que vivenciaram o “antes” e o “depois” da criação da Resex do Extremo Norte. Este critério permitiu observar de forma mais apurada a percepção destes atores sobre as transformações provocadas pela criação desta Unidade de Conservação.

Com esse critério definido, uma das formas encontradas para se chegar aos entrevistados foi por meio da indicação de alguns moradores previamente mapeados. Ao chegar a cada comunidade, a pesquisadora constatava a liderança e a mesma, juntamente com o gestor desta UC, mencionava as pessoas que poderiam contribuir com esta pesquisa. Depois de realizada a primeira entrevista em cada comunidade, utilizou-se o método da bola de neve, no qual um entrevistado indicava outro, de acordo com a demanda da pesquisa.

Além disso, a definição da quantidade de entrevistas a ser realizadas teve como critério o método de saturação de repetição das respostas. Esse método incide na busca do levantamento de dados até no momento que se percebe a repetição das respostas.

No total, foram entrevistadas 17 pessoas, sendo que três foram as que participaram da pesquisa durante o pré-campo, no mês de agosto de 2014, em Brasília, e as outras 14 foram realizadas durante o trabalho de campo na Reserva, entre os meses de outubro e novembro de 2014. No que se refere ao perfil desses entrevistados, o Quadro 1 apresenta essas informações.

Quadro 1 – Informações sobre os entrevistados
(Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins, 2014)

	Entrevistados	Liderança ou extrativista ou analista do ICMBio	Povoados ou sede	Gênero: (H) Homem (M) Mulher	Idade
1	A	Liderança	Sede Carrasco Bonito	H	44 anos
2	B	Extrativista	Sede Carrasco Bonito	M	64 anos
3	C	Liderança	Sede Carrasco Bonito	M	59 anos
4	D	Liderança	Cacheado	M	58 anos
5	E	Extrativista	Cacheado	H	30 anos
6	F	Liderança	Centro do Ferreira	M	51 anos
7	G	Extrativista	Centro do Ferreira	M	58 anos
8	H	Extrativista	Centro do Ferreira	M	25 anos
9	I	Extrativista	Centro do Ferreira	M	78 anos
10	J	Liderança	Centro do Firmino	H	47 anos
11	K	Extrativista	Centro do Firmino	M	53 anos
12	L	Extrativista	Centro do Firmino	M	46 anos
13	M	Extrativista	Centro do Firmino	M	62 anos
14	N	Extrativista	Vinte Mil	M	65 anos
15	O	Analista do ICMBio	-	H	-
16	P	Liderança	Vinte Mil	M	36 anos
17	Q	Liderança	Centro do Ferreira	M	52 anos

Fonte: Pesquisa de campo (2014), elaborado pela autora (2015)

Cabe destacar que, ao longo do texto, as declarações dos entrevistados serão representadas por letras do alfabeto. Esta escolha teve por objetivo resguardar a identidade dos informantes.

2 A CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS NO BRASIL

Este capítulo buscou discutir o processo histórico de criação das Reservas Extrativistas no Brasil, bem como o cenário atual desta categoria de Unidade de Conservação. Também foram apresentadas, neste capítulo, questões sobre meio ambiente no âmbito mundial e nacional.

As questões ambientais começaram a ocupar destaque no cenário mundial a partir do início da década de 1970. Um marco ocorrido na esfera ambiental foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada na cidade de Estocolmo, na Suécia, em 1972, que consistiu o primeiro evento mundial a discutir sobre a preservação do meio ambiente tendo em vista o atendimento da necessidade da população presente sem comprometer as gerações futuras. As discussões realizadas nessa conferência contribuíram para consolidar as preocupações com as questões ambientais no mundo. No Brasil, essa preocupação foi tardia, principalmente, em relação à preservação ambiental. Um dos marcos para essa questão foi a criação da Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, por meio da Lei n.º 6.938.

Já no que diz respeito à Amazônia Brasileira, desde o final da década de 1960 e durante toda a década de 1970, o Estado tentou consolidar o modelo desenvolvimentista na região, vista pelos militares como possuidora de grandes espaços vazios.⁸ Sob o governo dos militares, essa região foi marcada por grandes projetos de infraestrutura, como: a implantação dos projetos Jarí, Trombetas e Albras/Alunorte; a construção das rodovias Belém-Brasília, Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho-Manaus; e a construção da hidrelétrica de Tucuruí. Todas estas obras de infraestrutura foram financiadas com empréstimos adquiridos junto ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (LOCATELLI, 2009).

Junto a este modelo desenvolvimentista, de acordo com Allegretti (2008), foi implantado, a partir de 1967, o modelo militar de exploração da Amazônia, nomeado de Operação Amazônia. Este modelo militar consistia em um conjunto de medidas que, de um lado, encerrava a política de proteção à borracha, e, de outro lado, disponibilizava incentivos fiscais e créditos para atrair investidores do sul do país a transformar os

⁸ Esta visão desconsiderava a existência das populações que já se encontravam nesse território.

seringais em fazendas agrícolas ou pecuaristas e para a ocupação deste território. A implantação da Zona Franca de Manaus, no Estado do Amazonas, e a abertura do subsolo mineral ao capital internacional, no Estado do Pará, também fizeram parte deste modelo militar. Este modelo, desenhado para grandes empresas rurais, estava sendo financiado, também, pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A implantação destes modelos de desenvolvimento militar encontrou resistências em diferentes locais da Amazônia. Entre os impactos gerados nessa região, houve o aumento significativo das queimadas e desmatamentos da floresta amazônica para a implantação de monoculturas, pastagens e para a construção de rodovias e hidrelétrica, provocando intensas reações por parte dos seringueiros. Diante disso, entre as décadas de 1970 e 1980, iniciaram os confrontos entre os fazendeiros que tinham adquirido os seringais e os seringueiros. Entretanto, por volta de 1970 a 1975, a floresta começou a ser derrubada sem nenhuma resistência (ALLEGRETTI, 2008).

Neste contexto, os seringueiros do Estado do Acre, com o intuito de lutar pela floresta e os seus direitos, criaram o primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Acre, no dia 20 de setembro de 1975, na cidade de Sena Madureira, sob a influência da Igreja Católica, juntamente com o Padre Paulino Baldassari, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). No final deste mesmo ano, foram criados mais dois sindicatos no Estado do Acre, um em Rio Branco, capital do Estado, e outro no município de Brasileia. A partir da constituição do Sindicato de Brasileia, a luta dos seringueiros cresceu em importância política e em representatividade, tendo como seus principais líderes, em destaque, Wilson de Souza Pinheiro e Francisco Alves Mendes Filho, o último conhecido popularmente como Chico Mendes (OLIVEIRA FILHO, 2012).

Como forma de deter o desmatamento, os seringueiros, sob a liderança de Chico Mendes e Wilson Pinheiro, passaram a praticar o movimento denominado “empate”. Este era uma forma pacífica de resistência, em que a comunidade se organizava com a ajuda de líderes e caminhava para a área que seria desmatada pelos agropecuaristas, posicionando-se diante dos jagunços para impedir o desmatamento daquele local. Diante disso, os conflitos entre fazendeiros e seringueiros se intensificaram. Estas disputas aconteceram nos seringais do Estado do Acre, entre os anos de 1976 a 1988, e contabilizaram um total de 45 empates, nos quais os seringueiros tiveram trinta derrotas e quinze vitórias (OLIVEIRA FILHO, 2012).

Em 21 de julho de 1980, o seringueiro Wilson Pinheiro foi assassinado a mando de fazendeiros pecuaristas e, a partir de então, uma frequente onda de violência desencadeou-se no campo. Com a sua morte, Chico Mendes passou a exercer com mais constância a posição de líder dos seringueiros, principalmente na cidade de Xapuri, sua cidade natal, onde também foi criado um Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em 1977. No final de 1984, os empates passaram a não ter resultados positivos contra os desmatamentos e, em razão disso, Chico Mendes recorreu à busca de apoio e de parceiros internacionais para ajudá-lo na luta pela conservação da floresta amazônica (OLIVEIRA FILHO, 2012).

Em 1985, época em que iniciava a democratização do país, os seringueiros de toda a Amazônia Brasileira reuniram-se para participar do primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em Brasília. Nessa ocasião, foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros⁹ (CNS), além da proposta de criação das Reservas Extrativistas, que se fundamentavam na ideia de preservar o meio ambiente e de legitimar a posse e, ainda, de reconhecer os direitos à terra aos seringueiros, ou seja, era uma forma de propor soluções aos problemas ambientais e para a questão fundiária na Amazônia (SOUZA, 2010).

Segundo Cavalcanti (2002, p. 109), nas palavras de Chico Mendes, “[...] a história do Conselho Nacional dos Seringueiros começa exatamente com a preocupação que a gente começou a enfrentar na luta contra o desmatamento, na busca de uma proposta alternativa para garantir a Floresta Amazônica”.

Considerando a preocupação dos seringueiros em relação à questão fundiária no encontro em Brasília, o Governo Federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), decretou, em julho de 1987, a criação dos Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAE). O PAE era “destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativistas, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis a serem executadas pelas populações que ocupam ou venham a ocupar as mencionadas áreas” (ALLEGRETTI, 2008, p. 9). Ademais, o PAE reconhecia o modo de vida dos seringueiros. De certa maneira, neste momento, o Estado estava incorporando a proposta das Reservas Extrativistas ao Plano Nacional de Reforma Agrária, uma vez que o PAE destinava áreas de seringais às famílias dos seringueiros (RUEDA, 2002; ALLEGRETTI, 2008).

⁹ Atualmente, este conselho é denominado Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS).

No entanto, os conflitos pela terra ainda persistiam; as queimadas e desmatamentos estavam aumentando cada vez mais, em razão da consolidação da pecuária e da extração de madeira ilegal não somente no Estado do Acre, mas na região da Amazônia Brasileira; além de vários investimentos na área de infraestrutura, principalmente, a construção da rodovia BR-364 (que liga o Acre aos demais estados do Brasil), que estava sendo implantada sem considerar as questões ambientais, o que provocou diversos impactos na região. Diante deste cenário, Chico Mendes participou do Encontro Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento, ocorrido em Miami, nos Estados Unidos da América (EUA), para denunciar a destruição da Amazônia Brasileira e a onda de violência praticada contra os seringueiros, que vinha sendo ocasionada pelas implantações dos projetos financiados pelos bancos multilaterais (OLIVEIRA FILHO, 2012).

Após Chico Mendes ganhar destaque na imprensa nacional e internacional ao receber vários prêmios, as ameaças de morte realizadas por fazendeiros e madeireiros passaram a ser mais frequentes, pois as denúncias e as atitudes de Mendes iam ao encontro dos interesses dos empresários rurais da região da Amazônia. O líder dos seringueiros chegou a afirmar, em uma entrevista, que seria assassinado a qualquer momento. Foi, então, no dia 22 de dezembro de 1988, que ocorreu a tragédia anunciada (OLIVEIRA FILHO, 2012).

A partir do assassinato de Chico Mendes, os seringueiros, organizações não governamentais, universidades, instituições de pesquisa, ambientalistas, entre outros atores sociais, passaram a requerer a implantação de um novo modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, identificado na proposta da criação das Reservas Extrativistas (CAVALCANTI, 2002).

Assim, sob a perspectiva da política ambiental, em 18 de julho de 1989, por meio da Lei nº. 7.804, o Governo Federal alterou a disposição da Política Nacional do Meio Ambiente, apontando para a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder público, como as Reservas Extrativistas (BRASIL, 1989). A partir deste momento, o modelo da Reserva Extrativista já estava no papel e, no ano posterior (1990), estes territórios foram criados oficialmente.

Autores como Cunha (2009) e Allegretti (2008) argumentam que a repercussão mundial da morte de Chico Mendes acelerou o processo de implantação das Reservas Extrativistas no Brasil, ou seja, a resposta que o Estado deu à sociedade em razão da morte de Mendes e dos conflitos daquela região foi a criação de duas Reservas

Extrativistas no Estado do Acre, no início de 1990, sendo denominadas de Alto Juruá e Chico Mendes. Além dessas reservas, no mesmo ano, foram criadas outras duas Resex's na região da Amazônia: Rio Ouro Preto, no Estado de Rondônia; e Rio Cajari, no Estado do Amapá.

A criação das Reservas Extrativistas foi regulamentada por meio do Decreto Geral das Reservas Extrativista n.º. 98.897, assinado pelo então presidente do Brasil, José Sarney, em 30 de janeiro de 1990. Assim, definiu-se o modelo de Reserva Extrativista como forma específica de regularização fundiária e ambiental no Brasil. Este Decreto determina que “[...] as reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista” (BRASIL, 1990).

As áreas das Reservas Extrativistas são de posse da União e utilizadas pelas populações extrativistas por meio do Contrato de Concessão de Direito Real do Uso (CCDRU). Sobre as áreas das Resex's, Allegretti (2008, p. 9) relata:

As Reservas Extrativistas foram concebidas como territórios contínuos que não deveriam ser divididos, como ocorria com a reforma agrária convencional, de propriedade da União, para usufruto de comunidades com tradição no uso sustentável dos recursos naturais, por meio de contratos de concessão de uso, condicionados a planos de manejo dos recursos.

Sendo assim, de acordo com Allegretti (2008), a partir do momento em que foram criados estes territórios, principalmente, na região da Amazônia, o futuro da Floresta Amazônia mudou positivamente.

Assim, como forma de estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação, o Governo Federal, por meio da Lei n.º. 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Este regulamenta as UC's nas instâncias federal, estadual e municipal, em dois grupos, conforme as suas características: Unidades de Proteção Integral, as quais tendem a preservar a natureza intocada, podendo realizar apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção de alguns casos prognosticados na lei supracitada; e as Unidades de Uso Sustentável, que visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de uma parte dos seus recursos naturais pelas populações tradicionais.

De acordo com a Lei do SNUC, as Unidades de Proteção Integral incluem: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Já as Unidades de Uso Sustentável compreendem: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Como visto no parágrafo acima, as Reservas Extrativistas estão no grupo de Unidades de Uso Sustentável e são definidas pelo SNUC como:

Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000).

De acordo com os dados do Instituto Socioambiental – ISA (2015), até junho de 2015, existiam, no Brasil, 62 Reservas Extrativistas Federais, algumas terrestres e outras marinhas, com uma área territorial total de 12.420.903 hectares. O Quadro 2 apresenta as informações sobre estas Unidades de Conservação. Destaca-se que as que estão enumeradas de um a 50 refere-se as Resex que estão localizadas na região da Amazônia e, evidencia, em cinza, a Reserva Extrativista do Extremo Norte.

Quadro 2 – Informações sobre as Reservas Extrativistas Federais
(Brasil, junho de 2015)

	Resex	Estado	Hectares	Ano de criação
1	Alto Juruá	AC	506.186	1990
2	Chico Mendes	AC	970.570	1990
3	Alto Tarauacá	AC	151.200	2000
4	Cazumbá-Iracema	AC	750.795	2002
5	Riozinho da Liberdade	AC	325.603	2005
6	Médio Juruá	AM	286.933	1997
7	Auatí-Paraná	AM	146.950	2001
8	Baixo Juruá	AM	187.982	2001
9	Rio Jutai	AM	275.533	2002
10	Lago do Capanã Grande	AM	304.146	2004
11	Arapixi	AM	133.637	2006
12	Rio Unini	AM	833.352	2006
13	Ituxi	AM	776.940	2008
14	Médio Purus	AM	604.209	2008

15	Rio Cajari	AP	501.771	1990
16	Extremo Norte do Tocantins	TO	9.280	1992
17	Ciriaco	MA	8.084	1992
18	Mata Grande	MA	10.450	1992
19	Quilombo Frechal	MA	9.542	1992
20	Cururupu	MA	185.046	2004
21	Chapada Limpa	MA	11.971	2007
22	Marinha do Delta do Parnaíba	MA/PI	27.022	2000
23	Tapajós-Arapiums	PA	647.611	1998
24	Marinha de Soure	PA	27.464	2001
25	Chocoaré - Mato Grosso	PA	2.786	2002
26	Mãe Grande de Curuçá	PA	37.062	2002
27	Marinha do Maracanã	PA	30.019	2002
28	São João da Ponta	PA	3.203	2002
29	Riozinho do Anfrísio	PA	736.340	2004
30	Verde para Sempre	PA	1.288.720	2004
31	Arióca Pruanã	PA	83.445	2005
32	Ipaú-Anilzinho	PA	55.816	2005
33	Mapuá	PA	94.464	2005
34	Marinha de Araí-Peroba	PA	62.035	2005
35	Marinha de Caeté-Taperaçu	PA	42.069	2005
36	Marinha de Gurupi-Piriá	PA	74.081	2005
37	Marinha de Tracuateua	PA	27.154	2005
38	Gurupá-Melgaço	PA	145.298	2006
39	Rio Iriri	PA	398.938	2006
40	Terra Grande-Paracuúba	PA	194.695	2006
41	Rio Xingu	PA	303.841	2008
42	Renascer	PA	211.741	2009
43	Marinha Cuinarana	PA	11.037	2014
44	Marinha Mestre Lucindo	PA	26.465	2014
45	Marinha Mocapajuba	PA	21.029	2014
46	Rio Ouro Preto	RO	204.583	1990
47	Lago do Cuniã	RO	55.850	1999
48	Barreiro das Antas	RO	107.234	2001
49	Rio Cautário	RO	73.818	2001
50	Marinha da Lagoa do Jequiá	AL	10.231	2001
51	Marinha da Baía do Iguape	BA	10.074	2000
52	Marinha do Corumbau	BA	89.500	2000
53	Marinha Canavieiras	BA	100.646	2006
54	Cassurubá	BA	100.687	2009
55	Marinha do Batoque	CE	602	2003
56	Marinha Prainha do Canto Verde	CE	29.794	2009
57	Lago do Cedro	GO	17.338	2006
58	Recanto das Araras de Terra Ronca	GO	11.964	2006
59	Acaú-Goiana	PB/PE	6.678	2007
60	Marinha do Arraial do Cabo	RJ	56.769	1997
61	Marinha do Pirajubaé	SC	1.444	1992
62	Mandira	SP	1.176	2002

Fonte: Dados do ISA (2015) adaptados pela autora (2015)

Os dados do Quadro 2 permitem concluir que o Estado do Pará possui a maior extensão territorial de Reservas Extrativistas da Amazônia, com 4.525.313 hectares, seguido pelo Estado do Amazonas, com 3.549.682 hectares.

Vale lembrar que o órgão do Estado responsável pela gestão das Reservas Extrativistas, até julho de 2007, era o IBAMA, todavia, após esta data, a gestão passou a ser exercida pelo ICMBio. Este órgão é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e foi criado para exercer a função de “executar as ações do SNUC, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação instituídas pela União” (ICMBIO, 2014).

Apesar de existirem 62 Reservas Extrativistas no Brasil, no âmbito federal, Oliveira Filho (2012, p. 7) argumenta que:

As reservas têm sido criadas, usualmente, sem que condições mínimas de infraestrutura, incentivos, subsídios, transporte ou saúde fossem assegurados, ou seja, apesar dos investimentos e apoio institucional recebido, poucos são os resultados na forma de benefícios para as comunidades envolvidas.

O Tribunal de Contas da União (TCU) também assinala problemas em Unidades de Conservação da Amazônia. No relatório elaborado pelo TCU juntamente com os Tribunais de Contas de nove Estados da região Amazônica, publicado em novembro de 2013, evidenciou-se que os maiores problemas, nas UC's no âmbito federal, estão na gestão e na infraestrutura dos territórios. O relatório mostra que 92% do total das UC's Federais têm até cinco funcionários cada, número que o TCU considera muito baixo, e que apenas 25% delas estão sinalizadas ou demarcadas. Além disso, 57% das Unidades não têm um plano de manejo que inclua regras para exploração madeireira, extrativismo e turismo. Na prática, segundo o TCU, esses números refletem-se em problemas, no caso das Reservas Extrativistas, há dificuldades para empreender alternativas sustentáveis de geração de emprego e renda para suas populações, entre outras.

Este cenário das Reservas Extrativista exposto por Oliveira Filho (2012), bem como das Unidades de Conservação, as quais as Resex's estão inclusas, apontado pelo relatório elaborado pelo TCU (2013), afirmam a existência de problemas nestes territórios. Dentre os problemas, destacam-se a falta de infraestrutura, transporte, saúde adequados; de subsídios financeiros; geração insuficiente de emprego e renda à população tradicional; além das dificuldades na gestão desses territórios protegidos pelo Estado.

Apesar disso, a maioria destes territórios possui sua importância diante da conservação ambiental e da melhoria das condições de vida das populações tradicionais, uma vez que, no papel (ou seja, no Decreto), a criação das Reservas Extrativistas garantiria para este público o uso do território e de seus recursos naturais de forma sustentável, proporcionando melhoria a essa população. Além disso, de forma geral, algumas políticas públicas como de habitação, Luz para Todos e transferência de renda (Bolsa Verde e Bolsa Família) são acessadas por estas populações em razão da existência da Reserva Extrativista e da relação destes sujeitos com este território. Ressalta-se que não são todas as populações tradicionais que possuem relação com esses territórios que acessam estas políticas. Vale lembrar que Luz para Todos e Bolsa Família não são políticas específicas para as famílias da Resex.

Diante dos apontamentos realizados por Oliveira Filho (2012) e do relatório do Tribunal de Contas da União (2013), fica clara a importância dos representantes do Estado ter um olhar e uma atuação mais presente na área socioambiental do país, principalmente nas Unidades de Conservação, assim como para as populações que têm relação com as Reservas Extrativistas Terrestres e Marinhas.

Enfim, os próximos capítulos analisam o estudo de caso do processo de criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte, apresentando as transformações ocorridas nos modos de vida da população tradicional que têm relação com esta UC e, ainda, assinalando os prós e os contras da existência desta Resex na vida destes sujeitos. Neste sentido, os capítulos posteriores mostrarão que o cenário apresentado por Oliveira Filho (2012) e pelo relatório do Tribunal de Contas da União (2013) podem ser claramente observados no caso da Resex do Extremo Norte, como também o acesso a algumas políticas públicas.

3 QUESTÃO AGRÁRIA E CONFLITOS: O CASO DA RESEX DO EXTREMO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS

Este capítulo inicia-se com a discussão sobre a questão agrária no Brasil, uma vez que o acesso a terra e sua posse é objeto conflituoso para o afloramento de confrontos entre grupos sociais, principalmente, o denominado conflito por terra. Também traz referências teóricas sobre este tipo de conflito, tão comum no país e que vem ocorrendo durante ao longo de vários séculos. Ademais, traz um panorama de como ocorreu a ocupação do território do Bico do Papagaio¹⁰ para dar subsídios ao entendimento da criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins. A região do Bico do Papagaio está localizada entre a fronteira das regiões sudeste do Pará, sudoeste do Maranhão e do extremo norte do Tocantins¹¹, a qual, entre as décadas de 1950 a 1990, esteve envolvida com os intensos conflitos por terra.

Ainda neste capítulo, será abordada a discussão do processo de criação desta Unidade de Conservação em estudo até sua atual condição, bem como o debate teórico em torno dos conflitos ambientais, um tipo de embate que envolve meio ambiente e sociedade. No caso da Resex do Extremo Norte, o conflito ambiental ocorre em razão das disputas pelos recursos naturais deste território, que trouxe e traz tensões entre fazendeiros¹² e população tradicional, principalmente, a partir da criação desta Unidade de Conservação.

3.1 Uma breve apresentação sobre os conflitos pelo acesso a terra no Brasil

Historicamente, a estrutura fundiária brasileira é caracterizada pela concentração de terras nas mãos de uma elite agrária denominada, sobretudo, como latifundiários, que consiste em proprietários de grandes extensões de terras. Cabe destacar que essa concentração de terras tem suas raízes no próprio processo de colonização do Brasil, ou

¹⁰ O mapa da região do Bico do Papagaio, com a localização dos seus respectivos municípios, encontra-se no Anexo B desta dissertação.

¹¹ Em 1988, o norte do Estado do Goiás passou a formar o Estado do Tocantins.

¹² Neste trabalho, optou-se por utilizar o termo “fazendeiro”, em razão dos entrevistados desta pesquisa utilizarem este nome para se referirem aos “donos” da terra. Nos relatos também aparecem outros termos, como: pecuarista, proprietário da terra e dono.

seja, desde a conquista deste território, o modelo de ocupação utilizado pela Coroa Portuguesa foi baseado em grandes extensões de terra. Tudo foi iniciado com o Sistema de Capitânicas Hereditárias, cujas áreas doadas a cada donatário chegavam a treze milhões de hectares. Por sua vez, estas extensões de terras (capitânicas) poderiam ser divididas em parcelas denominadas de sesmarias, as quais eram distribuídas, pelo donatário, aos integrantes de suas comitivas. A concessão de sesmarias consistia na doação de terras para aqueles que possuíssem os meios apropriados para cultivá-las. Nestas capitânicas, teoricamente, deveriam ser produzidos produtos comercializáveis para gerar tributos à Coroa. Assim, a pequena propriedade ficou voltada somente para autoconsumo das famílias e não se desenvolveu economicamente. Este contexto explica a opção pelo latifúndio monocultor, sustentado pelas mãos de obra indígena e, posteriormente, escrava por vários séculos (CAMARGO, 2003).

No entanto, a preocupação com a posse da terra por parte da Coroa Portuguesa surgiu apenas em 1850, com o fim do tráfico negreiro e quando o movimento de abolição da escravatura mostrava-se evidente. Diante desses acontecimentos, a Coroa Portuguesa, que tinha o receio de que ocorresse a escassez de mão de obra na produção do café, criou a legislação “Lei de Terras” neste mesmo ano. Esta lei previa que “todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra e venda e que o governo reverteria os recursos obtidos nessas transações na vinda de colonos da Europa” (CAMARGO, 2003, p. 11).

Diante da necessidade de solucionar o problema de mão de obra e com a proibição do tráfico de escravos, a Coroa Portuguesa passou a incentivar a imigração estrangeira para suprir essas necessidades, utilizando, como artifícios, todo tipo de promessa, inclusive a de doação de porções de terra. Contudo, havia, na Lei de Terras, mecanismos para impedir o acesso à terra aos imigrantes e aos ex-escravos, uma vez que esta legislação proibiu a aquisição de terras devolutas a não ser por meio do título de compra da terra. Nesse sentido, várias medidas foram tomadas pelos fazendeiros para expulsar os trabalhadores rurais de suas terras, desconhecendo qualquer forma de posse da terra que não fosse por meio da compra. Desta forma, a valorização mercantil da terra mostrou-se favorável aos senhores da terra (LINHARES; SILVA, 1999).

Na percepção de Martins (2000), a Lei de Terras proporcionou a consolidação do latifúndio, bem como a instituição da propriedade privada e plena, marcando o início da desvinculação do Estado como senhorio da terra, já que, a partir desse momento, as terras que eram de domínio da Coroa Portuguesa transformavam-se em propriedade

imobiliária sujeita a compra e venda sem intervenção estatal. A implicação desta transferência, de acordo com este mesmo autor, foi a criação do direito absoluto, que é a principal causa da existência do latifúndio no Brasil, bem como das dificuldades para dar à terra uma função social.

Nesse sentido, para Linhares e Silva (1999), a terra entra definitivamente no domínio de circulação do capital. Logo, o preço da terra e suas benfeitorias, além dos demais bens disponíveis sobre a mesma, passou a ser estipulados conforme as regras econômicas. Isto é, somente aqueles que faziam parte da elite agrária tinham condições de participar deste novo processo econômico de acumulação do capital, ou seja, estabelecendo a propriedade privada da terra por meio da compra e venda da mesma.

Soares (2009) argumenta que a questão agrária no país não é marcada apenas por concentração de terra, mas também por expropriação violenta de famílias e resistência dos trabalhadores rurais. A autora enfatiza, ainda, que este contexto fundiário, no Brasil, é resultado do processo histórico que se constituiu, desde o início de sua colonização até os dias de hoje, na grande propriedade rural e na implantação de um modelo de desenvolvimento concentrador e excludente. Portanto, ainda nas palavras da autora, este modelo agrário adotado configura-se como um problema estrutural na sociedade brasileira.

É justamente em razão da concentração de terras nas mãos dos latifundiários, um dos processos de acumulação do capital, e da exclusão das camadas baixas da sociedade no acesso e na posse da terra que emerge o confronto dos grupos sociais, os quais mostram a realidade do campo e reivindicam o acesso a terra. Nesse jogo de forças, o acesso a terra é o principal elemento constituidor do denominado conflitos de terras, conflitos agrários, conflitos fundiários ou conflitos no campo. Ainda sobre a questão agrária no país, Martins (1990, p. 51) nos alerta ao dizer que “a questão agrária, justamente por ser uma questão política, está entre aquelas reformas cuja definição depende da conjuntura histórica e da estrutura de Estado que dessa conjuntura decorrem”.

Embora o problema agrário no país venha ocorrendo desde a sua colonização, conforme afirmaram Soares (2009) e Camargo (2013), somente em 1945 houve um movimento social, as Ligas Camponesas, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em defesa da reforma agrária, além de um conjunto de reivindicações sobre os direitos elementares do trabalho, da saúde, da previdência, da escolarização, com base no direito à organização autônoma dos grupos sociais. No entanto, em 1947, as Ligas

foram reprimidas e só ressurgiram em 1954 (SABOURIN, 2008). Nesta nova temporada de atuação das Ligas Camponesas juntamente com o PCB, o movimento contestava a elevada concentração da estrutura agrária e as desigualdades sociais ocorridas no rural e, ainda, pressionava o Governo a realizar a reforma agrária que preconizava a distribuição de terras por meio da desapropriação dos latifúndios e da ampliação dos direitos trabalhistas rurais. Neste contexto, também aparecem, a partir da década de 1960, a atuação das Igrejas Católicas e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, que também tiveram um papel importante de pressionar o Governo para a realização da reforma agrária (SOARES, 2009).

Em meio às pressões das Ligas Camponesas, em 1963, o Governo da República, presidido por João Goulart, regulou o Estatuto do Trabalhador Rural dando aos trabalhadores rurais os mesmos direitos adquiridos pelos trabalhadores urbanos, quais sejam: estabilidade do emprego e indenização. Todavia, esses direitos não saíram do papel, pelo contrário, houve expulsões massivas de trabalhadores rurais dos seus empregos no campo e a reação dos mesmos foi a constituição dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Já a constituição da legislação sobre a reforma agrária seria o segundo grande tema das reformas de base do então presidente. Nessa ocasião, em 1964, com a ocorrência do Golpe Militar, houve novamente o desencontro da discussão sobre a reforma agrária entre o movimento camponês e o Estado (SABOURIN, 2008). Para Soares (2009), o Golpe Militar não passou de um arranjo político entre as esferas dominantes no país: os militares e os latifundiários, juntamente com o grande capital.

No mesmo ano do Golpe Militar, os governos militares reprimiram os movimentos sociais e passaram a controlar as organizações camponesas, como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que foram forçados a se desviar das suas funções essenciais de lutas. Ainda em resposta à ação dos movimentos sociais, o Governo criou, em 1964, o primeiro instrumento legal, que tinha o pretexto de fazer reforma agrária, o Estatuto da Terra. Esta lei previa indenização aos proprietários em caso de desapropriação e limitou-se a desenvolver um programa de colonização conduzido às terras dos cerrados dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Piauí e da Amazônia (SABOURIN, 2008).

Contribuindo com essa discussão, Soares (2009, p. 21) assinala que o Estatuto da Terra:

Trazia um projeto de desenvolvimento para a agricultura, com a modernização do latifúndio, que era visto por todas as esferas como um entrave para a industrialização e o desenvolvimento do país e trouxe também a definição jurídica e política das categorias de propriedade da terra existentes. A criação do Estatuto foi entendida, por alguns setores da sociedade, como a forma encontrada pelo governo para neutralizar os conflitos de terra, com a apropriação da demanda dos grupos organizados por reforma agrária, porém, redefinindo-a com a roupagem da institucionalidade.

Nesse sentido, Medeiros (2003) afirma que o Estatuto da Terra trouxe mais benefícios aos grandes imóveis rurais, uma vez que a implantação desta lei gerava estímulos econômicos voltados à modernização da agricultura e as desapropriações para a reforma agrária foram raras. Nas palavras desta autora, a modernização do processo produtivo agrícola, na década de 1970, mostrou que a “reforma agrária não era condição indispensável para o desenvolvimento econômico” (MEDEIROS, 2003, p. 25). Além disso, a modernização da agricultura trouxe mecanização da produção agrícola em larga escala e a incorporação do uso de insumos químicos nos cultivos; aumento da produtividade; agroindustrialização; êxodo rural; expansão da fronteira agrícola; piora das condições do trabalho rural e aumento da demanda por terra.

Pereira (2010) argumenta que, entre as décadas de 1970 e 1980, empresas privadas e proprietários do centro-sul do país passaram a adquirir títulos e terras do Estado e instalaram, na região da Amazônia, seus empreendimentos agropecuários. Todavia, para a ocorrência desse fato, houve muitas expropriações e expulsões violentas de posseiros de suas terras. A maioria desses posseiros era migrante que ocuparam terras devolutas e que, há muitos anos, viviam em suas posses sem ter algum documento que os caracterizavam como proprietários. Para este autor, a problemática dos conflitos de terra na Amazônia teve as suas origens neste momento, quando os proprietários do centro-sul do país passaram a investir os seus negócios nessa região.

Ao mesmo tempo, estava ocorrendo a interligação da Região Norte ao Centro-Sul do país com a implantação de rodovias, como a Transamazônica e a Belém-Brasília, e o incentivo das políticas econômicas e desenvolvimentistas do Governo Militar, o que motivou, ainda mais, os empresários rurais a investirem em busca de terra e do lucro fácil na Amazônia. Em razão disso, os empresários (grileiros) conseguiram a posse dos títulos de terra e os posseiros passaram a ser vistos como ilegais pelos representantes dos órgãos do Estado, dentre eles: Justiça, Repressão, Planejamento e Questões Agrárias. Ademais, os posseiros foram acusados de impedir a execução dos

projetos agropecuários âncora do “desenvolvimento” e do “progresso” da região e do Brasil (PEREIRA, 2010, p. 1).

Kotscho (1981) também compartilha da opinião de Pereira (2010) ao enfatizar que o início da década de 1970 desenvolveu-se, na região da Amazônia, sobretudo no Bico do Papagaio, o mais trágico processo de grilagem, especulação e destruição de famílias de posseiros. Além disso, essas famílias vivenciaram violências físicas e verbais dos jagunços e/ou pistoleiros, a mando dos proprietários rurais que tinham o documento de posse da terra, por resistirem em permanecer nas terras que viviam há muitos anos, configurando-se, dessa maneira, a existência de conflitos fundiários. Nessa época, para este mesmo autor, “a Amazônia é tomada de assalto, o confronto é inevitável: do Sul, chegam os grandes grupos econômicos, com todo o apoio oficial, ocupando sua nova versão de sesmarias com violência, se necessário” (KOTSCHO, 1981, p. 20).

Para Martins (1991), houve um movimento capitalista de ocupação do território da Amazônia representado pela grande fazenda, banco, casa de comércio, rodovia, juiz, cartório, Estado, que passou a expulsar e expropriar violentamente os trabalhadores rurais e suas famílias que moravam nas terras devolutas e viviam de uma economia de abastecimento do autoconsumo familiar e que não tinham documento que comprovasse a sua posse de terra, conhecido como posseiros. Como forma de continuarem nas terras em que moravam há vários anos, os posseiros tentavam resistir às ações violentas dos proprietários rurais. É a partir do momento no qual os proprietários, juntamente com seus jagunços, expulsaram as famílias dos posseiros de suas terras e os mesmos resistiram a este ato é que se iniciam os conflitos e a violência no campo. Martins (1991, p. 62) ressalta, ainda:

Não estamos diante de um processo de ocupação da Amazônia; estamos, na verdade, diante de uma verdadeira invasão da Amazônia, em que os chamados pioneiros não raro se comportam, ante os primeiros ocupantes, como autênticos invasores – devastando, expulsando, violando direitos e princípios. É bem clara a origem regional e social desses invasores. Eles vêm do Sul e do Sudeste e estão procedendo a uma verdadeira sulização do Norte.

Este relato de Martins defende que quem são invasores do território da Amazônia são os proprietários e empresários rurais (grileiros) vindos do Sul e Sudeste do país e não necessariamente as famílias dos trabalhadores rurais (posseiros).

De forma análoga, Medeiros (2000) descreve a caracterização dos conflitos fundiários no Brasil assinalando que os mesmos têm, na sua essência, a luta de resistência de posseiros, foreiros e arrendatários que se organizam e resistem às ameaças de sua expulsão da terra por proprietários que pretendem o uso da área para introduzir novos cultivos e/ou usos especulativos. A autora, ainda, argumenta que essas lutas estiveram na base, não só das Ligas Camponesas e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, como também da constituição da bandeira “reforma agrária” que unificou as lutas no campo.

No Brasil, os conflitos fundiários vêm sendo objeto de estudo pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) desde 1975, mas apenas a partir da década de 1980 que se sistematizou, em dados, os números e as qualificações das ocorrências destes acontecimentos no campo. A publicação desses dados ocorre anualmente através da publicação do Caderno de Conflitos no Campo. De acordo com o Caderno de Conflitos no Campo, publicado em 2014, os conflitos por terra são

ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses etc. (CANUTO; LUZ; COSTA, 2014, p. 13).

Além disso, segundo Matos, Cunha e Alencar (2014), na maioria das vezes, os conflitos por terra desencadeiam em formas de violência praticadas contra os trabalhadores rurais e suas famílias. Dentre as formas de violência, citam: assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, ferimentos e prisões. Além disso, os autores ressaltam que o uso da violência é uma prática comum de ocorrência neste campo de conflitos por terras. Kotscho (1981) também evidenciou isso no seu livro “O massacre dos posseiros: conflito de terra no Araguaia-Tocantins”, ao apresentar vários relatos de violência realizados pelos grileiros e seus comparsas contra os posseiros e suas famílias.

Dados da CPT, sistematizados entre os anos de 1985 a 1996, revelam as informações sobre as vítimas fatais de conflitos ocorridos no campo (ver Figura 3), mostrando, em números, que a região do Bico do Papagaio possui a maior concentração territorial de violência no campo quando comparada com outras regiões do Brasil.

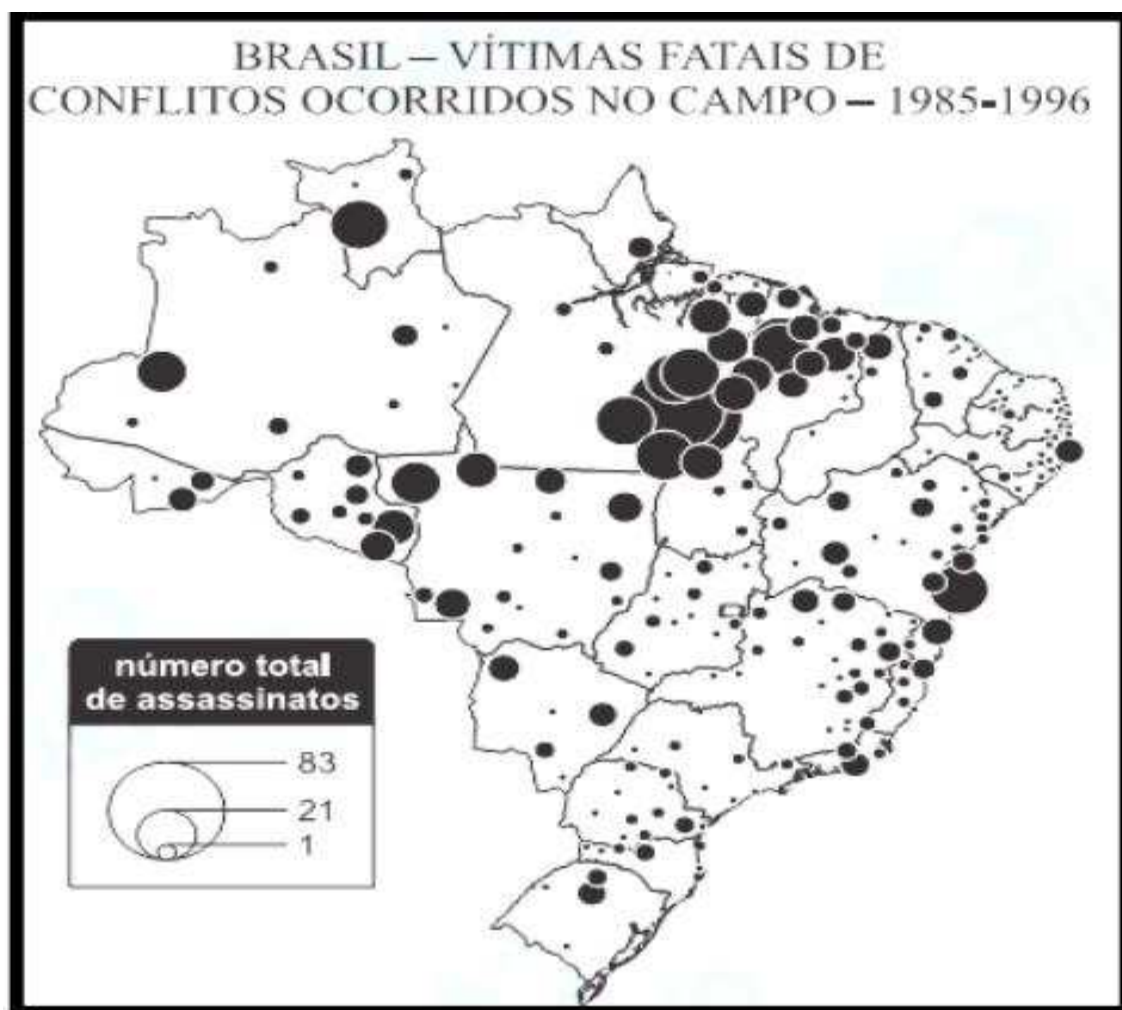


Figura 3 – Vítimas fatais de conflitos ocorridos no campo (Brasil, 1985-1996)

Fonte: CPT

Sobre os conflitos e a violência no campo, Martins (1991) enfatiza que os conflitos por terra sempre foram um dos motivos de mortes de inocentes.

Apesar da situação de domínio dos latifundiários em relação aos trabalhadores rurais e suas famílias, bem como na política do país, ao longo dos anos, somente na década de 1980, os trabalhadores rurais, com o apoio da Igreja Católica, da CPT, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e dos Movimentos Sociais, iniciaram um movimento de luta pela terra em vários locais do país. Isso só foi possível em razão do término do Governo Militar e do fim da repressão aos movimentos sociais. Mas foi em 1984 que ocorreu o primeiro encontro que deu nome e a articulação própria aos trabalhadores rurais sem terra: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este movimento, então, passou a discutir e mobilizar a população rural e a

pressionar o Governo juntamente com outros movimentos sociais, em torno da concretização da reforma agrária.

Como o início do Governo da Nova República, em 1985, foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) que, ao mesmo tempo, anunciava a reforma agrária como um plano prioritário do Governo através do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Este plano previa a desapropriação por interesse social e a implantação de assentamentos, e a contribuição para a complementação das ações de regularização fundiária, colonização e tributação. Apesar disso, as ações estabelecidas pelo Governo, no I Plano, não foram colocadas em práticas, em razão da reação das elites agrárias, que criaram uma frente de resistência e de defesa do direito de propriedade, as quais eram representadas institucionalmente pela União Democrática Ruralista (UDR), criada após o anúncio do plano. Diante dos interesses dos grandes proprietários rurais, o Governo não conseguiu que as ações do plano saíssem do papel (MEDEIROS, 2003).

Assim, as condições políticas favoráveis à reforma agrária defendida pelos movimentos sociais no campo só foram restabelecidas, no governo de Itamar Franco (1992-1994), com o lançamento do Plano Emergencial de Reforma Agrária. Este plano previa a instalação de assentamentos a oitenta mil famílias e o processo de desapropriação do imóvel rural por interesse social. Na verdade, de acordo com Medeiros (1998), a reforma agrária foi substituída por programas de assentamentos rurais. Isso ocorreu para suavizar os conflitos, sem alterar de forma efetiva a estrutura fundiária do país.

Após esses breves apontamentos sobre a questão agrária brasileira, a próxima seção trará uma discussão sobre o processo de ocupação e os conflitos fundiários no território do Bico do Papagaio, região na qual se encontra a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins.

3.2 O processo de ocupação e lutas no Bico do Papagaio

Os registros desta região apontam que seus primeiros habitantes foram os índios das tribos Apinagés e Gavião. Contudo, por volta dos anos 1633 a 1658, os jesuítas Padre Antonio Vieira, Francisco Veloso, Antônio Ribeiro e Padre Manoel Nunes

chegaram ao território dos Apinagés atraídos pelos minérios e extrativismo vegetal, e abriram quatro entradas na região do extremo norte do Estado do Tocantins, com o intuito de que os índios do Estado do Pará fossem para essa região. Essa intervenção ocasionou a abertura das estradas que davam acesso aos rios Araguaia e Tocantins, além da ocupação destas terras pelos homens brancos (ROCHA, 2011, p. 61).

No entanto, o processo de ocupação mais efetiva da região do Bico do Papagaio se deu no século XIX, com a vinda de migrantes do Nordeste que saíram em busca das terras livres em direção aos rios Tocantins e Araguaia, para criar gado nos campos do cerrado. Deste modo, iniciou-se a criação de vários aglomerados populacionais ao longo do Tocantins, sobretudo nas áreas de fronteira entre os Estados do Maranhão e do Tocantins. Posteriormente, esses núcleos populacionais avançaram em direção ao rio Tocantins e a expansão da pecuária vinda do Maranhão alcançou os campos do norte do Estado e, posteriormente, subiu em direção ao sudeste do Pará (VELHO, 1981).

A partir da segunda metade do século XIX, esses posseiros, juntamente com os missionários da Igreja Católica, deram origem a alguns núcleos urbanos próximos aos rios Tocantins e Araguaia, como os municípios: Imperatriz-MA, fundada em 1854, e São Vicente do Araguaia (atual Araguatins-TO), criada em 1868. Simultaneamente a esse processo de introdução da pecuária, efetivou-se, também nesta região, um modelo agrícola produtivo que tinha, na sua essência, o trabalho familiar e o uso coletivo da terra. Desta forma, desenvolveu-se a criação dos centros, denominados também de pequenos sítios, que, normalmente, “[...] recebiam a denominação do primeiro chefe de família a chegar e se fixar em função do plantio de arroz e do extrativismo da madeira e do babaçu” (FERRAZ, 2000, p. 40).

Segundo Velho (1981), até as três primeiras décadas do século XX, não houve o desenvolvimento de uma agricultura de média e grande escala de produção na região do Bico do Papagaio, pois a exploração do extrativismo vegetal (castanha e babaçu) e a extração dos minérios nos garimpos, principais bases de sustentação econômica, contribuíram para a consolidação da agricultura voltada para o consumo das famílias:

Plantavam milho, arroz, mandioca, feijão, fava. Às vezes, mantinham uma pequena criação de porcos e galinhas. A produção era quase toda para a subsistência, vendendo-se, eventualmente, alguma coisa para os castanhais, garimpos ou para o consumo de Marabá; tudo com muita dificuldade, dadas as distâncias e a quase ausência de meios de transporte e de comunicação. Quase tudo era feito a pé, pois mesmo os burros escasseavam (VELHO, 1981, p. 105).

Para Ferraz (2000), este modo de ocupação nas terras da região do Bico do Papagaio ocorreu até a década de 1940. Além disso, o mesmo autor argumenta que, até essa época, esta região era isolada em relação ao restante do país, com exceção dos Estados do Maranhão e Pará, e que os rios Tocantins e Araguaia eram as principais vias para chegar a estes lugares. Portanto, “[...] a aparente impenetrabilidade da floresta e o abandono pelas instituições do Estado determinaram que as terras da região não possuíssem valor de troca, razão pela qual seus ocupantes não sentiam a necessidade de legalizá-las como propriedade privada” (FERRAZ, 2000, p. 41).

Almeida (1986 apud Rocha, 2011), ainda, relata que, por volta da década de 1930, houve, nesta região, um movimento espontâneo de migração de trabalhadores rurais vindos do Nordeste brasileiro, sobretudo do Estado do Maranhão. Estes nordestinos foram criando pequenos povoados e ocupando as áreas de transição do cerrado com a Floresta Amazônica.

Sobre esta década, Ferraz (2000, p. 66) menciona que a mudança da capital do Estado de Goiás, para a atual cidade de Goiânia, valorizou as terras do Planalto Central¹³, o que provocou um fluxo migratório da Região Sul do Brasil e dos Estados da Bahia e Minas Gerais para Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Pará. Este autor, ainda, ressalta que a criação de Goiânia foi o primeiro marco a despertar o Centro-Oeste do Brasil como um local para ocupação das terras e fonte de riqueza. Isso provocou o estímulo para a formação de uma área de fronteira agrícola.

Nesse sentido, no final da década de 1930, o governo de Getúlio Vargas lançou a política nacional de interiorização do Planalto Central denominada “Marcha para o Oeste”. Esta política pode ser definida como um plano de integração entre o sul e o centro-norte de Goiás por meio de relações econômicas entre os povoados ao longo do Estado, uma vez que apenas as regiões sul e sudeste do Estado de Goiás eram integradas economicamente com o resto do país. Desta forma, foram sendo criados alguns pontos centrais (Colônias Agrícolas) que funcionariam como polo de desenvolvimento para a expansão econômica, daí a importância de tais Colônias. Assim sendo, a implementação dessa política resultou no avanço gradativo da fronteira agrícola, na construção de estradas e rodovias na região e no desenvolvimento urbano (OLIVEIRA, 2010).

Apesar desses avanços, que ocorreram apenas na parte sul e sudeste de Goiás inicialmente, as Colônias Agrícolas não conseguiram utilizar a mão de obra dos

¹³ A região do Planalto Central compreende partes dos Estados do Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins.

migrantes vindos para esta região. Assim, estes migrantes, que não conseguiram ser empregados nas colônias e que não tinham terras, avançaram para o extremo norte do Estado em busca do seu pedaço de terra. Essa população, juntamente com os índios e os posseiros¹⁴ que já viviam lá, povoaram a área da região do Bico do Papagaio (OLIVEIRA, 2010).

O resultado disso foi que, nos anos de 1940, a cada 100 habitantes que viviam na zona rural do Estado de Goiás, apenas 55 eram proprietários das terras na qual trabalhavam os outros se inseriam nas categorias de agregados, meeiros, posseiros etc.; pode-se dizer que havia uma população sem-terra numa área de intensa oferta de terras, pois a densidade demográfica de Goiás não ultrapassa 1,28 habitante por quilômetro quadrado (BORGES, 1994 apud OLIVEIRA, 2010, p. 67).

Autores como Velho (1981), Ferraz (2000), Oliveira (2010) e Rocha (2011) argumentam que, a partir da década de 1950, a ocupação do território do Bico do Papagaio passou a ter outro sentido, pois a região passou a se inserir na fronteira de ocupação da Amazônia, tendo como marco a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153), ligando, inicialmente, o trecho entre os Estados de Goiás e do Pará. A ligação desses dois Estados teve como consequências a atração de migrantes para trabalhar na construção da Belém-Brasília e a especulação fundiária para a expansão da agropecuária, além do extrativismo vegetal e madeireiro. Ademais, a construção da cidade de Brasília proporcionou a valorização das terras da região de Goiás. É neste contexto que se iniciou a atuação dos grileiros¹⁵ no meio norte de Goiás, o que resultou em grandes conflitos pela terra até a década de 1990.

Segundo Ferraz (2000), na década de 1950, houve um fluxo de migrantes nordestinos para a região do Bico do Papagaio em busca de terras para plantar, uma vez que o Nordeste estava vivenciando uma grande seca. Além desses migrantes, chegaram também lavradores dos Estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, que tinham o propósito de investir o seu respectivo capital na produção agrícola. Assim, esses lavradores, juntamente com os empreiteiros da rodovia Belém-Brasília, se apropriaram de algumas áreas para produzir grandes lavouras de arroz. Em razão dessa grande

¹⁴ Posseiro ou ocupante de terra é aquele que trabalha na terra e/ou mora nela sem possuir algum documento legalmente registrado em cartório que comprove que o mesmo é proprietário (MARTINS, 1990).

¹⁵ Grileiro é aquele que procura se apossar de terras alheias mediante o suborno e falsificação de documentos, obtendo, assim, a escritura de propriedade da terra sem que a mesma seja realmente dele (MARTINS, 1990).

produção, na década de 1960, a região do Bico do Papagaio tornou-se um grande centro distribuidor do produto para os centros urbanos. Velho (1981) ainda assinala o grande interesse do Governo na formulação de planos de escoamento do cereal goiano, uma vez que Goiás era um dos Estados com maior volume de produção de arroz para todo o Brasil.

Outro movimento que contribuiu para o acréscimo de grilagem na região estudada foi a introdução da política de crédito ao produtor rural via Banco do Brasil, na década de 1960. Para o acesso a esse crédito, conforme cada caso, era necessário a escritura da propriedade, uma carta de anuência do proprietário da terra ou uma simples garantia de posse efetiva. Em 1964, abriu-se uma agência do banco no município de Marabá e o Governo criou o Decreto n.º. 4.457, em 18 de setembro, dispondo sobre a ocupação provisória de terras. Através deste Decreto, várias pessoas conseguiram, de forma fácil, o título provisório de ocupação das terras devolutas numa área de até cem hectares, já que era necessário apresentar, às prefeituras municipais, apenas uma prova de ocupação e, na prática, não havia verificação no local. Tendo em vista a facilidade de se obter o título da terra, era comum a mesma pessoa ter vários títulos em nome de diferentes membros da família, formando-se enormes fazendas. Nesta época, o Banco do Brasil chegou a ter dois mil clientes que acessaram tais créditos (FERRAZ, 2000).

Kotscho (1981) também afirma que, por volta do final da década de 1960 e início da década de 1970, grandes grupos econômicos (Bradesco, Banco Econômico, Volkswagen, Lunardelli, Nixdorf, Bamerindus, Aço Villares, entre outros) receberam terras e incentivos fiscais do Governo Federal, via Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), para que ocorresse o Milagre Econômico na Região Norte do país, ou seja, para que acontecesse o crescimento econômico acelerado na perspectiva do governo dos militares.

Além disso, Ferraz (2000) argumenta que foi nessa época que se intensificou a penetração de grandes fazendas na Amazônia, pelos goianos do sul, pelos mineiros, pelos paulistas e pelos gaúchos do Rio Grande Sul e do Paraná, introduzindo, nesta região, o modelo de propriedade capitalista. Este mesmo autor estima que, no início da década de 1970, já havia mais de 300 mil famílias de posseiros na região do Bico do Papagaio. Isso mostra que a região já era habitada por posseiros que não tinham o título da terra das áreas que ocupavam. “A partir daí, início dos anos 1970, desenvolve-se o mais trágico processo de grilagem, especulação e destruição organizada de famílias de posseiros que a nossa história já viu” (KOTSCHO, 1981, p. 19).

No depoimento abaixo, coletado por Ferraz (2000), é possível perceber essa violência praticada pelos fazendeiros na opinião dos atores sociais que vivenciaram essa experiência.

É triste a gente ver, nossos maridos trabalhando. Derramando suor para dá o pão aos nossos filhos, e sustento para nós e depois a gente ver as nossas roças serem tomadas e serem ocupadas, com sementes de capim. E os nossos filhos chorando de fome, pedindo um pouquinho de farinha para comer. Nós tínhamos sempre o que comer, em nossas casas, quando nós trabalhávamos nessa mesma terra, que hoje diz que são de donos. E tomam nossos direitos. Por prova que somos trabalhadores e vivemos ameaçado, os nossos maridos que trabalha na fazenda do Senhor Joaquim de Lima quinta que fez despejos de 52 famílias na Fazenda Pontal, sendo que nós já morávamos aqui com mais de 10, 15, 20 anos. E ele que chegou aqui depois de nós não tem benefício nenhum e proíbe nós de trabalhar, coloca jagunço dentro da terra, dentro das nossas roças e de nossas casas. Da onde fomos despejados por prova que nós já trabalhávamos há muitos anos, aqui ele veio nos despejar com policiais, jagunço, armados deixando todas as mães jogada no meio da rua, a fome aumenta no meio de nós. [...] já está chegando o tempo da planta do feijão e não temos onde plantar, eles estão tirando as nossas madeiras todas, estão vendendo, e colheram os nossos arroz que os nossos maridos plantaram. E nem o babaçu nós não podemos quebrar começaram a destruir os nossos babaçu e tomaram as nossas roças, destrói o babaçu, vende a madeira, de que vamos viver? (FERRAZ, 2000, p. 83-84).

Sobre este cenário, Martins (1990, p. 105) afirma que a maior parte dos estabelecimentos agrícolas da região da Amazônia Legal era constituída por estabelecimentos de posseiros. Este autor ainda argumenta que o posseiro é o “lavrador pobre” que faz o roçado para o consumo de sua família e cujo excedente agrícola é vendido. O dinheiro que recebe é para comprar remédios, sal, querosene e, às vezes, roupa ou outros itens necessários a casa ou ao trabalho na roça. Para este autor, é importante esclarecer que o posseiro não é o invasor da propriedade do outro. Invasores são os grileiros, fazendeiros e empresários rurais que os expulsam da sua terra.

Nessa conjuntura, também aparece, como marco importante de ocupação das regiões do Bico do Papagaio e da Amazônia, o projeto de expansão de levar “homens sem-terra para uma terra sem homens”, que levou o Governo Militar a construir a Rodovia Transamazônica. Esta teve o propósito de interligar os dois extremos longitudinais do país e povoar esta área até então vista, pelo Estado, como desabitada. Em razão da construção deste empreendimento tornou-se mais intenso o processo migratório do Nordeste para Norte do país, bem como dos grupos econômicos, o que

Os que cometem tais violências são justamente ilustres figuras da República, através de uma cadeia de interesses e de relações que vai do senador, do deputado, do ministro, até do oficial, ao juiz, ao delegado de polícia, ao policial, ao soldado, ao oficial de justiça, ao jagunço, ao pistoleiro profissional. Um retrato espantoso de banditismo acobertado por um infernal aparato de poder e pela certeza da impunidade (MARTINS, 1981, p. 9).

É por meio dessas “ilustres figuras da República”, conforme chamou Martins, e da ação do juiz-grileiro em servir o policial ou o soldado como força de cobertura para as violências no campo, que jagunços e pistoleiros agrediram e/ou mataram membros de famílias desta região (não respeitando crianças, grávidas, idosos e mulheres), queimaram casas e destruíram roças, expulsando famílias de suas terras, os quais lá viviam há mais de 40 anos, em alguns casos. E, assim, o número de mortes em razão dos conflitos pela posse da terra foi aumentando. Também é importante destacar a participação dos representantes da Igreja Católica (Padre Josimo e o missionário italiano Nicola Arpone) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na busca de minimizar e até mesmo solucionar os conflitos pela a terra.

Sobre esse cenário de criminalidade e conflitos, alguns livros retratam essa questão, a citar: “O massacre dos posseiros: conflitos de terra no Araguaia-Tocantins”, de autoria de Ricardo Kotscho; “Viúvas da terra: morte e impunidade nos rincões do Brasil”, escrito por Klester Cavalcanti; “O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil”, de autoria José de Souza Martins; e “O movimento camponês no Bico do Papagaio”, de autoria de Siney Ferraz. As leituras destas obras são tão ricas em depoimentos que se faz necessário reproduzi-las neste trabalho a fim de contextualizar como ocorreram alguns dos episódios dos conflitos pela terra.

Eu, Francisco Vieira de Souza, [...] pai de família com quatro filhos, declaro que, dia 25 de julho de 1980, três policiais fardados e armados e o fazendeiro José Ferreira cercaram minha casa, às 5 horas da manhã. Pelejaram para mim sair de casa, não quis sair, invadiram minha casa, apanharam minha espingarda e o facão. Pediram para mim tirar os trens da casa, que era para queimar minha casa. Tirei minhas coisas, botei no terreiro, até poder levar para o povoado. Enquanto isso, os policiais ficaram me vigiando com armas na mão. [...] me obrigaram durante a tarde a carregar minhas coisas, minha mulher grávida de sete meses levou um grande susto quando a polícia invadiu meu domicílio. Dia 29 de julho, a polícia voltou, nove policiais andavam na rua, outros andavam na fazenda, derrubaram minha casa. Atualmente, estou arranchando numa casa provisória.

Botaram um homem, que diz que é louco, para vigiar meu sítio (KOTSCHO, 1981, p. 36-37).

Dona Maurina teve seu marido, José Pereira da Silva, o Zé Pretinho, assassinado [...], juntamente com Valdemar Alves de Almeida, seu sobrinho, que também encontrava-se presente no momento do ataque dos pistoleiros. Eles foram executados no interior da residência, na presença das crianças. [...] Poucos dias antes, os mesmos criminosos haviam chacinado seis outros posseiros, em seus locais de trabalho, tendo vindo à casa do Zé Pretinho “terminar o serviço”. Dona Maurina, na época com oito meses de gestação, também foi ameaçada pelos bandidos e teve armas apontadas para seu ouvido. [...] “Aí, depois que atiraram nele, eu saí... Não sei nem como é que eu fiquei... Da cintura para baixo eu tava toda dormente. Quando foi doze dias depois, eu comecei a perder sangue. Aí, eu tive a criança: menino-homem... Nasceu morto... Nasceu morto (ANDRADE, 1993, p. 47).

Oliveira (2001) revela que os registros da CPT indicam que, entre 1985 a 1996, a região do Bico do Papagaio teve o maior número de assassinatos no meio rural comparado a outras regiões do Brasil, o que culminou para que o lugar passasse a ser considerado como a região com conflitos agrários mais intensos no país.

Como forma de resistência a essa realidade, os trabalhadores rurais, sob a influência da CPT, por meio do Padre Josimo, criaram vários Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, na década de 1980. Assim, os Sindicatos, com o apoio da CPT, articularam para reivindicar a Reforma Agrária e o direito à posse da terra. Nesse sentido, a partir dos meados de 1980, o Governo Federal, por meio do INCRA, começou a desapropriar os latifúndios desta região e implementou os Projetos de Assentamentos (PA's), iniciando as ações da Reforma Agrária (CARVALHO et al. 2006; SANTOS, 2011).

Nesta época, a região do extremo norte do Tocantins era caracterizada pela prevalência dos latifundiários que tinham o direito de propriedade sobre os recursos naturais, principalmente, aos babaçuais e a expansão da pecuária extensiva. Desse modo, as áreas dos babaçuais eram exploradas em benefício do proprietário da terra. Assim, os migrantes nordestinos, os descendentes de indígenas, os quilombolas, entre outros sujeitos, eram impedidos de quebrar e coletar os cocos de babaçu nas propriedades privadas (BEHR, 1995).

Diante deste cenário, estes grupos viviam em povoados paupérrimos, construídos no único espaço físico que lhes sobrou naquela imensa região, a pequena faixa situada entre as cercas das grandes fazendas e as estradas. As casas eram de parede de barro e cobertas com folhas de palmeira, e, no seu interior, não tinha quase nada. É

diante desta situação que o coco babaçu era a base da resistência dos trabalhadores, uma vez que este produto que garantia a renda familiar. Portanto, a coleta do babaçu e a agricultura para o consumo da família eram as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos trabalhadores. Além disso, uma das formas de obtenção de renda na região era a venda da força de trabalho familiar ao fazendeiro, que acontecia raramente (BEHR, 1995).

Martins (1990) finaliza esta discussão afirmando que este processo de ocupação da região de fronteira entre os Estados do Pará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas, na qual se insere também a região do Bico do Papagaio, se configura como movimento de reprodução ampliada do capital, ou seja, a expansão do capitalismo se faz sobre as terras ocupadas por posseiros, através da expropriação e da expulsão violenta das famílias que já moravam nestes locais.

Portanto, diante desta discussão, pode-se inferir que, entre as décadas de 1950 a 1990, na região do Bico do Papagaio ocorreram, de forma intensa, perseguições e assassinatos de inúmeros posseiros e lideranças religiosas, expropriações violentas das famílias dos posseiros e grilagem das terras. Estas particularidades fizeram a região do Bico do Papagaio ser reconhecida nacionalmente como região do palco dos conflitos pela terra no país. Vale ressaltar que este período de intensas violências no Bico do Papagaio, principalmente entre os anos de 1985 a 1992, está relacionado com a época em que as famílias da Resex do Extremo Norte vivenciavam a luta pela terra. Em 1992, esta Unidade de Conservação foi criada com objetivo de garantir esse território para as famílias extrativistas. Nesse sentido, a próxima seção discutirá o processo de criação desta Reserva e seus desdobramentos, bem como a sua situação atual.

3.3 A criação da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins e seus desdobramentos

Conforme mencionado na seção anterior, a partir do final da década de 1980, houve, na região do extremo norte do Estado do Tocantins, um processo de reivindicação pela Reforma Agrária por parte dos representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e dos movimentos sociais ligados à Igreja Católica. Além da

reivindicação pelo direito à posse da terra, enquanto meio de sobrevivência para as famílias, esses atores lutavam para acabar com os conflitos pela terra na região.

Desse modo, as mulheres quebradeiras de coco babaçu assumiram a luta pelo acesso a terra e pelo uso sustentável do babaçu. Nesse movimento de luta, destaca-se o papel da líder Raimunda Gomes da Silva, mais conhecida como Dona Raimunda¹⁶ Quebradeira de Coco, que, através da sua persistência no movimento, obteve como resultado inicial, em 1986, a desapropriação de uma área na região da cidade de São Miguel-TO, para a criação do Assentamento Sete Barracas, localizada neste mesmo município. Como não foram todas as famílias que conseguiram ser beneficiadas deste projeto, Dona Raimunda continuou na luta para que mais famílias fossem contempladas por meio do acesso a terra.

Nos anos subsequentes, no início da década de 1990, emergiram, na Amazônia Brasileira, intensas mobilizações dos movimentos seringueiros para a criação de Reservas Extrativistas. Desta forma, Dona Raimunda também liderou a luta na região do Bico do Papagaio para que fosse criado esse tipo de território que permitiria garantir o uso desse espaço pelas famílias extrativistas, sobretudo, as das quebradeiras de coco babaçu. Naquele momento, essa preocupação era justificada em razão da recente criação do Estado do Tocantins, em 1988, que acirrava ainda mais os conflitos já existentes na região, entre fazendeiros e população tradicional que explorava o babaçu.

Entre os relatos coletados durante a pesquisa, dois entrevistados sintetizaram como era esse cenário conflituoso entre fazendeiros e quebradeiras de coco babaçu.

Os capetagens, que eram os fazendeiros, jagunços ou pistoleiros, chegavam aos locais onde elas estavam coletando o coco e quebrando o coco e diziam que iam jogar calagem em cima e que tinham que sair da terra dele, que na terra dele não era espaço de quebradeira coco tá lá quebrando cerca. Diziam que não iam quebrar cerca e iam quebrar coco e quebrar cerca. Diziam também que iam colocar fogo nos pastos, porque elas usavam muito a casca do coco para a fabricação de carvão. Além disso, também há os relatos, foi em Carrasco mesmo essa história que me contaram, de que o fazendeiro chegou e estava um grupo de quebradeiras de coco fazendo o trabalho delas e ele disse que, da próxima vez que ele encontrasse quebradeiras de coco nas terras dele, em cada uma destas quebradeiras ele ia deixar um menino.

¹⁶ Dona Raimunda é uma das lideranças das quebradeiras de coco da região do Bico do Papagaio e que, desde a década de 1980, vem lutando pelos direitos das mulheres extrativistas. Raimunda já participou da Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP), do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista em Brasília, entre outras organizações. Desde 1979, ela reside no local onde fica o Assentamento Sete Barracas, localizado no Bico do Papagaio.

[...] isso é real, aconteceu de verdade, as pessoas contam isso (RELATO DO ENTREVISTADO O, 2014).

Quando as quebradeiras vinham [nas terras dos fazendeiros], elas tinham que passar na porta lá, para eles ver se elas tinham quebrado o coco e tinha que vender para eles. Chegou até de ele tomar o coco das mulheres no meio do mato. Isso era na fazenda do TTT. O seu VVV, que era o pistoleiro deles, que amarrava as mulheres, que, ou vendia pra eles ou não saíam com os cocos (RELATO DO ENTREVISTADO A, 2014).

A partir destas falas, pode-se notar o tipo das ameaças que as quebradeiras de coco vivenciaram para coletar e quebrar coco babaçu, além de terem experienciado o conflito entre fazendeiros para o uso deste recurso natural. Isso retrata uma das formas de violência contra a mulher extrativista realizada pelos “donos” da terra e seus funcionários (jagunços e/ou pistoleiros).

Diante dos conflitos que vinham ocorrendo para que as quebradeiras de coco tivessem acesso ao território e seus recursos naturais (principalmente o babaçu), Dona Raimunda, juntamente com outras lideranças das quebradeiras de coco, fizeram uma mobilização para que fosse criada uma Reserva Extrativista próxima a área do Assentamento Sete Barracas. Essa mobilização acabou surtindo efeito e, em uma área com grande concentração de palmeiras do babaçu, entre os Estados do Maranhão e Tocantins, possibilitou a criação de três Reservas Extrativistas: Mata Grande, Ciriaco e Extremo Norte do Estado do Tocantins, ambas no ano de 1992.

Vale destacar que a criação dessas três Reservas Extrativistas teve um impacto político não só para a região, mas para todo o país, uma vez que essas Unidades de Conservação foram criadas 14 dias antes do início da II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, evento conhecido mundialmente como Eco-92 ou Rio-92, realizado na cidade do Rio de Janeiro-RJ, entre os dias 3 a 14 de junho do mesmo ano.

Diante disso, a criação dessas três reservas, juntamente com a Reserva Extrativista Quilombo do Frexal, localizada no Estado do Maranhão, e a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, situada no Estado de Santa Catarina, davam ao país uma conotação de preocupação em preservar o meio ambiente e em dar visibilidade às populações tradicionais que viviam ou exploravam recursos naturais nesses territórios. Buscou-se mostrar, assim, que o Brasil estava seguindo as diretrizes apontadas pelo Relatório de Brundtland, conhecido também como Relatório Nosso Futuro Comum,

elaborado em 1987, que definia o conceito de desenvolvimento sustentável como fio norteador das próximas discussões sobre meio ambiente e homem.

Ademais, o governo brasileiro queria demonstrar, neste evento, o progresso em direção à redução do desmatamento da Amazônia através da criação das quatro Reservas Extrativistas (Mata Grande, Ciriaco, Quilombo do Frexal e Extremo Norte do Estado do Tocantins), além das outras Resex's criadas no ano de 1990 (YOHANNES, 2013).

Ainda sobre a criação da Resex do Extremo Norte, cabe fazer alguns apontamentos. Apesar da criação desta Unidade de Conservação ter sido orquestrada pelo movimento das quebradeiras encabeçado por Dona Raimunda, as famílias que seriam beneficiárias por muitos anos não tiveram a dimensão dessa conquista, principalmente, por acreditarem que esse território não atenderia os seus anseios. Essa justificativa estaria associada, por um lado, em função do aumento da intensificação dos conflitos entre extrativistas e fazendeiros que a Reserva trouxe, bem como a restrição do uso do babaçu, e, por outro lado, as famílias não tinham qualquer entendimento do que seria uma Reserva Extrativista e, para muitos, a Resex do Extremo Norte era uma forma de assentamento rural da reforma agrária, ou seja, uma forma de ter acesso a terra.

Deste modo, esta percepção é representada no relato do Entrevistado O (2014), segundo o qual se esqueceram de dizer para as famílias das quebradeiras de coco que esse espaço era uma Reserva Extrativista, bem como os seus direitos e deveres sobre este território. Contribuindo para esta discussão, outro informante também relatou a sua percepção sobre a forma que ocorreu a criação da Resex do Extremo Norte:

A primeira coisa que tinha que fazer era vir aqui e ouvir a comunidade para fazer entrevista. O que não ocorreu. Na verdade, foi assim, tiveram primeiramente uma conversa com o representante do CNPT, em Imperatriz, que entrou em contato com a Dona Raimunda. A Dona Raimunda fez a identificação da área e sobrevoou e identificaram, na região, a floresta de babaçu. Só conversou com a Dona Raimunda. Aqui em Carrasco não teve conversa com ninguém. Por isso que aqui é difícil o povo dizer a história da criação da Reserva. Na visão nossa tinha que vir aqui e ouvir a comunidade para, depois, criar a Reserva. Mas criou e a criação veio de cima para baixo, veio de cima como uma pedra, como se fosse um reboque, como se fosse uma pedra, pá. Foi difícil porque ninguém entendia o que era a Reserva Extrativista. Começamos a fazer um cadastro e perguntamos se a pessoa era contra ou a favor da Reserva. A maioria deu que era contra a Reserva, porque não entendia. Porque tudo [as terras] era dos fazendeiros e os fazendeiros diziam: “Se você topar a Reserva, eu não te dou a terra para você trabalhar”. Aí eles disseram: “Se tu dizer que a Reserva é

boa, não vai ter a terra para você trabalhar, não vai ter terra para tu plantar arroz para dar de comer para os seus filhos”. Era assim. A mobilização era contrária à existência da Reserva. Ainda hoje tem. Agora eles [os fazendeiros] criaram uma Associação dos Produtores, que é dos fazendeiros, para bater de frente com a Reserva (RELATO DO ENTREVISTADO A, 2014).

Yohannes (2013) também acredita que o processo de criação da Resex do Extremo Norte não teria, de fato, envolvido as comunidades e que esse procedimento teria sido rápido e apressado, talvez em função do Estado dar uma resposta aos representantes dos países presentes na Eco-1992, no qual o Brasil estaria fazendo a sua parte em relação à conservação do meio ambiente. Além disso, diante de várias nações, o país estaria apresentando a sua política ambiental, que preconizava, entre outras questões, a conservação das florestas de babaçu.¹⁷ Para Dias (2005), a criação e anúncio das cinco Reservas Extrativistas, durante a Eco-92, não passou de um marketing ecológico do presidente da República.

Do ponto de vista dos fatos percebeu-se que, apesar do Estado ter anunciado a criação do território da Resex do Extremo Norte somente para as pessoas presentes neste evento, a legislação que criou esta Unidade de Conservação possibilitava modificações na vida dos atores sociais, sobretudo, as famílias das quebradeiras de coco e os fazendeiros. O primeiro grupo, diante da oficial criação deste território por meio do Decreto nº. 535, teria, no papel, o direito ao uso da terra e dos recursos naturais contidos neste espaço, ou seja, teria a garantia do acesso a terra no território da Resex do Extremo Norte. E o segundo grupo seria desapropriado da área deste território, ou seja, teria que desocupar esta área e, conseqüentemente, acabar com a sua atividade de pecuária naquela localidade, pois a legislação que criou esta Unidade de Conservação, em seu art. 2º do Decreto, trazia a seguinte redação:

O Poder Público deverá proceder às desapropriações que se fizerem necessárias e, nos termos do art. 4º do Decreto nº. 98.897, de 30 de janeiro de 1990, a outorga dos contratos de concessão de direito real de uso à população com tradição extrativista. Parágrafo único. Caberá, ainda, ao Poder Executivo, a permanente gestão no sentido de assegurar a eficaz destinação da área descrita no art. 1º deste decreto (BRASIL, 1992).

¹⁷ Estas estão se referindo às Reservas Extrativistas do Extremo Norte do Estado do Tocantins, do Ciriaco e da Mata Grande.

Diante desta lei, criada pelo presidente Fernando Collor de Mello, o representante do Estado, neste caso o IBAMA, deveria desapropriar as terras dos fazendeiros para que as famílias das quebradeiras de coco pudessem usufruir do território e dos recursos naturais da Resex por meio do Contrato de Concessão de Direito Real do Uso.

Assim, nesse momento em que se cria a Resex do Extremo Norte novos problemas se estabelecem, levando aos sujeitos (principalmente as famílias das quebradeiras de coco e os fazendeiros) envolvidos com este fato experiências carregadas de tensões e conflitos. A partir do momento que ocorreu a criação da Unidade de Conservação em estudo, os fazendeiros tomaram conhecimento do fato e, com medo de perderem suas terras ou de receberem uma indenização “injusta”, entraram em contato com os políticos para que impedissem a desapropriação da terra e a instalação da Reserva.

Essa mobilização por parte dos fazendeiros, que, inclusive, tinham influência política em Brasília, contribuiu para a inércia do Estado e, por anos, a Resex do Extremo Norte, na verdade, “ficou só no papel”. Conforme se observa nos relatos dos entrevistados a seguir, os políticos têm uma relação de influência forte com os fazendeiros:

A prefeitura [Carrasco Bonito] não aceita a existência da Reserva por causa dos fazendeiros, porque é os fazendeiros que patrocinam a campanha e aí eles fazem um contrato: “Eu vou entrar na política e se eu for eleito vou acabar com essa Reserva”. Porque é assim os fazendeiros patrocinam as campanhas do cara com essa proposta de acabar com a Reserva para eles ficar sossegados (RELATO DO ENTREVISTADO J, 2014).

Outra coisa, o apoio político a gente não tem. Nem em nível estadual e nem em nível municipal. Todos os prefeitos que entram são contra a Reserva. Porque são os fazendeiros que patrocinam as campanhas deles. Então, se eles [prefeitos] ficarem a favor da Reserva, no outro ano os fazendeiros não apoiam eles [prefeitos]. Aí todos [prefeitos] que entram, na hora de pegar o apoio nosso, eles falam que apoiam a Reserva na nossa frente, mas na hora que ganha, nem senta com a gente para conversar sobre a Reserva. [...] Brasília a gente também não conseguiu muita coisa, a gente não conseguiu avançar. Na época que era o presidente Lula [Luiz Inácio Lula da Silva] no primeiro mandato e que a Marina era do Meio Ambiente [Marina Silva, ministra do Meio Ambiente], a gente achava que ia ter sucesso. Mas não tivemos. Não saiu nada do papel (RELATO DO ENTREVISTADO A, 2014).

Sobre a inércia do Estado e a falta de mobilização por parte das comunidades, cabe destacar que os fazendeiros, se aproveitando desse contexto, fizeram uma intensa propaganda negativa sobre o que era a Reserva Extrativista, utilizando, inclusive, de artifícios de pressão junto às comunidades, como, por exemplo, proibindo as mulheres de irem quebrar coco nos babaçuais e impossibilitando os homens de colocar roçados nas terras dos fazendeiros. Essa pressão estava voltada, principalmente, para aquelas famílias que residiam nos dois povoados (Vilinha e Centro do Gonçalo) localizados no interior da Resex e que tinha 60 famílias.

Seguindo essa observação, Yohannes (2013) revela que a oposição representada pelos fazendeiros, políticos locais e outras elites, irritados com a possibilidade de perder suas terras, faziam campanha contra a Resex. A mesma autora ainda afirma que os funcionários da Prefeitura Municipal de Carrasco Bonito, juntamente com os fazendeiros, espalharam mentiras sobre a finalidade desta Unidade de Conservação e o impacto que a mesma teria na comunidade. Além disso, disseram que a Reserva Extrativista do Extremo Norte seria uma reserva puramente ecológica e que ninguém conseguiria acessar e usar seus recursos para extração. Assim, esses atores sociais acreditavam que as famílias das quebradeiras de coco perderiam o interesse da existência desta Resex.

Diante disso, os representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Bico do Papagaio, junto com as lideranças dos extrativistas, começaram a buscar informações que possibilitassem entender, de fato, quais seriam os benefícios que a Resex trariam para eles. Essas mobilizações, iniciadas pelas lideranças e suas famílias, começaram a surtir efeitos e incomodar os fazendeiros da região, pois as ameaças de mortes passaram a acontecer com frequência. Além disso, aqueles que estariam envolvidos nessas mobilizações e discussões passaram a ser punidos pelos fazendeiros da região, uma vez que muitos não conseguiam mais trabalho como diaristas nas fazendas e, ainda, perderam a possibilidade de arrendarem terra para que fizessem os seus plantios de arroz, feijão, mandioca e milho para o consumo da família. Os relatos que seguem mostram este cenário:

Eu mesmo fui ameaçado umas três vezes aqui e o líder XXX também. Teve uma temporada aqui que para mim ir para Augustinópolis, eu tinha que sair daqui dizendo que ia para Buriti ou, se eu ia para São Miguel, eu falava que ia para Axixá. Eu nunca dizia o lugar certo que eu ia, sempre para tentar “se livrar” dos caras [fazendeiros], né? Porque os caras andavam atrás. Ainda hoje [novembro de 2014], o

foco ou alvo todo aqui é eu ou o companheiro XXX (RELATO DO ENTREVISTADO A, 2014).

Entrevistadora: Os fazendeiros ameaçavam o senhor? Entrevistado: Ameaçava. Tive ameaças. Eu fiquei dois anos que até para eu trabalhar de roça ficou difícil, porque as roças eram sempre nas terras dos proprietários.

Entrevistadora: Hoje ainda tem conflitos?

Entrevistado: Sempre tem aquelas pessoas, né? Fica na história, né? Sempre quando se fala de denúncia, alguma coisa ilegal com o meio ambiente, então a gente fica sendo como alvo, um marco lá, alguma coisa da desordem (RELATO DO ENTREVISTADO J, 2014).

No outro campo de resistência à consolidação da Resex, os grupos contrários (fazendeiros e políticos) moveram vários atos e ações propondo ao Ministério Público Federal (MPF) a extinção do Decreto de criação da Resex do Extremo Norte. Castilho (2009) pontua os seguintes argumentos contidos nessa primeira ação, em 1993:

- 1) Utilização inadequada do solo dado o vasto desmatamento da área de babaçu;
- 2) Conflitos com os fazendeiros em razão da existência desta Unidade de Conservação;
- 3) Falta de organização e mobilização entre os extrativistas de babaçu para justificar a sua existência.

Já a segunda ação ocorreu no mesmo ano, quando a equipe do IBAMA/CNPT (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais) e do INCRA foi impedida, pelos fazendeiros, de realizar o trabalho de avaliação das benfeitorias das propriedades para que o processo de regularização fundiária ocorresse (CASTILHO, 2009). Foi neste mesmo ano (1993), um pouco antes desta ação, que os fazendeiros destruíram os dois povoados que existiam na área da Resex do Extremo Norte.

Em julho de 1994, o IBAMA criou uma equipe composta por representantes do IBAMA, INCRA, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e moradores da região do extremo norte do Tocantins e do Estado do Maranhão para analisar as atuais situações das Reservas Extrativistas do Extremo Norte, Ciriaco e Mata Grande. Assim, nesse mesmo ano, esta equipe visitou as comunidades (Vinte Mil, Sampaio e Carrasco Bonito) do entorno da Resex do Extremo Norte e concluiu que as atuais condições ambientais e sociais já não justificavam a consolidação desta Unidade de Conservação,

pois a floresta de babaçu tinha sido destruída e a população tradicional já não praticava atividades extrativistas de babaçu (CASTILHO, 2009).

Nesse mesmo ano ainda, o Decreto de criação da Resex do Extremo Norte caducou. Isto ocorreu em razão do Estado não ter conseguido a desapropriação das propriedades rurais deste território, uma vez que as ações de desapropriação devem ser realizadas pelo Estado no prazo máximo de dois anos após a instituição do Decreto para fins de interesse social (DIAS, 2005).

Diante do resultado da pesquisa realizada pela equipe do IBAMA, no ano de 1994, nessas três Reservas Extrativistas, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 1996, apoiou as conclusões de tal estudo e fez uma recomendação formal ao Presidente da República, por meio do Projeto de Lei nº. 2.598, para realizar a extinção das Reservas Extrativistas do Extremo Norte e da Mata Grande (CASTILHO, 2009).

Enquanto isso, a população de ambas as Reservas Extrativistas e as organizações regionais que as representavam não tinham conhecimento da legislação (Lei nº. 2.598) proposta para a sua extinção. Somente em 1999, os movimentos sociais da região do Bico do Papagaio e do Estado do Maranhão descobriram este processo de extinção do Decreto dessas Resex's e enviaram uma série de cartas, ofícios e moções ao MMA, CNPT e MPF para cancelar imediatamente este processo (CASTILHO, 2009).

Neste mesmo ano, no dia 25 de abril, o Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Carrasco Bonito (STTR-CB) foi criado para dar encaminhamento aos assuntos da Resex do Extremo Norte juntamente com estas organizações. Até então não havia ocorrido, de fato, a extinção do Decreto de criação desta Unidade de Conservação.

No que se refere à falta de mobilização por parte das famílias das quebradeiras de coco, percebeu-se que isso também foi outro elemento que contribuiu para que a Reserva não saísse do papel, pois as quebradeiras só tiveram ciência do que era uma Reserva Extrativista depois de quase dez anos após o Decreto de criação da mesma. Neste contexto, em 2001, foi criada a Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte (ARENT) para representar os extrativistas desta Unidade de Conservação, o que só foi possível em razão da atuação de mediadores como: Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco (MIQCB)¹⁸, STTR-CB, CPT e CNS. Até então, as famílias tinham resistência em aceitar a Resex, conforme se observa no relato abaixo.

¹⁸ Movimento de quebradeiras de coco criado em 1995 para dar visibilidade à luta pela terra, buscando, assim, garantir os direitos das mulheres extrativistas.

Todo mundo, até os próprios trabalhadores rurais, tinha resistência [à Resex]. A maioria dos trabalhadores não tinha consciência de como essa Reserva funcionava, eles acreditavam no que a prefeitura dizia que era uma Reserva Legal, uma Reserva que era proibida a entrada da gente, e a gente tava defendendo. Então, os nossos próprios companheiros tinham divergência com a gente, porque as pessoas não eram tão divulgado o que era a Reserva, qual era a Reserva que estava sendo criada e aí, quando se fala de Reserva, igual essas Reservas que têm nesse mundão aí, fica policial rodeando com a arma na mão para ninguém entrar dentro. Aí isso deixava os trabalhadores rurais, o quebrador de coco e os proprietários... Então todo esse povo, o que era proprietário já não queria abrir mão da sua área, e os trabalhadores rurais com medo do fazendeiro não deixar ele fazer a sua roça, as quebradeiras de coco ficavam imaginando e preocupada, onde elas iam quebrar o coco se tivesse um policial com uma arma na mão, empatando quando essas pessoas iam entrar dentro. Então essas coisas deixaram todo mundo e a comunidade confusa (RELATO DO ENTREVISTADO J, 2014).

Como forma de atender às reivindicações realizadas, em 1999, pelos movimentos sociais da região do Bico do Papagaio e do Estado do Maranhão, em 2001, o MMA solicitou vistoria in loco nas Reservas Extrativistas do Extremo Norte e Mata Grande que originou:

Laudo Técnico-Científico, realizado pelo CNPT/IBAMA, concluindo pelo “i) cancelamento do Projeto de Lei nº. 2.598/96 tendo em vista a existência de condições de efetividade que não existiam em 1996; ii) reedição dos Decretos de criação destas importantes e estratégicas Unidades de Conservação de Uso Sustentável” (CNPT, 2001, p. 15 apud CASTILHO, 2009, p. 44).

Diante deste resultado, o MMA, em agosto de 2002, criou uma comissão interinstitucional para fazer o cadastro dos beneficiários da Resex do Extremo Norte e o levantamento socioeconômico dessas famílias para, posteriormente, proceder aos trabalhos para a regularização fundiária. Assim, nesse mesmo ano, foi realizado, por meio do Instituto de Terras do Tocantins (ITERTINS), um estudo para auxiliar o processo de desapropriação das propriedades rurais localizadas no perímetro interno da Resex (CASTILHO, 2009).

Como o trabalho da ITERTINS também serviria para dar subsídios às medidas compensatórias do Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola Sampaio, de acordo com o jurídico do IBAMA, o laudo apresentou erros e falhas, apresentando este parecer como parâmetro do laudo de vistoria do Projeto Hidroagrícola e não da Resex do Extremo Norte. Diante disso, o parecer jurídico do IBAMA rejeitou as informações do Laudo da

Vistoria e Avaliação da Resex (CASTILHO, 2009). Ou seja, pela segunda vez, o Estado tentava realizar o trabalho de regularização fundiária desta Unidade de Conservação e, novamente, as ações deste trabalho foram minguadas.

O Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola Sampaio, localizado no município de Sampaio-TO, possuía 1.070 hectares de área irrigada para a produção de grãos, frutas, entre outros, sendo esta obra financiada pelo Governo do Estado do Tocantins. No entanto, por alguns anos, este projeto consistiu em ameaça para a efetivação da Resex, uma vez que a reserva legal deste empreendimento seria no território desta Unidade de Conservação.

Diante desta problemática, os extrativistas, por meio da ARENT e juntamente com as organizações da região do Bico do Papagaio, conseguiram que a reserva legal deste empreendimento não ocorresse em sobreposição do território da Resex do Extremo Norte. Para o Entrevistado J (2014), isso foi uma conquista alcançada pela luta dos extrativistas em parceria com as organizações.

Depois de alguns anos, especificamente no ano de 2006, houve uma terceira tentativa do Estado em realizar o levantamento das propriedades localizadas no interior do território da Resex por meio de uma consultoria contratada pelo IBAMA/CNPT. Este levantamento foi realizado nos cartórios municipais da região, com auxílio de representantes do STTR-CB, os quais identificaram 58 proprietários, sendo que apenas 12 nomes constavam no laudo apresentado pelo ITERTINS (CASTILHO, 2009). Diante disso, percebeu-se que não há dados seguros sobre o número real de propriedades no interior da Resex. Pela terceira vez, as ações de regularização fundiária nesta Unidade de Conservação não se concretizaram.

Neste contexto, foi possível verificar, ainda, que a atividade de gestão da Resex do Extremo Norte só ocorreu a partir de 2007, quando se criou o ICMBio, que possui um funcionário responsável para fazer um trabalho efetivo na Resex do Extremo Norte. Até então, havia apenas uma pessoa que tinha uma função gratificada para ser responsável pelas ações da Reserva. Além disso, o IBAMA de Palmas-TO recebia recursos financeiros para fazer fiscalização nesta Unidade de Conservação, porém esta atividade ocorria com pouca frequência.

Mesmo com a existência de apenas um funcionário do ICMBio para realizar o trabalho desta Unidade de Conservação, a demarcação dos limites da Resex ocorreu, somente no ano de 2012, com vinte sinalizações colocadas no seu perímetro e uma das indicações que mais surtiu efeito, tanto para os fazendeiros quanto para os extrativistas,

foi a placa: “Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins”, ver Figura 5. Segundo Yohannes (2013), as sinalizações dentro desta Unidade de Conservação representaram, pela primeira vez, a presença física da existência da Reserva Extrativista.



Figura 5 – Placa da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins dentro do território desta Unidade de Conservação (2014)
Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Apesar destas ações realizadas pelo representante do Estado para dar início ao processo de regularização fundiária, até novembro de 2014, época de realização desta pesquisa, isso ainda não tinha sido resolvido. Além disso, vale ressaltar que o Decreto de criação desta Unidade de Conservação não havia sido extinto. Isto significa que, há mais de 22 anos, os extrativistas estão esperando a desapropriação da terra para usufruir, sem “ter briga [conflitos entre extrativistas e fazendeiros]”, do território da Reserva Extrativista do Extremo Norte (RELATO DA ENTREVISTADA H, 2014).

Portanto, diante desta discussão, questiona-se o que melhorou e o que piorou após a existência da Reserva Extrativista do Extremo Norte na vida desta população tradicional (famílias das quebradeiras de coco). Na percepção dos entrevistados, de uma

forma geral, a melhoria está relacionada no sentido das famílias terem acessado as políticas públicas destinadas aos extrativistas da Reserva, como: o Programa Bolsa Verde e o Programa de Habitação das Casas das Quebradeiras de Coco. O relato que segue mostra esta percepção: “Melhorou para muita gente, porque tem muita gente que recebe benefícios” (RELATO DA ENTREVISTADA N, 2014).

Além disso, os extrativistas passaram a se organizar coletivamente por meio da ARENT, que vem trazendo benefícios às famílias, como a implantação da Usina de Beneficiamento de Coco Babaçu dos Comunitários da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins, que foi uma estratégia para agregar valor e comercializar a produção do babaçu, além de gerar renda a essa população da Resex.

Ademais, de acordo com o relato do Entrevistado A (2014), a criação da Reserva trouxe benefício ao município de Carrasco Bonito, pois, todos os meses, a Prefeitura Municipal recebe o ICMS Ecológico no valor de, aproximadamente, R\$ 55.000,00 por mês. Este benefício é uma forma de recompensar o município que conserva ou que tenha serviços ambientais mediante a prática de preservação ambiental. No caso deste município, a verba refere-se à existência da Unidade de Conservação denominada Resex do Extremo Norte.

No entanto, em relação ao que piorou, os entrevistados indicaram a intensificação dos conflitos ocasionados pela disputa do território da Resex do Extremo Norte entre fazendeiros e extrativistas. Consequentemente, isso trouxe, como implicações, as restrições ao uso dos babaçuais, a redução da quantidade de frutos extraídos e as tensões entre extrativistas e fazendeiros. A discussão sobre esses conflitos será apresentada na próxima seção.

3.4 Conflitos ambientais

Além da discussão realizada sobre os conflitos fundiários, os conflitos ambientais também giram em torno da existência da Resex do Extremo Norte, uma vez que os recursos naturais deste território são disputados pelas populações tradicionais e fazendeiros.

Autores de referência no assunto sobre os conflitos ambientais, como Little (2001), Acsehrad (2004) e Nascimento e Bursztyrn (2010) têm afirmado que este tipo de conflito é ocasionado pela disputa entre grupos específicos por objetivos e interesses confrontantes no uso de um determinado território e/ou recursos naturais (florestas, solos, recursos hídricos e minerais, dentre outros). Além disso, estes autores argumentam que, ao estudar um conflito, deve-se buscar conhecer as causas e os atores sociais envolvidos no embate.

Nessa perspectiva, Santos (2012) enfatiza que, ao analisar os conflitos ambientais, é necessário entender que sociedade e meio ambiente são realidades indissociáveis, visto que os elementos que compõem o ambiente (biomas florestais, solos, recursos hídricos e minerais, dentre outros) contêm significados históricos, simbólicos e culturais que influenciam diretamente a configuração como os diversos segmentos sociais encaram e fazem uso dos mesmos.

Neste sentido, Acsehrad (2004) ressalta que o meio ambiente é uma estrutura composta por territórios e recursos naturais, atrelados aos sentimentos socioculturais, que retrata os interesses distintos de cada ator social. Assim, os conflitos ambientais afloram quando há ameaça na estrutura espacial do território e/ou dos recursos naturais ocasionadas por atividades originadas pelos atores sociais.

Seguindo essa ideia, Andrade et al. (2007) explicam que o embate inicia-se por um conflito social configurado em um espaço designado pelo choque de interesses entre indivíduos e/ou grupos. Ademais, Viana (2005) explana que, de um modo geral, a essência dos conflitos ambientais é caracterizada pela disputa de poder, como também é exposto por Santos (2012).

O meio ambiente como um terreno contestável material e simbolicamente consiste em reconhecer, na verdade, que os conflitos ambientais se traduzem em relações de poder, através das quais os atores sociais, munidos de suas distintas formas de interagir com o meio ambiente, se enfrentam pelo domínio de um mesmo território ou de seus recursos naturais (SANTOS, 2012, p. 36).

Diante desta discussão, ao analisar o caso da Reserva Extrativista do Extremo Norte, o que se percebe é que, para além das disputas pelo uso do território e dos recursos naturais contidos nele, as formas de relação entre os atores sociais envolvidos neste embate também estão em jogo, uma vez que esta Resex, criada há mais de 22 anos, poderia significar o direito das populações tradicionais que têm relação com essa

Unidade Conservação serem “donas” de suas terras e, conseqüentemente, senhoras de seus próprios destinos.

Em razão disso, torna-se importante indicar quem são os atores sociais envolvidos com esse conflito ocasionado pela disputa do uso do território e dos recursos naturais da Resex do Extremo Norte. Nesse jogo de disputa estão, de um lado, as populações tradicionais que realizam a extração do babaçu e seus derivados, são representadas pela ARENT e são o grupo que deu sentido a criação da Reserva. De outro lado, os fazendeiros, que são os “donos da terra”, representados pela Associação dos Produtores Rurais de Carrasco Bonito, e os políticos da região que veem a Resex como uma ameaça, uma vez que a configuração histórica de dominação por parte, principalmente, dos fazendeiros, o estabelecimento desta Unidade de Conservação tenta acabar.

E, no bojo dessa disputa, existem ainda os mediadores desse conflito como: IBAMA, ICMBio, CNS, CPT, CNPT, STR-CB, MIQCB, além dos Movimentos Sociais da região do Bico do Papagaio e do Estado do Maranhão.

A Figura 6 apresenta o mapa com a delimitação do território da Reserva (em branco) e as comunidades do entorno, onde moram as famílias dos extrativistas (em amarelo). Ou seja, apresenta-se o campo onde ocorrem os conflitos e deixa-se nítido que, após mais de 22 anos de criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte, essas populações ainda se encontram fisicamente fora desse território.

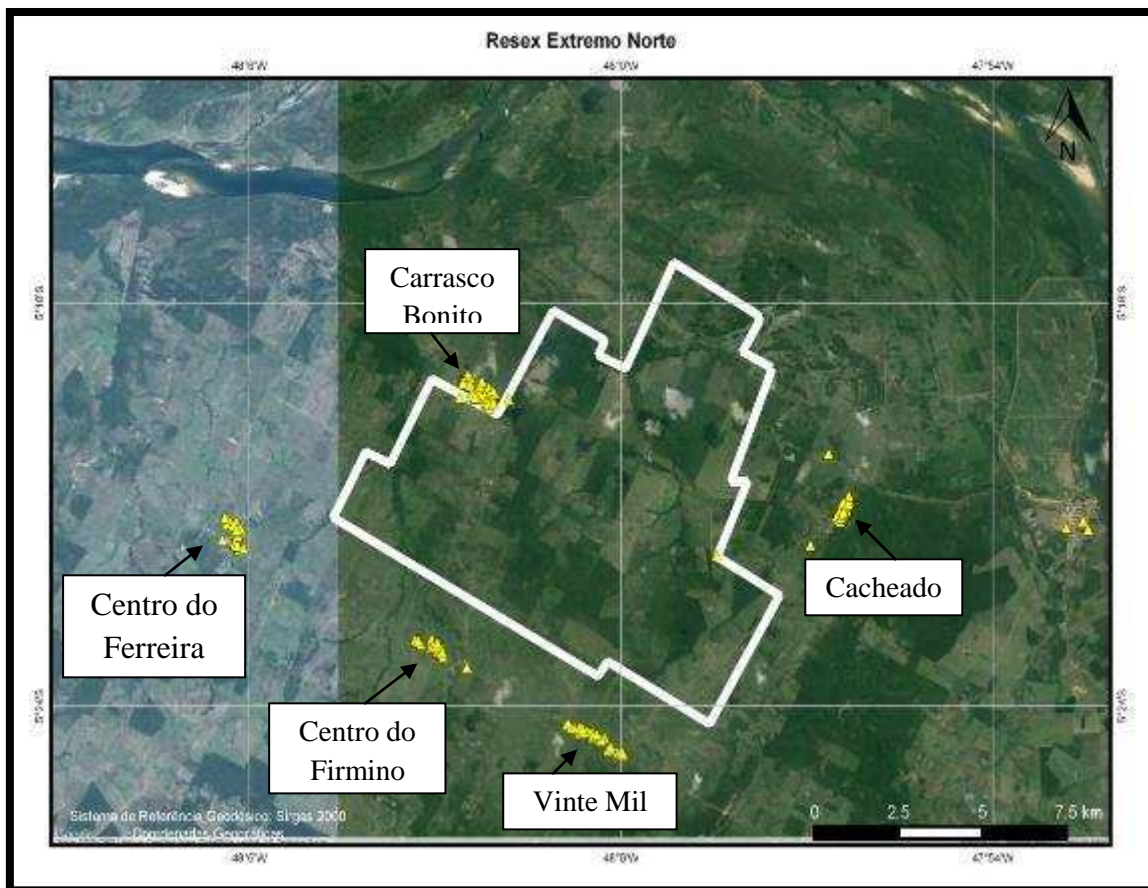


Figura 6 – Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins com destaque para a delimitação do seu território (em branco) e as comunidades do entorno, onde as famílias das quebradeiras moram (em amarelo) (TO, 2014)

Fonte: Banco de dados UFV/ICMBio (2014)

Portanto, pode-se inferir que o fato de ter instituído a Resex do Extremo Norte e não ter ocorrido a regularização fundiária do seu território trouxe, como consequência social, a intensificação dos conflitos pela disputa deste espaço entre os fazendeiros, os políticos e os extrativistas (quebradeiras de coco).

Ao referir-se à análise deste conflito em estudo é preciso recorrer à palavra “violência” em seu sentido exato, pois esta expressão ajuda a entender as contradições no que se refere à criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte (protegida pelo Poder Público) e os direitos dessa população. Isso porque, há 22 anos, os posseiros, que são as famílias das quebradeiras de coco, buscam ter a sua própria terra para usufruto. Um sonho que se reflete na busca da possibilidade de melhorias de vida para suas famílias no sentido de ter um espaço para morar e garantir a segurança alimentar por meio da extração do coco babaçu, da roça e da criação de animais de pequeno porte.

No entanto, o que se percebe é que existe uma resistência em relação à efetividade desta Unidade de Conservação, uma situação promovida, principalmente, pelos fazendeiros e políticos locais. Ao longo desses anos, estes atores vêm ativamente lutando para a extinção do Decreto de criação da Reserva, além de outros mecanismos de intimidação junto às famílias como, por exemplo, a retirada das famílias que moravam nos povoados Centro do Gonçalves e Vilinha, localizados no interior da Resex do Extremo Norte. Uma vez que se comprovasse a inexistência de famílias que utilizavam a extração do babaçu, não haveria a necessidade de conservação dos babaçuais e, conseqüentemente, a existência desta Resex.

De acordo com o Entrevistado A (2014), quando a Resex do Extremo Norte foi criada, havia 60 famílias que viviam em dois povoados no interior da UC, um deles era o Centro Gonçalves, que ficava na região central da Unidade; e o outro, localizado às margens do grotão, próximo da Rodovia TO-201, chamado de Vilinha. No entanto, como os fazendeiros desta região tinham o título da propriedade da terra, estes povoados pertenciam aos fazendeiros e as famílias não poderiam usar a terra e os recursos naturais sem a autorização deles.

Assim sendo, o primeiro passo realizado por estes atores foi retirar os serviços básicos de educação e saúde dessas comunidades tradicionais e, ainda, parar de realizar a manutenção na estrada de acesso entre esses povoados e o município de Carrasco Bonito. Com a ausência desses serviços, algumas famílias mudaram-se daquele local, porém a maioria permaneceu em tais povoados. Por não terem sido todas as famílias que saíram das comunidades, os fazendeiros e os políticos destruíram e colocaram fogo nas casas, na escola e no posto de saúde, acabando com os dois povoados e expulsando violentamente essa população que residia na área da Reserva. Essas famílias, que foram expulsas de suas moradias, tiveram que migrar novamente para outro lugar, em alguns casos, para povoados que ficavam próximos ao local do território da Resex.

Além de ter realizado a expulsão das famílias, no decorrer dos 22 anos, os fazendeiros entraram com ações propondo ao Ministério Público Federal a extinção do Decreto de criação da Reserva e impediram o trabalho de regularização fundiária do IBAMA/ICMbio. Cabe ressaltar, novamente, que, até o momento da realização do trabalho de campo desta pesquisa, o Decreto de criação ainda não havia sido extinto e a Reserva existia “só no papel”.

Nesta configuração dos conflitos, os representantes da Prefeitura Municipal de Carrasco Bonito também são contra a existência da Resex e faziam propaganda

enganosa para as famílias em relação a este espaço. Além disso, estes representantes da prefeitura alegavam que a existência da Reserva, com uma área de 9.280 hectares, era um atraso para o município, considerando que ele já era pequeno. Ademais, no local da Reserva seria construído um aeroporto que representaria o símbolo de desenvolvimento do município (ENTREVISTADO O, 2014).

Na verdade, tudo isso eram estratégias dos fazendeiros e dos políticos locais para que as famílias dos extrativistas não quisessem o estabelecimento da Reserva Extrativista e, conseqüentemente, seria um motivo significativo para complementar a ação do processo de extinção do Decreto desta Unidade de Conservação enviada ao Ministério Público Federal.

Outra estratégia adotada pelos fazendeiros para impedir a efetivação da Reserva do Extremo Norte foi a criação, em setembro de 2012, de uma organização formal para representá-los, denominada Associação dos Produtores Rurais de Carrasco Bonito.

Já no caso dos extrativistas, conforme mencionado, a mobilização para a organização formal dos mesmos ocorreu em 2001, com a criação da ARENT. Nessa época da criação desta organização coletiva, as ameaças entre lideranças dos extrativistas e fazendeiros eram bem mais violentas do que as que acontecem no presente. O relato que segue mostra este cenário.

Aí assim que criou a Associação. Tem um companheiro YYYY que ficou uma semana em São Miguel escondido. O cara chegou na porta da casa dele e chamou ele lá e ele foi e quase atropela a filha dele mais nova, porque a menina saiu grudada na cintura dele. Chamou ele na porta do carro, quando ele chegou na porta do carro, o caboclo no banco de trás pegou o 38 para atirar nele. Aí ele já saiu correndo pra dentro de casa, pisando por cima das meninas e entrou dentro de casa e, de lá, foi para São Miguel uma semana. Nessa época, também ficou um comentário que quinze mil reais valia a minha cabeça. Quem quisesse me matar, ia ganhar quinze mil reais. A conversa vasa e a gente fica sabendo, né? Aí eu cheguei a me esconder, fui lá e fiquei observando meio assustado, né? Porque eu nunca vivi essas coisas, né? (RELATO DO ENTREVISTADO J, 2014).

Este depoimento comprova que o fato de algumas pessoas estarem à frente das discussões sobre a Reserva Extrativista do Extremo Norte e, de certa forma, envolvidas com a questão fundiária deste território trouxe perseguições e tentativas de assassinatos das lideranças que, por pouco, não se concretizaram, o que configura a existência de conflitos, bem como da existência de violência no campo.

Nesse sentido, o que se percebeu em campo é que essa relação conflituosa permanecia e tende a piorar, pois se constatou que o número de propriedades dentro da Resex vem aumentando cada vez mais e os fazendeiros continuam desmatando os babaçuais para abrir áreas de pastagem. Segundo relato do Entrevistado O (2014), os fazendeiros alegam que a Reserva não existe, pois a Unidade de Conservação foi criada há 22 anos e o Estado nunca os indenizaram. Em razão disso e por serem donos legítimos da terra, eles acreditam que têm o direito de fazer o que querem nas suas propriedades.

Assim, quando os fazendeiros desmatam áreas dos babaçuais de suas propriedades, o representante do IBAMA/ICMBio realiza autuações a esses proprietários com multas entre R\$ 1.000,00 até R\$ 600.000,00. Até o ano de 2014, tinham sido aplicadas vinte multas no total, entre ações destes dois institutos. Só na gestão do ICMBio, 2007-2014, foram aplicados mais de R\$ 200.000,00 em multas a esses fazendeiros.

Apesar da realização das atividades de autuações, ou seja, da atuação do Estado por meio do ICMBio no território da Resex, os fazendeiros não se intimidam e ameaçam o trabalho de fiscalização. O relato que segue mostra o nível das ameaças que os fazendeiros fazem ao representante do Estado: “Se não sair, morre. Se ficar dentro ou se eu pegar na minha terra, eu posso matar, porque tem gente que me defenda” (RELATO DO ENTREVISTADO O, 2014).

Para Yohannes (2013), esta relação entre fazendeiros e políticos de nível de alto escalão vem prejudicando a consolidação da Resex do Extremo Norte, pois esse apadrinhamento dos políticos aos fazendeiros dá cobertura para que ocorram desrespeito e intimidação da atuação do Estado neste território. Portanto, isto sustenta a ideia do poder simbólico apontada por Bourdieu (1998), na qual os fazendeiros possuem um poder simbólico diante do representante do Estado, do ICMBio e do grupo das famílias dos extrativistas.

Por fim, a experiência desse conflito mostra que o Estado faz um papel paradoxal, ora fica do lado dos fazendeiros e não resolve a regularização fundiária da área da Reserva, ora executa o papel de regulador do conflito, fiscaliza o território desta Unidade de Conservação e acua os fazendeiros com advertências e multas àqueles que não fazem o uso ambientalmente correto das propriedades. Mas o que é certo é que, passados 22 anos da criação da Reserva, o fim desse conflito ainda está longe de ser resolvido.

4 PERCEPÇÕES SOBRE A CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE¹⁹

Este capítulo procura, numa perspectiva histórica e analítica, entender como era o cotidiano e os modos de vida da população tradicional em estudo e sua relação com a Resex do Extremo Norte frente às mudanças ocorridas em suas vidas e tendo como principal evento catalisador das transformações a criação desta Unidade de Conservação.

Para isso, faz-se necessário entender que a criação desta Reserva Extrativista, em tese, traria a garantia dessa população ao direito de uso do território e dos seus recursos naturais. No entanto, o que se percebe é que, apesar das famílias terem obtido algumas conquistas com a criação desta Unidade de Conservação, o direito ao acesso a terra é algo ainda distante, principalmente em função da resistência imposta pelos fazendeiros e políticos locais, o que tem impactado diretamente no cotidiano delas.

Assim, para analisar as transformações ocorridas na vida desta população tradicional a partir da criação da Resex do Extremo Norte, é necessário entender que o babaçu é o elemento que dá identidade aos extrativistas desta Resex e que define como essas famílias têm relação com esse território. Portanto, as seções seguintes procurarão trazer a discussão da relação entre recurso natural (babaçu), homem e terra, bem como o perfil dos extrativistas desta UC em análise.

4.1 O extrativismo do babaçu e a relação com a terra

A palmeira de babaçu, conhecida cientificamente como *Orbignya phalerata* Mart., em grande quantidade forma os babaçuais, e chega atingir altura entre 10 a 30 metros. Cada uma pode ter por safra até seis cachos, sendo que cada cacho tem cerca de 500 frutos de coco babaçu e cada coco contém até três amêndoas. O período de safra do babaçu concentra-se entre junho a janeiro, época em que ocorre menos

¹⁹ Neste capítulo, será utilizado, em alguns momentos, o tempo verbal no passado para se referir a um tempo anterior à criação da Resex do Extremo Norte, antes de 1992. Para se referir ao período pós-criação da Reserva, será utilizado o tempo verbal no presente, em referência o ano da pesquisa, 2014.

frequência de chuva. Essa palmeira é encontrada em algumas regiões dos Estados do Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Maranhão, Pará e Piauí. Nesses quatro últimos estados, o extrativismo do babaçu mostrou ser uma importante atividade econômica e base de uso doméstico para as populações que moram nesses espaços (DIAS, 2005).

Na Resex do Extremo Norte, a pesquisa de campo indicou que a extração deste recurso natural ocorria o ano inteiro. No entanto, nos meses chuvosos (final de dezembro a início de junho) a extração do fruto seria mais difícil de se realizar, pois: I) a área dos babaçuais fica com muita lama e o mato cresce bastante; II) as quebradeiras de coco e o animal de carga, que transportam os cocos, não conseguem entrar nos locais onde há lama; e III) a amêndoa do coco fica mais difícil de se soltar do endocarpo do babaçu.

No que se refere à relação histórica com a atividade de extração desse recurso natural, autores como Barbosa (2007) e Rocha (2011), esclarecem que o uso do babaçu pela população é uma prática que estaria associada a laços de ancestralidade, e que o uso, a forma de exploração e a preservação da palmeira do babaçu seriam passada de geração para geração, retratando a existência de uma tradição cultural do babaçu que envolve a relação entre natureza e populações tradicionais.

Esse cenário sobre laços intergeracionais apresentado nestas pesquisas também teve similaridade com o presente estudo realizado com a população da Resex do Extremo Norte, uma vez que aproximadamente 80% dos extrativistas aprenderam a fazer uso do babaçu com algum membro da família (UFV/ICMBIO, 2014).

Quanto ao uso do babaçu, foi constatado que, ainda hoje, praticamente tudo nessa palmeira é aproveitado, ou seja, as folhas da palmeira servem de cobertura para as casas e para a confecção de cestos (balaio, cofo, entre outros) e artesanatos. Da amêndoa se extrai o azeite, o óleo e o leite para uso na alimentação. Do mesocarpo do coco se extrai a farinha de amido para fazer mingau. As larvas presentes no coco, conhecidas popularmente como gongo, são utilizadas também na alimentação. Da casca do coco produz-se o carvão para ser utilizado como combustível no fogão de barro. O caule da palmeira, apodrecido, serve de adubo orgânico. A afirmação que “do babaçu se aproveita tudo” também foi observada nas pesquisas de Dias (2005) e Pizzio (2014), ambas realizadas com as quebradeiras de coco da região do Bico do Papagaio.

Nessa perspectiva, constatou-se que a extração da palmeira do babaçu tem um sentido importante na reprodução socioeconômica e no cotidiano das famílias da Resex

do Extremo Norte. Os relatos que seguem mostram a percepção dos entrevistados sobre esta afirmativa:

O babaçu tem muita serventia. Se a pessoa bem soubesse, ela não cortava um pé de babaçu. De tudo aproveita, do pau do pé do coco você já começa a aproveitar, porque, quando ele está velho que puba, você já pega aquele bagaço, você põe no canteiro que dá um adubo dos melhores do mundo. Tem as palhas para cobrir a casa. Com as palhas do coco faz a esteira, faz vassoura para varrer, o abano para abanar o fogo, o cofô e faz o artesanato quem já sabe. Quando eu era mais nova, me lembro que colocava a palha para fazer colchão (RELATO DA ENTREVISTADA D, 2014).

Antigamente, se quebrava muito mais coco, para fazer o óleo, o leite, a massa, que fazia cuscuz. A minha família só tinha a massa do babaçu para comer. Todo dia tinha que quebrar coco. A palmeira foi uma mãe, pois era dela que se tirava o alimento da família (RELATO DA ENTREVISTADA I, 2014).

A percepção das quebradeiras de coco de que a palmeira do babaçu é como uma mãe para aqueles que a exploram é um fato comum entre essas mulheres extrativistas, pois era e ainda é deste recurso natural que se obtém alimento, renda e, ainda, sua utilização na construção das casas e de objetos de uso doméstico.

Na pesquisa de campo foi possível verificar que, nas residências das famílias, havia algum subproduto do babaçu e até mesmo o próprio fruto que seria utilizado tanto para consumo familiar quanto para comercialização. A Figura 7 mostra alguns dos subprodutos do babaçu comumente encontrados na área de moradia das famílias.



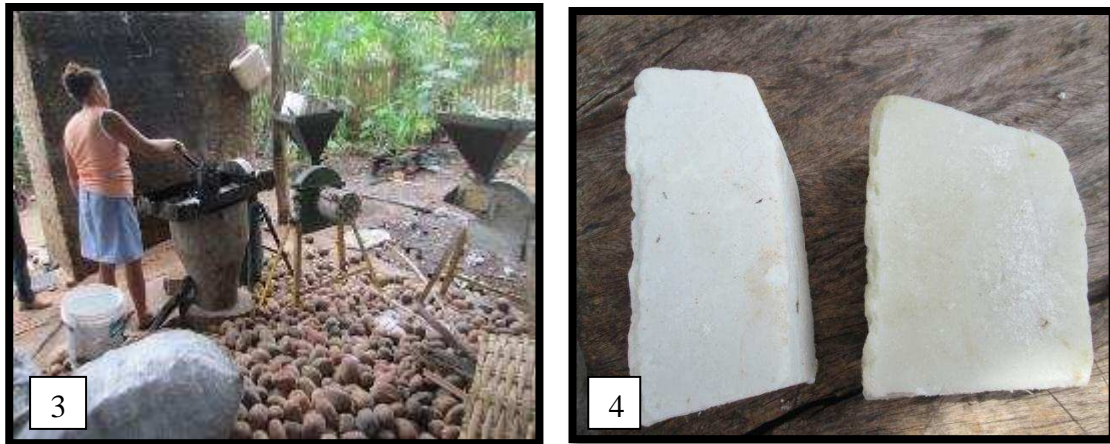


Figura 7 – Babaçu (1) e seus derivados (carvão (2), torrefação das amêndoas para produção do azeite (3) e sabão (4)) encontrados nas residências das famílias extrativistas

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Essa concepção da palmeira enquanto mãe também foi observada nos estudos de Barbosa (2007) e de Rocha (2011), que concluíram, em seus estudos o mesmo que se inferiu a partir dos relatos dos entrevistados desta pesquisa, que o babaçu foi e ainda é utilizado como meio estratégico de sobrevivência local das famílias da Resex do Extremo Norte.

Outra questão abordada nesta pesquisa foi que, no passado, a extração do babaçu e a roça eram práticas realizadas concomitantemente, em locais bem próximos, pelas famílias. Isso só era possível, porque as mulheres tinham acesso aos babaçuais, apesar de já existir uma relação de dominação dos fazendeiros em relação a esses extrativistas, e os homens conseguiam arrendar, todos os anos, entre um a dois hectares da terra dos fazendeiros para plantar²⁰, principalmente, arroz, feijão, milho, mandioca, fava, abóbora, melancia e batata. Assim sendo, a produção agrícola praticada pelas famílias era para o consumo próprio e, outra parte, para pagar o arrendamento da terra ao fazendeiro.

No entanto, a partir da criação da Resex, as famílias têm uma maior dificuldade de realizar essas atividades em locais próximos, pois, segundo os entrevistados, os fazendeiros não estão arrendando a terra para as famílias fazerem roça no interior da reserva com frequência e, ainda, as áreas dos babaçuais estão restritas para a coleta do babaçu e proibidas para a quebra do coco – as relações de dominação dos fazendeiros em relação aos extrativistas ainda continuam nos dias de hoje.

²⁰ A discussão sobre a produção agrícola no ano de 2014 será realizada na seção 4.2.1.

Outra questão que se deve colocar em pauta é a discussão sobre a divisão de gênero na atividade da quebra do babaçu. Antigamente, esta atividade era realizada pelas mulheres e os homens pouco se envolviam com a quebra do coco, uma vez que eles se dedicavam às atividades de produção agrícola para o consumo da família e de trabalhos temporários nas fazendas. Além disso, no imaginário dos homens seria vergonhoso que eles quebrassem coco. Isto é, havia um preconceito da própria população em relação ao homem que exercia essa atividade, ao passo que, hoje em dia, a coleta e a quebra do coco vêm sendo realizadas tanto pelas mulheres quanto pelos homens, não havendo preconceito de gênero na realização dessa atividade. Ainda assim, esta atividade é realizada com maior frequência pelas mulheres.

Em relação à quebra do coco, esta atividade era e ainda tem sido realizada manualmente e exige força no braço e concentração para não machucar os dedos da mão. O trabalho é realizado da seguinte forma: o trabalhador fica sentado no chão e, entre as pernas, é preso um machado afiado com a ponta para cima, onde fica equilibrado o coco; depois, com um pedaço de pau, bate-se com muita força e várias vezes no coco até suas amêndoas soltarem. A Figura 8 mostra duas extrativistas realizando a atividade da quebra do coco.



Figura 8 – Extrativistas realizando a atividade da quebra do coco
Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Sobre o cotidiano das quebradeiras de coco, antigamente, a rotina das mulheres estava voltada, principalmente, para a atividade da quebra do coco nos babaçuais, uma vez que elas tinham acesso a esses locais, além das atividades domésticas e a responsabilidade com os filhos. Normalmente, as mulheres saíam de casa pela manhã e voltavam para suas residências por volta de 10h30min para fazer o almoço; depois de realizarem esta atividade, retornavam para trabalhar nas áreas dos babaçuais e permaneciam até o entardecer do dia. No final do dia, as amêndoas eram colocadas dentro do cofo ou do balaio de palha do babaçu e, posteriormente, punham o cesto com as amêndoas em cima da cabeça levando-o até as suas residências, com o propósito de serem consumidas pela família ou vendidas no comércio. Com a casca do coco produzia-se o carvão. A queima do coco era realizada em caieiras (buracos abertos pelas mulheres para fazer o carvão na própria área dos babaçuais) abafadas com folhas da palmeira do babaçu e terra.

Com a criação da Reserva, essa rotina da atividade do extrativismo do babaçu se altera, pois a quebra do coco não pode mais ser realizada nos babaçuais, uma vez que os fazendeiros, que são donos da terra onde se encontram a Resex, não permitem que isso aconteça. Uma forma encontrada pelas quebradeiras para contornar essa situação é coletar o coco de uma a duas vezes por semana com a ajuda de seus companheiros. Cabe ressaltar que a coleta somente acontece em alguns trechos da Reserva, ou seja, apenas onde os fazendeiros permitem a entrada das quebradeiras, mediante a solicitação prévia.

Para realização do transporte dos frutos coletados, as quebradeiras utilizam animais de carga (jumento) ou bicicleta, porém, em ambos os casos, a quantidade coletada é pequena. Em casos raros, contratam um automóvel com carroceria para transportar maiores quantidades de cocos, mas, para isso, é necessário pagar uma taxa de R\$ 50,00, que, na percepção dos entrevistados, é um valor alto a se investir. Em razão dessas mudanças, as mulheres quebram coco em suas residências. Em uma parte do dia, elas dedicam-se à atividade da quebra do coco e à produção dos seus derivados (azeite, óleo, sabão, carvão, mesocarpo, leite, artesanato) e dedicam outra parte do tempo às atividades domésticas. O babaçu continua sendo utilizado para o consumo próprio das famílias e para comercialização.

Em relação à comercialização, em conformidade com o que já mencionado, no passado, apenas as amêndoas eram comercializadas. Na região próxima onde está localizado o território da Resex do Extremo Norte havia comerciantes que iam até as

casas das quebradeiras de coco para comprar sacos de amêndoas. Também existiam estabelecimentos comerciais que compravam a produção da castanha do babaçu e pagavam imediatamente em dinheiro ou em produtos, como: açúcar, café, sabão, esponja de aço, óleo para colocar na lamparina e outros produtos da cesta básica.

Já nos dias de hoje, outros produtos do babaçu também são comercializados, como: amêndoas, carvão, óleo, azeite, vassoura, leite, mesocarpo e casca do coco, conforme indicam os dados do Quadro 3. Nesse sentido, no Banco de Dados da UFV/ICMBio consta que 83% (119) das famílias declararam realizar o extrativismo vegetal do babaçu no ano de 2013.

Quadro 3 – Informações sobre a produção do babaçu dos extrativistas da Resex do Extremo Norte (referentes a safra de 2013)

Subprodutos do babaçu ²¹	Quantidade consumida	Quantidade vendida	Total da produção	Preço de venda (R\$)	Renda autoconsumo (R\$) = Quantidade consumida x preço de venda ¹
Amêndoas	22.948 kg	54.336 kg	77.284 kg	0,65 a 1,50 kg	14.916,20 a 34.422,00
	14.400 litros	-	14.400 litros	-	-
	3.600 unidades	-	3.600 unidades	-	-
Leite	1.236 litros	-	1.236 litros	-	-
Azeite	4.402 litros	9.682 litros	14.084 litros	5,00 a 10,00 litro	22.010,00 a 44.020,00
	1.704 litros para fazer sabão	-	1.704 litros	5,00 a 10,00 litro	8.520,00 a 17.040,00
Óleo	3.984 litros	7.592 litros	11.576 litros	5,00 a 10,00 litro	19.920,00 a 39.840,00
	-	1.160 kg	1.160 kg	11,00 kg	-
	168 litros para fazer sabão	-	168 litros	5,00 a 10,00 litro	840,00 a 1.680,00
Sabão	24 kg	-	24 kg	-	-
Gongo	24 litros	-	24 litros	-	-
Folhas de palmeira	3.690 unidades	-	3.690 unidades	-	-
Talos da palmeira	2.800 unidades	-	2.800 unidades	-	-
Carvão	2.861 sacos	1.970 sacos	4.831 sacos	8,00 a 20,00 saco	22.888,00 a 57.220,00
Casca do coco	-	600 sacos	600 sacos	2,50 saco	-
Mesocarpo*	-	600 kg	600 kg	16 kg	-
Vassoura*	-	1.200 unidades	1.200 unidades	4,00 unidade	-

Fonte: UFV/ICMBIO (2014) adaptado pela autora (2015)

* Vale destacar que o mesocarpo e a vassoura foram comercializados por apenas uma família.

¹ O cálculo da renda do autoconsumo teve como base a variação entre o preço mínimo e o preço máximo declarado na coluna preço de venda.

²¹ Foram recebidos os dados de 119 famílias em relação ao extrativismo do babaçu, porém foram usadas 98 informações na sistematização dos dados, pois alguns dos dados recebidos não possuíam todas as informações necessárias à sistematização.

Mesmo as famílias tendo uma variedade de produção, as amêndoas foram o produto que teve maior produtividade tanto em relação à quantidade consumida, quanto ao volume comercializado, que tiveram, juntos, uma produtividade de 77.284 quilos, 14.400 litros e 3.600 unidades. No Quadro 3 também foi possível observar que, além da produção de amêndoas, o azeite, o óleo e o carvão são subprodutos do babaçu com potencial para serem investidos na comercialização. Portanto, pode-se afirmar que, embora esses produtos sejam vendidos por preço baixo, na perspectiva dos entrevistados, trata-se de uma atividade que gera renda para estas famílias.

Além disso, pode-se inferir, a partir das informações do Quadro 3, que a produção do mesocarpo do coco babaçu e da vassoura da palha da palmeira geraram um retorno financeiro considerável para as famílias, visto que 600 quilos de mesocarpo, no valor R\$ 16,00 o quilo, gerou o equivalente a R\$ 9.600,00 por ano, o que corresponde a R\$ 800,00 por mês. Já as 1.200 vassouras, no preço de R\$ 4,00 cada, forneceram o montante de R\$ 4.800,00 no ano, o que equivale a R\$ 400,00 por mês.

Além da renda adquirida com a produção dos subprodutos do babaçu, é importante destacar a renda de autoconsumo que pode ser definida como aquela obtida com a produção consumida pelas famílias. Nesse sentido, as informações contidas no Quadro 3 mostram que o somatório desta renda de autoconsumo das famílias da Reserva do Extremo Norte alcançou uma variação entre R\$ 89.094,00 a R\$ 194.222,00, conforme a variação de preço, no ano de 2013, ou seja, as famílias não venderam a produção, mas deixaram de gastar financeiramente tais valores, uma vez que, ao consumir o seu próprio produto, estão deixando de ter esses custos.

Vale ressaltar que a pergunta sobre a quantidade consumida oferece elevado grau de dificuldade para obter uma resposta precisa, dado que, raramente, os extrativistas contabilizam a produção do autoconsumo. Em razão disso, possivelmente, a quantidade consumida declarada pelos extrativistas da Resex do Extremo Norte é bem maior, o que demonstra a importância desta produção na vida das famílias, uma vez que esses derivados do babaçu são utilizados no cotidiano destas famílias, conforme se observa no depoimento:

A gente tempera a comida com o óleo de babaçu e faz o sabão do babaçu. Assim, dificilmente, a gente compra esses produtos, só compra os outros produtos para produzir o sabão. É uma coisa que a gente não gasta com essas coisas, então são bastante coisa, e é um auxílio direto. Também tem o carvão da casca do coco. Gás aqui, na verdade, a gente utiliza é complementar, se a mulher é acostumada a

queimar com carvão, ela não confia no fogo do gás, ela confia num fogareiro cheio de brasa, aí sim, ela confia em botar uma panela e acha que vai cozinhar (RELATO DO ENTREVISTADO J, 2014).

Sobre a extração e o beneficiamento do babaçu, vale ressaltar que essas atividades são realizadas pela própria família em 90,34% dos casos. Ainda em relação ao beneficiamento deste fruto, foi possível verificar que 71,83% das famílias fazem esse procedimento nas suas áreas de moradia (UFV/ICMBio, 2014).

Em relação à forma como os extrativistas venderam a maior parte da produção apresentada no Quadro 3, as informações do Banco de Dados da UFV/ICMBio (2014) indicaram que a mesma foi comercializada por conta própria pela família, em 50,79% das respostas, e pela Usina de Beneficiamento de Coco Babaçu dos Comunitários da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins, com 11,91% das afirmações. Também foram vendidos para atravessadores e para a empresa Tobasa Bioindustrial do Babaçu, e ambos tiveram percentuais de 0,79%. Além disso, 35,71% das respostas desta questão foram “não se aplica”, o que, possivelmente, se refere às famílias que não realizam a venda do babaçu, ou seja, utilizam este produto apenas para o consumo.

Sobre a Usina de Beneficiamento de Coco Babaçu, vale destacar que a mesma foi uma das melhorias que a criação da Resex do Extremo Norte proporcionou para as famílias extrativistas e que está diretamente ligada a um êxito da ARENT. A Usina está localizada no Povoado Vinte Mil e, desde 2011, vem se consolidando como uma estratégia de comercialização para agregar valor à produção do babaçu e gerar renda as famílias beneficiárias da Reserva. A Figura 9 mostra a fachada da sede da Usina.



Figura 9 – Fachada da sede da Usina de Beneficiamento da Produção do Óleo Babaçu (Povoado Vinte Mil, 2014)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

A Usina foi implantada com o apoio dos representantes do ICMBio, da ARENT, do STTR-CB, da empresa Suzano²² Papel e Celulose, das comunidades e das Prefeituras Municipais de Carrasco Bonito, Buriti do Tocantins e Sampaio. As máquinas foram fornecidas pelo ICMBio; os materiais de construção e elétrico foram disponibilizados pela empresa Suzano; e a mão de obra ficou a cargo da comunidade e das prefeituras municipais, bem como da Suzano, que forneceu operários especializados. A Usina vem sendo administrada pelos representantes da ARENT e do ICMBio.

O beneficiamento das amêndoas do babaçu na Usina produz óleo e torta, que é a massa resultante da obtenção do primeiro produto. No ano de 2014, a produção do óleo estava sendo comercializada para a Beraca Sabará Químicos e Ingredientes, indústria que tem parceria comercial com a Usina, no valor de R\$ 5,00 por quilo. Já a torta vem sendo vendida para os pecuaristas da região que utilizam este produto como ingrediente

²² Um projeto da diretoria socioambiental da Suzano Papel e Celulose é realizar ações de valorização do babaçu nas Unidades de Conservação de Babaçuais: Resex do Extremo Norte, Resex Ciriaco e Resex Mata Grande. No caso da Resex do Extremo Norte, como estava construindo a discussão sobre agregar valor à produção do babaçu das famílias desta UC por meio da construção da Usina, a empresa optou por apoiar este trabalho.

de rações para os animais (bovino, suíno e ave). A torta era vendida a R\$ 12,00 o volume (saco de 60 quilos sem pesar). A Figura 10 mostra os recipientes de 50 quilos com a produção do óleo do babaçu produzida pela Usina.



Figura 10 – Produção do óleo de babaçu da Usina (Povoado Vinte Mil, 2014)
Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Na época da pesquisa de campo, havia doze famílias que participavam diretamente do Projeto da Usina²³, as quais entregavam a produção todos os sábados para o Gestor da Resex, que se deslocava à residência de cada beneficiário deste projeto. O pagamento era realizado a cada quatro meses e as mesmas recebiam o valor da produção do óleo e não das amêndoas. A cada dois quilos de amêndoas produz-se um quilo de óleo. O preço pago pela Usina era de R\$ 5,00 por quilo do óleo e de R\$ 1,50 por quilo de amêndoas.

Assim, uma quebradeira que, ao final de um ciclo de quatro meses, entregou 100 quilos de amêndoas para a Usina, receberá o equivalente em óleo. Então, esses 100 quilos de amêndoas renderão, invariavelmente, 50 quilos de óleo, que resultarão, por

²³ Este tem o propósito de garantir a comercialização da produção do babaçu e gerar renda às famílias da Resex do Extremo Norte. No entanto, como a Usina tem determinada capacidade de produção não são todas as famílias que são beneficiárias deste projeto.

sua vez, no valor de R\$ 250,00, ao passo que, se recebesse por quilo de amêndoas, renderia R\$ 150,00. Isso quer dizer que este valor agregado na produção do babaçu gerou o aumento de 66% a mais na renda do que se vendessem as amêndoas deste fruto sem beneficiamento.

Já as famílias que participavam indiretamente do Projeto da Usina, entregavam a produção com menos frequência e recebiam o preço do quilo de amêndoas. A coleta desta produção ocorre da mesma forma com as que participam diretamente deste projeto, porém o pagamento era realizado no ato da coleta. Deste modo, se em cada semana, uma quebradeira de coco vender 10 quilos de amêndoas para a Usina, receberá, no momento da entrega da produção, R\$ 15,00.

A Usina recebe, em média, 300 quilos de amêndoas por semana, o que equivale ao total de 1.200 quilos por mês. Esta produção de amêndoas realizada pelas famílias varia a cada mês, em razão de várias condicionantes como:

- 1) Quantidade de coco coletado e quebrado;
- 2) Tempo de trabalho envolvido na atividade do extrativismo do babaçu;
- 3) Condições de saúde das quebradeiras de coco;
- 4) Condições meteorológicas, em virtude de que, no período chuvoso, tanto a coleta, quanto a quebra do coco são mais complexas.

Por fim, os custos operacionais de manutenção da Usina, como água, luz e manutenção das máquinas, além do pagamento do operador das máquinas, são pagos com a venda da torta, subproduto do babaçu, vendido como ração no mercado local, e da sobra da venda do óleo, já que as amêndoas podem render mais de 50% do óleo. O carro utilizado para realizar os serviços da Usina (coleta das amêndoas aos finais de semana) pertence ao ICMBio, que paga os custos de sua manutenção e o combustível.

Ainda sobre a produção do babaçu, de forma geral, vale destacar que, de acordo com as informações do Banco de Dados da UFV/ICMBio (2014), os principais problemas para a extração deste fruto são: o transporte dos cocos entre as áreas dos babaçuais até as residências das famílias; o preço de venda do babaçu, que não compensa financeiramente; e o fato de que atividade de extração e quebra do coco gera muito trabalho. Portanto, estes problemas acabam influenciando na dificuldade de comercialização desse tipo de produção.

Diante disso, acredita-se que uma das soluções para estes problemas estaria atrelada à regularização fundiária da Resex, que daria o direito das famílias quebrarem coco nos babaçuais, eliminando o problema do transporte destes frutos, e à criação de estratégias de comercialização para agregar valor à produção do babaçu e gerar maior renda as famílias – um destes caminhos seria investir nos Projetos da Usina de Beneficiamento de Coco Babaçu.

Outra questão que se deve colocar em pauta, para finalizar esta seção, é a da percepção das famílias sobre a degradação dos babaçuais da Resex do Extremo Norte e do seu entorno. Para elas, até o início da década de 1990, havia uma extensa área de babaçuais e, em algumas propriedades rurais, a produção de arroz e a pecuária extensiva já eram praticadas, no entanto, existiam poucos rebanhos de gado, quando comparados com a quantidade em 2014.

De acordo com Castilho (2009), em 1992, o território da Resex do Extremo Norte possuía mais de 70% de sua área com concentração de palmeiras de babaçu em terrenos contínuos, fato que contribuiu para que esta Unidade de Conservação fosse criada neste local. Além disso, também havia áreas onde as palmeiras conviviam com outras espécies florestais. E o restante deste território constituía-se de áreas de pastagens e de roçados.

Corroborando com essas observações de Castilho (2009), segundo os entrevistados (2014), a área dos babaçuais era uma floresta com muitas palmeiras de babaçu e com fragmentos de outras espécies de árvores como: ipê, jatobá, aroeira, açazeiro, bacaba, bacuri, buriti, murici, tamarindo, entre outras. Tinham também bastantes espécies de aves e animais, sendo as mais comuns: corrupção, sabiá, tucano, canção, pica-pau, paca, cutia, tatu, veado, onça, capivara, porco do mato, peba, macaco e anta.

Neste contexto, as informações do Banco de Dados da UFV/ICMBio (2014) também contribuem para entender a mudança deste cenário, uma vez que 70,92% das famílias afirmaram que existem espécies de animais silvestres desaparecendo na região estudada. Entre as espécies que estariam sumindo, estes entrevistados listaram doze animais: tatu, veado, paca, cutia, peba, anta, capivara, onça, porco do mato, catitu, macaco e jabuti.

Nesse sentido, os relatos que seguem expressam a realidade do passado no que se refere à grande quantidade de palmeiras de babaçu, sem desmatamento e à harmonia da população com a natureza. “Antigamente, essa região era só mata, mata, mata. Mata

fechada. [...] Mas agora só tá o chão e o capim. Tinha muito e muito babaçu” (RELATO DA ENTREVISTADA N, 2014). “Tinha muita fartura de coco. Nesse tempo, o povo não derrubava os cocos. Tinha muito coco. Dois pés de coco, três pés de coco, você já quebrava 5 quilos de coco, 10 quilos de coco por dia. Aí eu vendia, tinha vez um saco de 40 quilos de coco por semana” (RELATO DA ENTREVISTADA D, 2014). Estas percepções também foram compartilhadas pelos demais informantes desta pesquisa.

Contribuindo com essa discussão sobre o meio ambiente da Reserva, Castilho (2009) ainda revela que, entre os anos de 1995 a 2009, 53,30% deste território foi desmatado, o que equivale a 4.887 hectares. A causa deste desmatamento estava atrelada à expansão da pecuária no interior desta Unidade de Conservação.

Ainda no ano de 2014, de acordo com as informações do Banco de Dados da UFV/ICMBio (2014), os principais problemas ambientais na região eram o desmatamento (27,86%), queimadas (22,82%), lixo (11,74%), enchentes (10,74%), aumento da pecuária (10,07%), entre outros. Estas informações fornecem subsídios para afirmar que o desmatamento ainda continua existindo e que ele está relacionado com a intensificação da atividade pecuarista.

Ademais, na pesquisa de campo foi possível averiguar que, na área da Reserva, havia várias propriedades de pequeno, médio e grande porte que desenvolvem a atividade de gado de corte e de leite. Nestas áreas, percebe-se a presença da palmeira de babaçu, porém fragmentadas e envoltas por áreas de pastagens para criação desses animais, conforme se observa nas Figuras 11 e 12.

Na ocasião da realização desta pesquisa, a maioria das palmeiras estava queimada em razão de um incêndio acidental que ocorreu em setembro de 2014, quando mais de 60% da área da Reserva foi atingida.



Figura 11 – Paisagem da Resex do Extremo Norte com destaque para área de pastagens (2014)
Fonte: Pesquisa de campo (2014)



Figura 12 – Paisagem da Resex do Extremo Norte com destaque para área das palmeiras de babaçu queimadas (2014)
Fonte: Pesquisa de campo (2014)

O desmatamento da área dos babaçuais e a queima das palmeiras do babaçu no território da Reserva são mecanismos utilizados pelos fazendeiros para transformar essas áreas em pastagens para o gado. Porém, como o babaçu tem capacidade de germinação, quando as palmeiras são queimadas, as pindobas (palmeiras novas) do babaçu aparecem em maior quantidade. Diante disso, os fazendeiros estão percebendo que a queima não é eficaz para eliminar as palmeiras e, ao invés de aplicarem fogo, estão aplicando herbicidas para redução dos babaçuais.

Logo, isso acarreta a restrição da prática do extrativismo do babaçu por parte das quebradeiras de coco que dependem do fruto para o sustento de suas famílias, uma vez que, de acordo com Dias (2005), para uma palmeira, que não está numa floresta fechada, como é o caso dos babaçuais do território da Reserva, começar a produzir, gasta-se entre 10 a 20 anos. Os relatos abaixo descrevem o cenário de hoje do território desta Unidade de Conservação:

Essas palmeiras que você vê na beirada da estrada é só para enganar, porque, para dentro, só tem pasto e gado. Só tem gado. Antigamente, essa região era só mata. Era bonito, era mata fechada a gente quebrava o coco o dia todinho na sombra. Hoje a gente vai e tá morrendo sufocada naquele capim, coçando tudo, a gente tem que ir de camisa de manga comprida, calça, é um sufoco. Aqui, para você sair na beira do rio, tá tudo desse jeito. Regaço feio tem aí no Rojão na beira do rio, o trator quebrando tudo (RELATO DA ENTREVISTADA N, 2014).

Muié [dirige-se para entrevistadora], toda vida a gente quebrou o coco. Toda a vida. Nunca parou. Só que quebrava mais, que aqui era mais melhor, sabe? Por que era melhor? Porque tinha mata, tinha muito coco. Era pertinho de casa. E hoje tá longe, só tem coco nas terras dos fazendeiros e aí fica mais difícil. Ficou difícil porque não tem o acesso para poder quebrar o coco e o número de palmeiras diminuíram, porque os fazendeiros desmataram. Eles desmataram terra demais e derrubaram palmeira demais. Tem pouco agora. Tem muito poucas palmeiras agora. A nossa família sempre consumiu o babaçu (RELATO DA ENTREVISTADA C, 2014).

Portanto, a partir dos relatos sobre a degradação dos babaçuais na Reserva, foi possível concluir que as áreas dos babaçuais deste território estão sendo cada vez mais ameaçadas e sendo transformadas em extensas áreas de pastagem para a expansão da pecuária. Além disso, as áreas dos babaçuais que ainda existem dentro desta Unidade de Conservação estão contidas no interior das propriedades particulares e, conseqüentemente, esse recurso natural está sob o domínio privado, o que dificulta que

as quebradeiras de coco continuem reproduzindo a sua tradição do uso da cultura do babaçu.

4.2 Perfil dos extrativistas da Resex do Extremo Norte

Essa seção tem por objetivo trazer alguns elementos do Banco de Dados da UFV/ICMBio (2014) referentes à população da Resex do Extremo Norte, bem como informações coletadas especificamente para esta pesquisa, que poderão auxiliar na compreensão de algumas características atuais das famílias.

As informações desse Banco de Dados, referente a 143 famílias (correspondente a 60% das famílias), indicaram que 56,30% da população têm sua naturalidade no Estado do Tocantins, seguido pelo Estado do Maranhão (30,80%), e o restante (12,90%) tem origem em outros Estados do país, como: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí e São Paulo.

Em relação à faixa etária, 61,42% da população enquadra-se na categoria de população economicamente ativa e, de acordo como o IBGE, pode ser compreendida como potencial de mão de obra do setor produtivo. Nesta categoria, estão pessoas que possuem entre 15 a 65 pessoas. Os dados sobre perfil etário da população em estudo encontram-se na Figura 13.

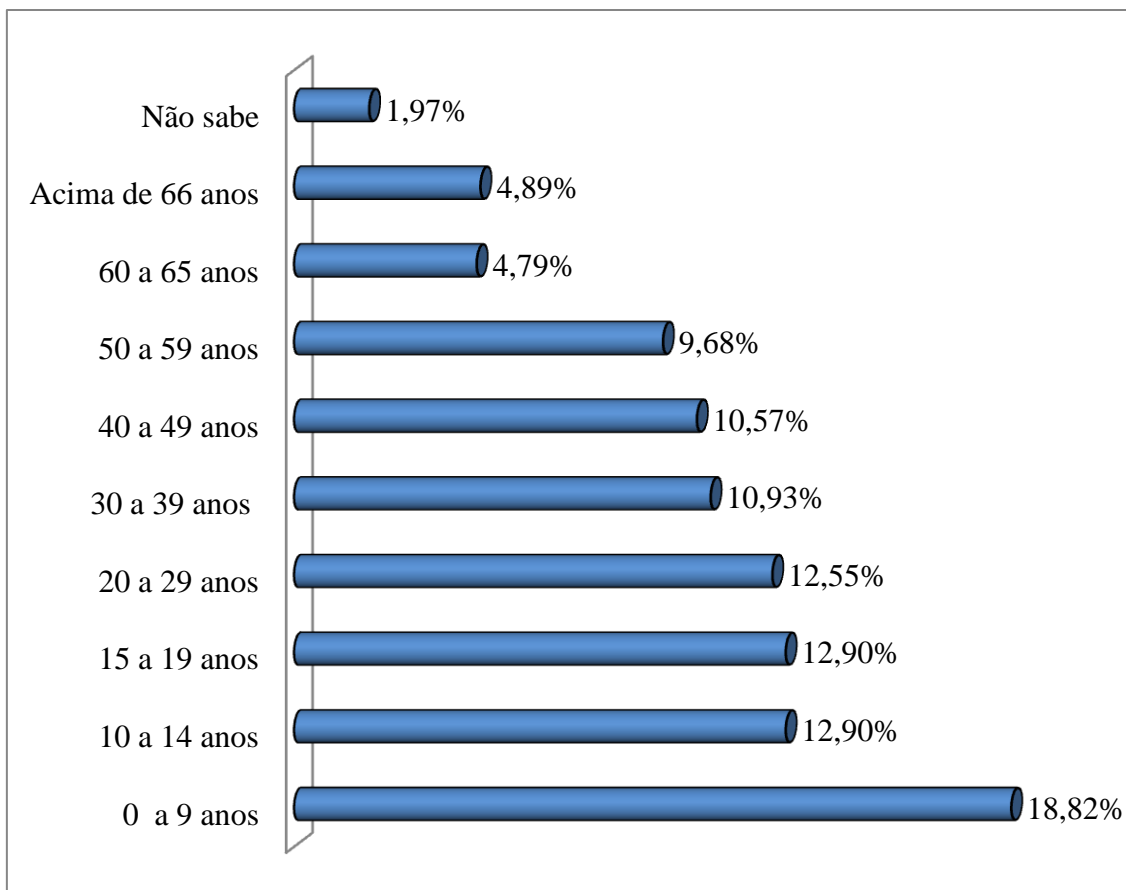


Figura 13 – Faixa etária da população da Resex do Extremo Norte (2014)

Fonte: UFV/ICMBIO (2014), adaptado pela autora (2015)

No que tange ao perfil educacional, no ano de 2014, 84,41% da população era alfabetizada²⁴ e 9,50% era analfabeta²⁵, conforme se observa na Figura 14.

²⁴ Alfabetizada é aquela pessoa capaz de utilizar leitura, escrita e habilidades matemáticas no seu cotidiano e que, possivelmente, tem anos de estudo.

²⁵ Analfabeto é aquele indivíduo que não possui as habilidades necessárias (leitura, escrita e numeração) para lidar com o seu cotidiano, bem como se desenvolver pessoal e profissionalmente.

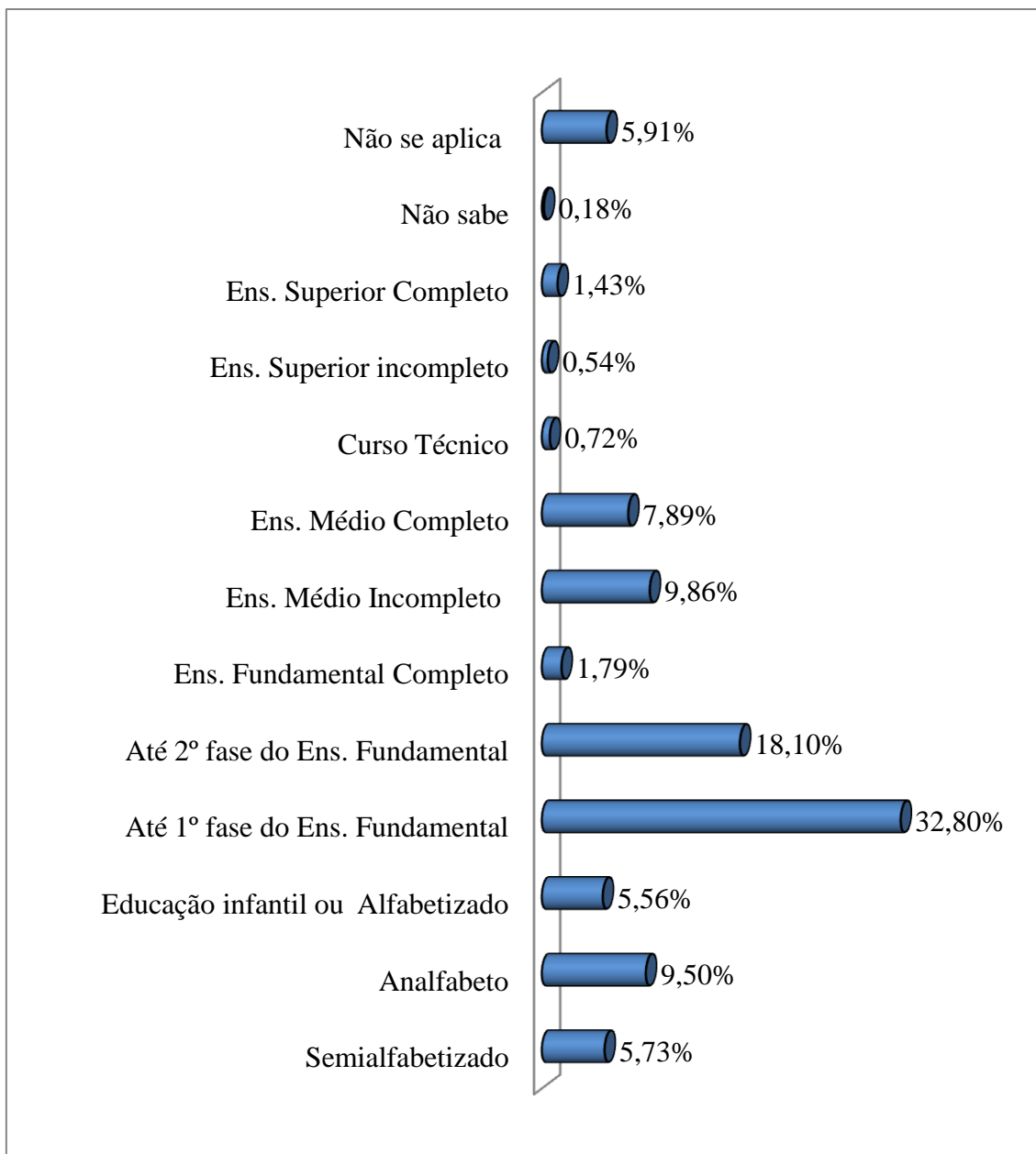


Figura 14 – Níveis de escolaridade da população da Resex do Extremo Norte (2014)
Fonte: UFV/ICMBio (2014), adaptado pela autora (2015)

Mesmo essa população tendo um percentual alto de pessoas alfabetizadas, o que é um ponto positivo, o que chama atenção é que, se somarmos os dados dos analfabetos com os dos semialfabetizados²⁶, percebe-se que há um déficit educacional que envolve 15,23% dos membros familiares em conformidade com os dados contidos na Figura 14.

²⁶ Semialfabetizado é a pessoa que tem pouca alfabetização.

4.2.1. Ocupação, Renda e Programas Sociais²⁷

Em relação às principais ocupações dos membros das famílias, no passado, com base nas entrevistas, essas estavam direcionadas ao extrativismo do babaçu, a agricultura para o consumo familiar e aos trabalhos como diaristas nas fazendas da região. Ainda assim, no ano de 2014, mesmo com as dificuldades já mencionadas, o extrativismo vegetal e a agricultura são as atividades mais praticadas pela população da Resex do Extremo Norte, de acordo com as informações contidas na Figura 15.

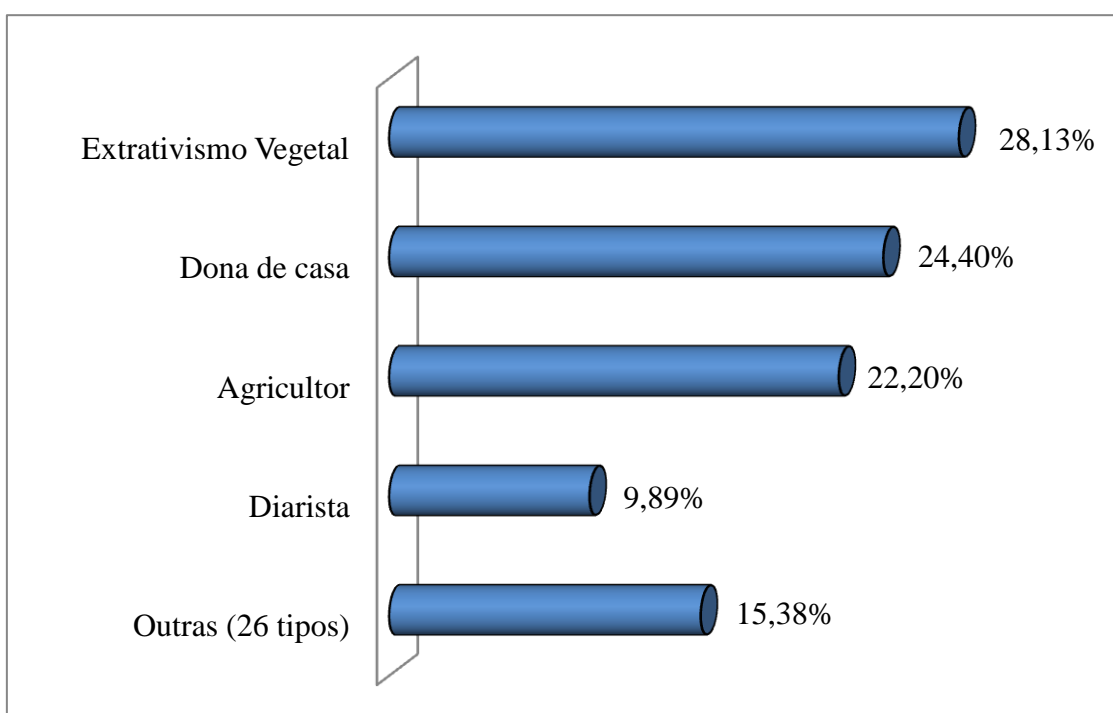


Figura 15 – Principais ocupações da população da Resex do Extremo Norte (2014)

Fonte: UFV/ICMBio (2014), adaptado pela autora (2015)

Corroborando com essa discussão, foi possível averiguar, no Banco de Dados da UFV/ICMBio (2014), que, no ano de 2013, 83,22% das famílias realizaram atividades de extrativismo vegetal e 60,84% a agricultura. Em relação à primeira atividade, os principais produtos extrativistas explorados foram: babaçu (82,07%), açaí (7,59%), buriti (5,52%), murici (1,38%) e frutas (3,44%). Sobre a segunda atividade, os

²⁷ Conforme mencionado, nesta seção também será utilizado, em alguns momentos, o tempo verbal no passado para se referir a um tempo anterior à criação da Resex do Extremo Norte, antes de 1992. Para se referir ao período pós-criação da Reserva, será utilizado o tempo verbal no presente, ou seja, como referência ao ano da pesquisa, 2014.

principais produtos cultivados foram, em ordem decrescente: feijão (27,07%), milho (24,02%), arroz (20,09%), mandioca (18,78%) e outros oito tipos de variedades (10,04%).

Neste contexto, com base nas entrevistas, as principais fontes de renda, no passado, estavam associadas à comercialização das amêndoas do babaçu e da venda da força de trabalho do homem aos fazendeiros, que ocorria raramente, ou seja, era o trabalho de juquirá – expressão regional que define bico, trabalho temporário, diarista. Normalmente, o trabalho de juquirá era roçar o mato para formar áreas de pastagens para criar gado; cuidar do rebanho de gado; e/ou plantar arroz em uma fazenda, próxima da região, que tinha uma grande lavoura deste produto agrícola.

Ademais, havia a renda do autoconsumo, que era do extrativismo do babaçu e do roçado (arroz, feijão, milho, mandioca, fava, abobora, melancia e batata). O plantio era realizado na terra dos fazendeiros por meio do arrendamento. Esta produção agrícola era para consumo próprio das famílias e para pagar o arrendamento aos fazendeiros. Os relatos que seguem retratam a importância do babaçu como fonte de renda monetária, bem como do roçado como renda do autoconsumo.

O coco era para a venda, para a venda mesmo. Para comprar o açúcar, para comprar o sabão, para comprar o óleo, para comprar o café. Tinha muitas famílias que passavam o dia todinho no mato quebrando o coco e, quando chegava, ia direto para o comércio vender aquele coco. O comércio era onde que é [município de] Carrasco (RELATO DO ENTREVISTADO A, 2014).

Os homens trabalhavam no Juquirá. O véi [marido] trabalhava para os outros, para os fazendeiros, roçava a juquirá, recebia por dia, ou por empreita, era poucas vezes. Os fazendeiros também contratavam diarista para cuidar do gado, era o vaqueiro. As mulheres quebravam o coco e vendia em troca de mercadoria que era café, açúcar, óleo, sabão, Bombril ou do dinheiro. A renda era da roça [o marido era diarista de um fazendeiro] e do babaçu. A roça de arroz, milho, feijão, mandioca e fava eram para o consumo da família, não vendia nada. Nesse tempo, as mulheres tinham muitos filhos, eu mesma só ia à roça para levar comida para o véi, depois voltava para cuidar dos filhos e quebrar o coco (RELATO DA ENTREVISTADA D, 2014).

Diante destes relatos, pode-se afirmar a relevância que o extrativismo da palmeira do babaçu assumia para as famílias, bem como o roçado no que se refere ao autoconsumo das mesmas.

Já na época da realização desta pesquisa, em 2014, a fonte de renda das famílias era composta pelos rendimentos obtidos com a produção, a venda da força de trabalho

nas ocupações e os benefícios e programas sociais do Governo. A Figura 16 mostra esta distribuição da renda mensal das famílias. Nota-se que a maior parte das famílias vive com renda mensal entre meio a dois salários mínimos, o que ocorre em 74,12% dos casos.

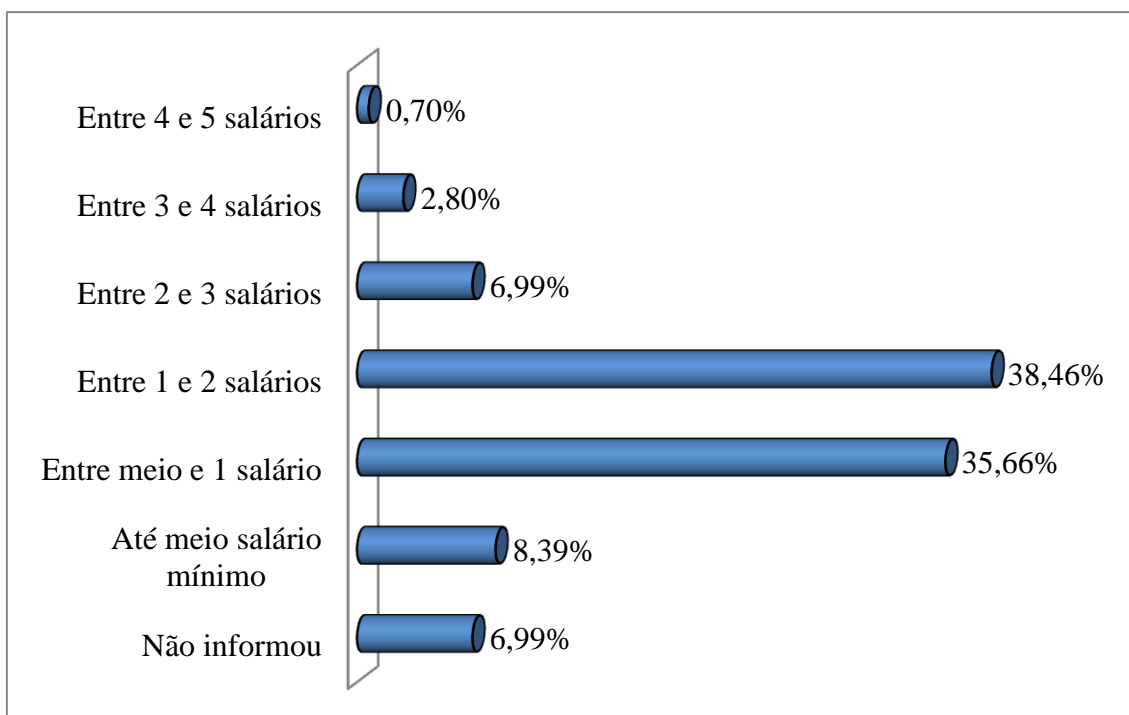


Figura 16 – Renda mensal das famílias extrativistas da Resex do Extremo Norte considerando todos os rendimentos obtidos (produção, venda da força de trabalho nas ocupações e benefícios do Governo) (2014)

Fonte: UFV/ICMBio (2014), adaptado pela autora (2015)

Porém o que chamou atenção na Figura 16 é que, mesmo somando a renda da produção, da venda da força de trabalho nas ocupações e dos benefícios e programas sociais governamentais, 8,39% das famílias vivem com até meio salário mínimo por mês e 35,66% vivem com valores entre meio a um salário mínimo por mês, situações que remetem à extrema pobreza²⁸, conforme classificação da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SEA, 2015). Diante deste cenário, pode-se afirmar que, mesmo com os benefícios, a renda das famílias da Resex do Extremo Norte continua baixa.

Ainda em relação à renda média mensal, foi possível verificar que os programas e benefícios governamentais se destacam como uma importante fonte de renda entre as

²⁸ Segundo a SEA (2015), no grupo “extrema pobreza” enquadram-se as famílias que vivem com renda média familiar de até R\$ 851,00 por mês.

famílias da Resex do Extremo Norte. A Figura 17 mostra a renda mensal dos benefícios recebidos pelas famílias. Nota-se que 58,87% das famílias recebem até meio salário mínimo de benefícios e programas sociais.

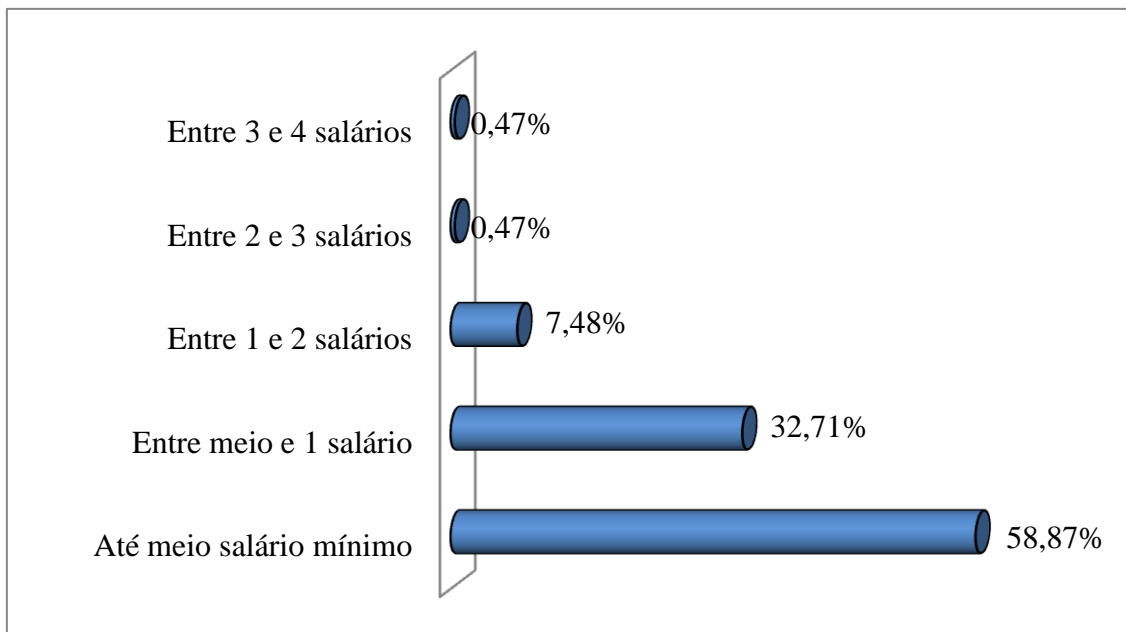


Figura 17 – Renda mensal dos benefícios e programas sociais recebidos pelos extrativistas da Resex do Extremo Norte (2014)

Fonte: UFV/ICMBio (2014), adaptado pela autora (2015)

Dentre os dez programas e benefícios mais acessados pelas famílias estudadas citam-se: Bolsa Família, com 40,81% das constatações; aposentadoria, com 28,25% das opiniões; e Bolsa Verde, com 17,04% das respostas. E com menor porcentagem, apresentam-se os demais: pensão, Agente Jovem, auxílio doença, seguro defeso, seguro acidente, Pioneiros Mirins e Tocantins Mirins (UFV/ICMBio, 2014).

Em relação ao Programa Bolsa Família, este é um programa de transferência de renda às famílias que estão em situação de pobreza ou de extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único do Governo Federal. Cada família beneficiada deste programa recebe uma quantia em dinheiro todos os meses, um valor que depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da renda familiar. Além disso, há benefícios específicos para a família que tem crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam (MDS, 2015). De acordo com o Banco de Dados da UFV/ICMBio (2014), as famílias da Resex do Extremo Norte recebem entre R\$ 35,00 a R\$ 660,00 por mês do benefício do Bolsa Família.

A aposentadoria também apresenta uma expressiva parcela de renda mensal recebida pelas famílias da Resex do Extremo Norte. Das 143 famílias participantes da pesquisa, 63 declaram que algum membro da sua família recebe aposentadoria. A renda declarada, entre os entrevistados, para este benefício foi de um salário mínimo. No entanto, oito famílias revelaram que não recebem este valor total no mês, pois parte deste benefício já vem descontada para pagar empréstimos realizados (UFV/ICMBio, 2014; PESQUISA DE CAMPO, 2014).

Outra política pública que as famílias acessam somente por serem beneficiárias da Resex do Extremo Norte é o Programa Bolsa Verde. O Programa foi instituído pelo Decreto n.º 7.572, de 28 de setembro de 2011, e tem o intuito de auxiliar na preservação dos recursos naturais da Amazônia e de todo território brasileiro, por meio da transferência de renda para famílias de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias a conservação ambiental e que nelas desenvolvem atividades que visam tal conservação (BRASIL, 2012).

O programa abrange famílias que têm relação com as Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável – administradas pelo ICMBio; Projetos de Assentamento Florestal, Projetos de Desenvolvimento Sustentável, Projetos de Assentamentos Agroextrativista – geridas pelo INCRA; territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas e quilombolas, entre outras comunidades tradicionais; além de outras áreas rurais definidas como prioritárias pelo Governo Federal. As famílias que firmam o termo de adesão ao programa recebem trimestralmente o valor de R\$ 300,00 por um prazo de até dois anos, podendo ser renovado, como incentivo financeiro de apoio à conservação da cobertura vegetal nativa (BRASIL, 2012).

Até março de 2015, havia 77 famílias da Reserva Extrativista do Extremo Norte beneficiárias do Programa Bolsa Verde, o que representa, aproximadamente, 33% das famílias desta Unidade de Conservação (MMA, 2015). Faz-se necessário ressaltar que estas famílias são beneficiárias de tal programa em razão de estarem na lista de beneficiários da Resex do Extremo Norte disponibilizada pelo ICMBio.

Na percepção da Entrevistada P (2014), “o acesso ao Bolsa Verde tem animado muito as pessoas no sentido de que há um significado em relação a existência dessa Unidade e alguns resultados começam aparecer para nós”.

A análise dos dados da pesquisa permitiu verificar que o dinheiro do Programa Bolsa Verde, na maioria das vezes, é utilizado para compra de alimentos básicos para o

consumo familiar. A fala de uma mulher, quebradeira de coco e mãe de três filhos, ilustra esta situação:

Esse dinheiro veio em um dia que aqui em casa estava zerando. Eu fui tirar o dinheiro do Bolsa Família. Tava difícil aqui. O meu marido não tinha arrumando diária para trabalhar e eu chorando aqui em casa porque como eu ia fazer para dar de comer para os meninos, né? Acabando tudo as coisas para comer. Aí eu fui tirar o Bolsa Família e, quando eu peguei no susto, a mulher contando aquele dinheiro. Eu fiquei branca na mesma hora. Fiquei numa felicidade que até esqueci o menino dentro da lotérica quando eu percebi que tinha vindo o dinheiro do Bolsa Verde (RELATO DA ENTREVISTADA H, 2014).

Além disso, foi possível verificar que há famílias que acreditam que o benefício do Programa Bolsa Verde é uma das maneiras da população refletir sobre a forma que estão usando e preservando o meio ambiente.

Portanto, os dados supracitados demonstram a necessidade de essas famílias acessarem mecanismos que propaguem a geração de renda para que as mesmas consigam sair da linha de extrema pobreza. Enquanto isto não ocorre, programas de transferência de renda como Bolsa Família e Bolsa Verde são instrumentos utilizados pelo Estado que contribuem para ajudar essa população a ter condições mínimas de sobrevivência. Neste cenário também se ressalta a importância do benefício da aposentadoria como complemento da renda mensal familiar.

4.2.2 Moradia

No passado, o padrão construtivo das casas era de taipa. Esta possui, nas suas paredes, uma mistura de barro amarrada com o talo da palmeira do babaçu; o teto é revestido com a palha do babaçu; as portas são de esteiras construídas com o talo do babaçu e o chão é de terra batida. As casas eram todas pequenas, tendo de três a quatro cômodos. O depoimento de uma entrevistada ilustra como eram as casas no passado.

As casas eram tudo de barrinho e de palha do coco. Era no tempo do babaçu, aqui tinha muito babaçu. Tinha casa que nem era de parede de barro, era de palha mesmo, era da palha do coco. As casas eram cobertas de palha, parecia um ninho de porco. Era assim as casas. Dentro das casas não tinha nada. Só tinha o pote de barro ou a cabaça

para colocar água, mais as panelinhas para cozinhar no fogão que cozinhou com o carvão do babaçu (RELATO DA ENTREVISTADA C, 2014).

Na maioria das residências, os responsáveis familiares dormiam na cama com colchão de palha do babaçu e os filhos na rede. Este tipo de colchão era produzido pelas mulheres que sabiam a costurar. Elas faziam um saco grande, colocavam a palha do babaçu e costuravam para fechar. A cama era feita com as madeiras depositadas no chão e, por cima, colocava-se o colchão de palha de babaçu. “Era colchão de palha nesse tempo. Eu tive nove filhos tudo em casa, na mão de parteira, e nunca tive um filho num hospital. E tudo era na cama no colchãozinho de palha” (RELATO DA ENTREVISTADA D, 2014). As Figuras 18 a 20 demonstram a estrutura deste tipo de residência descrita. Esta moradia nas imagens é a única casa que sobrou do Povoado Vilinha, uma das comunidades localizadas dentro da área da Resex do Extremo Norte.



Figura 18 – Padrão construtivo de casa de taipa (Resex do Extremo Norte, 2014)

Fonte: Pesquisa de campo (2014)



Figura 19 – Quarto da casa de taipa (Resex do Extremo Norte, 2014)

Fonte: Pesquisa de campo (2014)



Figura 20 – Sala da casa de taipa (Resex do Extremo Norte, 2014)

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Nas residências não havia água encanada e nem banheiro. A água vinha do poço localizado no quintal da área de moradia, do açude ou da grotá. Nesses dois últimos locais, era necessário buscar a água em baldes. As necessidades fisiológicas eram realizadas em uma casinha no fundo do quintal da área de moradia ou no mato. Nas residências onde havia poço, as pessoas tomavam banho de caneco em um local na área do quintal. No entanto, naquelas que não tinham poço, o banho era realizado no açude ou na grotá. A iluminação das casas era por meio da lamparina a óleo ou querosene. Normalmente, as famílias utilizavam o óleo, pois era mais barato (PESQUISA DE CAMPO, 2014).

Já no contexto atual, as habitações das famílias seguem três tipos de padrão construtivo: taipa, alvenaria e mista (taipa + alvenaria). De acordo com as informações do Banco de Dados da UFV/ICMBio (2014), aproximadamente 27% (38 informantes) das famílias moram em casa de taipa, sendo que 92,10% dessas residências possuem água canalizada em algum cômodo, 78,94% têm instalação sanitária na área externa da residência e 100% possuem energia elétrica.

Além disso, 66% das famílias residem em casa de alvenaria (UFV/ICMBio, 2014). Esta alta porcentagem de famílias que moram neste tipo de casa justifica-se em razão de parte de essas famílias terem acessado o Projeto de Habitação das Casas das Quebradeiras. Este foi um projeto específico de moradia permanente para as famílias beneficiárias da Resex do Extremo Norte que foi articulado pela Dona Raimunda, CNS e por organizações da região do Bico do Papagaio entre os anos de 2004 e 2005. Inicialmente, o projeto havia sido contemplado para construção de 500 casas, sendo que

estas teriam nove metros por seis metros e seis cômodos: banheiro, despensa, quarto, sala e duas áreas de serviço (uma na área da frente e outra na área atrás da casa).

Como, nessa época, o território da Resex do Extremo Norte não estava com a terra regularizada e não poderia construir as casas dentro deste território, as residências foram construídas e distribuídas para as quebradeiras de coco nos municípios de Sítio Novo, São Miguel do Tocantins, Buriti, Carrasco Bonito, Praia Norte e Axixá. Porém, seu tamanho foi reduzido para quatro cômodos (banheiro, despensa, quarto e sala) e, com esta redução, o projeto foi ampliado para a construção de 800 casas. Diante disso, este projeto de habitação ficou com o nome de Casas das Quebradeiras de Coco, mas era para serem construídas casas para os extrativistas da Reserva Extrativista do Extremo Norte.

Segundo o Entrevistado J (2014), “[...] fazia tempo que vinha brigando por moradia para a área da Reserva. [...] faz muito tempo que a gente vem lutando para que a Reserva seja regularizada. A moradia saiu e a regularização da Reserva nunca saiu”. A Figura 21 ilustra o padrão construtivo do Projeto de Habitação das Casas das Quebradeiras.



Figura 21 – Casa do Projeto das Casas das Quebradeiras (Povoado Centro do Firmino, 2014)
Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Na pesquisa de campo foi possível aferir que, em todas as residências do Projeto das Casas das Quebradeiras, há água canalizada em algum cômodo, instalação sanitária no interior, escoamento do banheiro destinado para a fossa e instalações de energia elétrica. O imóvel é de propriedade da família, porém não é possível vendê-lo, alugá-lo ou transferir o título da casa, bem como se beneficiar de outra política de habitação do Estado. Também foi possível verificar que as famílias da Resex do Extremo Norte acessaram outros projetos de habitação desenvolvidos pelo Governo do Estado do Tocantins e pelas Prefeituras Municipais de Carrasco Bonito, Buriti do Tocantins e Sampaio.

5. PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE

Este capítulo realiza uma discussão acerca das percepções e perspectivas sobre o futuro da população tradicional em estudo e sua relação com a Resex do Extremo Norte frente à garantia dos seus direitos em razão da criação deste território, bem como os (des)compassos da existência deste espaço diante de suas finalidades, quais sejam: assegurar a exploração autossustentável dos recursos naturais pela população extrativista e a conservação ambiental da área instituída pelo Governo Federal.

Neste contexto, um dos discursos dos entrevistados que chamou atenção foi a fala de um extrativista ressaltando que, “agora”, as famílias sabem o que é uma Reserva Extrativista e que esta é para as famílias dos extrativistas morarem, trabalharem e coletarem os “produtos naturais”, como o babaçu (RELATO DO ENTREVISTADO J, 2014). Este anúncio revela que a percepção das famílias sobre a finalidade deste território vai ao encontro do que está no Decreto de criação desta Resex: “A área da Reserva Extrativista ora criada fica declarada de interesse social, para fins ecológicos, na forma da legislação vigente, ficando o IBAMA, autorizado a promover as desapropriações que se fizerem necessárias” (BRASIL, 1992).

Por outro lado, passados 22 anos de sua existência, as famílias ainda não têm a garantia ao acesso deste território e à exploração do extrativismo do babaçu, além da intensificação dos conflitos entre população tradicional e fazendeiros. Mas determinadas políticas públicas (Habitação e Transferência de Renda - Bolsa Verde), destinadas especialmente às populações tradicionais que são beneficiárias das Reservas Extrativistas, têm sido acessadas por algumas dessas famílias, fazendo com que elas sintam, mesmo que indiretamente, alguns benefícios da existência desta UC em suas vidas.

Diante dessas constatações, o que se nota é que a criação da Reserva do Extremo Norte afetou as famílias que têm relação com esta UC e provocou mudanças tanto de caráter positivo quanto negativo nos modos de vida destes sujeitos. O Quadro 4 sintetiza as principais mudanças ocorridas nesta realidade, sobretudo, aquelas que tiveram interferência diretamente da criação desta Unidade de Conservação em estudo.

Quadro 4 – Principais mudanças ocorridas nos modos de vida da população tradicional em estudo a partir da criação da Resex do Extremo Norte (2014)

CATEGORIAS	ANTES DA CRIAÇÃO DA RESERVA	DEPOIS DA CRIAÇÃO DA RESERVA
Extrativismo do babaçu e a relação com a terra	* Acesso aos babaçuais era permitido.	* Acesso aos babaçuais está restrito em função das disputas com os fazendeiros e da constante proibição de acesso as áreas onde estão as palmeiras por parte destes.
	* Dominação dos fazendeiros em relação às famílias extrativistas.	* Aumento da dominação dos fazendeiros em relação às famílias extrativistas.
	* A quebra do coco era realizada nos babaçuais. * O transporte das amêndoas do babaçu era realizado dentro do cofo, que as mulheres levavam na cabeça.	* A quebra do coco nos babaçuais é proibida. * Uma estratégia utilizada para continuarem realizando a quebra do coco foi coletar esse recurso natural em alguns trechos da Resex, mediante a solicitação aos fazendeiros. * O transporte dos cocos de babaçu é realizado por meio do animal de carga, bicicleta e automóvel com carroceria.
	* A quantidade do coco quebrada era bem maior.	* Redução da quantidade de coco quebrada.
	* A rotina das mulheres estava voltada, principalmente, para a quebra do coco nos babaçuais, além das atividades domésticas e da responsabilidade com os filhos.	* A rotina de trabalho das mulheres envolve as atividades domésticas, a responsabilidade com os filhos e a quebra de coco, além de outros serviços, quando existem.
	* Apenas as amêndoas do babaçu eram comercializadas. Não havia mercado para os subprodutos do babaçu. * As vendas das amêndoas do babaçu eram realizadas para os estabelecimentos comerciais na região e/ou para comerciantes que passavam nas casas das quebradeiras.	* Amêndoas, carvão, óleo, azeite, vassoura, leite, mesocarpo e casca do coco são comercializados. Há mercado para vender esses subprodutos do babaçu. * A comercialização dos subprodutos do babaçu é realizada por conta própria da família, bem como para a Usina de Beneficiamento de Coco Babaçu dos Comunitários da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins, a empresa Tobasa e demais atravessadores.
	* Era uma floresta com muitas palmeiras de babaçu e com fragmentos de outras espécies de árvores como: ipê, jatobá, aroeira, açaizeiro, bacaba, bacuri, buriti, murici, tamarindo, entre outras. Em algumas	* Em 2014, a área desta Unidade de Conservação possuía várias propriedades de pequeno, médio e grande porte que desenvolvem a atividade de gado de corte e de leite. Havia ainda palmeiras de babaçu, porém fragmentadas e envoltas por áreas de pastagens para criação desses animais. A criação de gado é bem maior que no passado.

	propriedades rurais, havia a produção de arroz e a pecuária extensiva já era praticada, no entanto, existiam poucos rebanhos de gado.	* Em setembro de 2014, houve um incêndio acidental, no qual mais de 60% da área da Reserva foi atingida.
Organização social	* Não havia uma organização formalizada dos extrativistas.	* Os extrativistas são organizados formalmente, sendo representados pela Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte (ARENT).
Políticas públicas	* As famílias não tinham acesso as políticas públicas.	* As famílias acessam várias políticas públicas, dentre elas: Bolsa Família, Aposentadoria, Pensão, Agente Jovem, projetos de habitação do Governo Estadual e das prefeituras municipais, auxílio doença, seguro defeso, seguro acidente, Pioneiros Mirins e Tocantins Mirins. * Também acessam políticas direcionadas aos extrativistas que são beneficiários das Reservas Extrativistas, como: Programa de Habitação das Quebradeiras de Coco (casa de alvenaria) e Programa Bolsa Verde (transferência de renda trimestralmente).
Moradia	* 100% das casas eram de taipa.	* 27% das residências são de taipa. * 66% são de alvenaria. * 7% são mistas (taipa + alvenaria).
Fontes de renda	* Venda das amêndoas do babaçu. * Trabalho de juquirá (ocorria raramente).	* Venda das amêndoas, carvão, óleo, azeite, vassoura, leite, mesocarpo e casca do coco, bem como dos produtos da agricultura. * Trabalho de juquirá (ainda ocorre, mas com pouca frequência). * Atividades realizadas, como: funcionários públicos, comerciantes, artesões, padeiros e serventes de pedreiro. * Benefícios de transferência de renda dos Governos Federal e Estadual.
Aspectos populacionais	* Havia dois povoados dentro da Resex: Centro do Gonçalves e Vilinha. * Existiam 60 famílias morando nestes povoados.	* Não há povoados dentro da Resex. As famílias que moravam dentro da reserva foram expulsas pelos fazendeiros, dando fim aos povoados. * No ano de 2014, foram identificadas 237 famílias. Essas famílias residem em um dos quatro povoados que estão no entorno desta Unidade de Conservação: Povoado Centro do Firmino (zona rural do município de Carrasco Bonito), Povoado Centro do Ferreira (zona rural do município de Buriti do Tocantins), Povoado Cacheado (zona rural do município de Sampaio), Povoado Vinte Mil (zona rural do município de Carrasco Bonito), bem como na sede municipal de Carrasco Bonito.

Educação	* Havia uma escola dentro do território da Resex.	* Não há escola dentro do território da Resex. * As pessoas estudam na escola da própria comunidade ou na sede de um dos municípios da área de influência da Resex.
Saúde	* Havia um posto de saúde dentro do território da Resex. * As pessoas buscavam atendimento médico no hospital dos municípios de Augustinópolis ou Imperatriz.	* Não há posto de saúde dentro do território da Resex. Os que existem estão no entorno da Reserva. * As pessoas buscam atendimento médico e odontológico no posto de saúde da própria comunidade, na sede de um dos municípios da área de influência da Resex, e/ou no hospital dos municípios de Augustinópolis ou Imperatriz.

Fonte: Pesquisa de campo (2014) e Banco de Dados da UFV/ICMBio (2014), adaptado pela autora (2015)

De maneira geral, as informações sobre o extrativismo do babaçu contidas no Quadro 4 permitem confirmar que as famílias, diante das dificuldades impostas pelos fazendeiros para usar esse recurso natural, coletam os cocos como forma estratégica para continuar exercendo sua tradição do extrativismo do babaçu, bem como para garantirem sua fonte de renda. Para elas, as palmeiras representam garantia alimentar, renda e moradia (taipa), ao passo que, para os fazendeiros, essas árvores apresentam-se como um problema para a expansão da atividade pecuária em suas propriedades, principalmente, a partir da criação da Resex do Extremo Norte.

Também vale ressaltar que, mesmo com a estratégia criada por essas famílias, a extração do babaçu reduziu-se quando comparada à quantidade de produção no período antes e depois da criação desta Unidade de Conservação, o que não significa que as famílias pararam de realizar o extrativismo deste recurso natural. Segundo a Entrevistada P (2014), a redução da produção do coco ocorreu porque as famílias têm dificuldades para ter acesso aos babaçuais e, quando elas conseguem entrar nesses locais restritos, têm dificuldades na logística, uma vez que têm que coletar rapidamente os cocos e levá-los diretamente para quebrá-los em suas residências.

Pode-se perceber ainda que a floresta do babaçu que existia antes da criação da Resex, uma das razões da existência deste território, não se encontrava preservada no ano de 2014 em sua totalidade (quantidade de palmeiras), uma vez que partes destes babaçuais foram substituídas por áreas de pastagens, as quais se encontram em domínio dos fazendeiros para a execução da atividade da pecuária. Isto deixa evidente o descompasso da existência desta Unidade de Conservação no que se refere à conservação ambiental das palmeiras de babaçu e à garantia da existência e do uso deste recurso natural para a população tradicional local. Na opinião dos entrevistados, caso não ocorra a regularização fundiária da área da Reserva nos próximos anos, as famílias não terão como extrair o babaçu, pois esse território será somente pasto, ou seja, não haverá mais babaçuais nesse local.

Apesar do descompasso supracitado, a existência da Resex do Extremo Norte trouxe alguns benefícios para as famílias, como: a implantação da Usina de Beneficiamento de Coco Babaçu dos Comunitários da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins e os acessos aos Programas Governamentais, como o de Habitação das Quebradeiras de Coco e o Bolsa Verde.

A Usina, com sede no Povoado Vinte Mil, foi criada para as famílias beneficiárias da Resex do Extremo Norte e está diretamente ligada a uma conquista da

ARENT, organização que representa os extrativistas desta Unidade de Conservação. A Usina foi criada como estratégia para agregar valor e comercializar a produção do babaçu, além de gerar renda a essas famílias.

Até a época da realização desta pesquisa, a Usina era vista, pelas famílias, como algo positivo e as mesmas almejavam aumentar a quantidade da produção das amêndoas do babaçu vendidas para este empreendimento comunitário. Apesar deste desejo das famílias, para que isso ocorra esbarra-se na resolução da regularização fundiária da Resex, pois, resolvendo este problema (restrição da extração do babaçu), os extrativistas teriam condições de aumentar a produção das amêndoas do babaçu. E, ainda, deveria ampliar o número de Usinas, já que cada unidade tem um limite de produção do óleo. Também seria necessário estabelecer metas de produção e de comercialização nos mercados nos quais pretendem se inserir para não haver ociosidade na Usina e, tampouco, falta de clientes para a compra de seus produtos.

Assim, como este empreendimento comunitário estava dando resultados benéficos para as famílias, está em fase de construção a segunda Usina de Beneficiamento de Coco Babaçu dos Comunitários da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins, localizada na sede municipal de Carrasco Bonito, que tem previsão de inauguração ainda no primeiro semestre de 2015. Com mais uma Usina implantada, seria estendido o número de famílias beneficiárias deste projeto, conseqüentemente, proporcionando melhorias e renda a mais famílias.

Além da implantação da Usina, a existência da Resex do Extremo Norte concedeu melhores condições de habitações (casa de alvenaria) a 66% das famílias em virtude de terem acessado o Programa de Habitação das Quebradeiras de Coco e os projetos de habitação do Governo do Tocantins e das Prefeituras Municipais de Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito e Sampaio, uma vez que, antigamente, as casas eram todas de taipa.

Já as outras 44% das famílias não conseguiram acessar, sobretudo, o Programa de Habitação das Quebradeiras de Coco, pois, naquele momento de construção e distribuição das casas, o IBAMA não tinha uma lista oficial de quem eram as famílias beneficiárias desta Unidade de Conservação, o que acabou resultando no fato de que algumas famílias beneficiárias não receberam as casas e algumas não beneficiárias conseguiram o acesso deste recurso. Essas famílias que não haviam sido beneficiadas com as habitações de alvenaria acreditavam que seria difícil acessarem alguma política

pública de habitação em um futuro próximo, ou seja, provavelmente, elas continuariam morando nas casas de taipa ou mista (taipa + alvenaria) por um tempo indefinido.

Outra política pública que tem mostrado para as famílias que há um significado em relação à existência desta Unidade de Conservação é o acesso ao Programa Bolsa Verde. Além de ser um complemento na renda familiar trimestralmente, algumas famílias acreditam que o acesso a esta política tem a sua importância em relação às responsabilidades dos mesmos em conservar o meio ambiente na Reserva da qual são beneficiários. O relato que segue ilustra esta percepção.

Na verdade, o Bolsa Verde é um complemento da preservação ambiental e é uma conscientização, eu acredito. O Bolsa Verde é uma conscientização que você, na verdade, tem que evitar umas coisas que as pessoas fazem, algumas pessoas que pegam passarinhos, caçar. Então, eu acho que – no meu ponto de vista né? – além de uma ajuda financeira que a família está recebendo, está recebendo uma conscientização de valorizar mais as coisas naturais e sobre o meio ambiente. Porque é assim, como a gente falou no começo, aqui já teve muito desmatamento na nossa região, boa parte dos recursos naturais e dos animais [já acabou] e se as pessoas não preservar o meio ambiente, vai acabar tudo (RELATO DO ENTREVISTADO J, 2014).

Apesar desta verbalização em favor da conservação ambiental, não foi possível verificar, durante a pesquisa de campo, se o discurso e a prática vão ao encontro deste propósito, uma vez que as famílias não residem dentro da Reserva Extrativista e os fazendeiros utilizam o território da forma que os convêm, passando por cima da força da lei do Decreto nº. 535, de 20 de maio de 1992. Mesmo assim, esta percepção do Entrevistado J é positiva e relevante para o entendimento da regularidade da existência da Resex do Extremo Norte em relação à conservação ambiental.

Conforme foi verificado no site do Ministério do Meio Ambiente, até março de 2015, aproximadamente 33% das famílias desta Unidade de Conservação eram beneficiárias do Programa Bolsa Verde. Entretanto, algumas famílias que não conseguiram ser contempladas com essa política pública já tinham assinado o Termo de Adesão ao Programa e estavam esperando o ICMBio autorizar a liberação do recurso. Ou seja, existe a possibilidade de se ampliar o número de famílias contempladas com o benefício do Programa Bolsa Verde.

Sobre as diversas fontes de renda das famílias, pode-se constatar que os programas e os benefícios de transferência de renda do Governo, como os Programas Bolsa Verde e Bolsa Família, são acessados por essa população e têm importância na

composição da renda familiar. Ademais, a comercialização da produção do babaçu e seus derivados e da agricultura, além da venda da força de trabalho do membro familiar, são meios que as famílias têm para conseguirem renda. Do ponto de vista das famílias, sua renda precisa ser melhorada, uma vez que, conforme foi constatado, aproximadamente 44% das famílias estão na linha da extrema pobreza.

Também foi possível verificar, conforme discutido nesta dissertação, que a placa da “Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins” colocada dentro deste território, em 2012, trouxe significado aos atores sociais envolvidos com este acontecimento, provocando, assim, expectativas sobre o futuro desta Unidade de Conservação. Para os fazendeiros, este trabalho de demarcação e sinalização do perímetro da Reserva trouxe descontentamento e preocupação diante da possibilidade de perderem a sua posse da terra. Como resposta a este ato do ICMBio, eles reforçaram a sua oposição à Reserva criando a “Associação dos Produtores Rurais de Carrasco Bonito” para representá-los.

Diante da criação desta associação e como forma de fortalecer o grupo, alguns fazendeiros venderam várias áreas, com dois a três hectares, de suas terras. No entanto, esses compradores, no ato do fechamento da venda da terra, teriam que se associar a esta organização. Essa estratégia tinha por objetivo ampliar o número de proprietários na área da Reserva e fortalecer a recém-constituída organização, o que dificultaria, de fato, o uso deste território por parte das famílias extrativistas e do processo de desapropriação das propriedades rurais.

Já para as famílias extrativistas, a sinalização das placas simbolizava que a Reserva tinha saído do papel e que, em um futuro próximo, os seus direitos de uso e moradia dentro da área deste espaço seriam concretizados. O depoimento que segue demonstra este sentimento por meio do símbolo dessa placa.

Pensei que, agora, eu ia ter a minha terra. Eu pensei assim: “Ai, meu Deus, agora que colocou uma placa da Reserva Extrativista, será que cada pessoa que tem grande necessidade de trabalhar do jeito que a gente trabalha de quebrar coco, de lavradeira [trabalhar na roça]. Será que a gente alcança ganhar um pedacinho de terra pra gente mesmo governar e ficar dizendo que aquele pedacinho é da gente, embora seja cinco linhas.” Mas também eu já fico satisfeita pelo resto da minha vida por nós ter avançado na carreira (RELATO DA ENTREVISTADA B, 2014).

Todavia, a placa não retratava esta compreensão realizada pelas famílias e pelos fazendeiros. De um modo geral, as sinalizações, como um todo, representavam a existência de uma Unidade de Conservação naquele local e a presença física do Estado, por meio do ICMBio, dentro da Resex.

Embora a regularização fundiária ainda não tivesse ocorrido no ano de 2014, o que se percebeu é que as famílias acreditam que, se a Reserva “saísse do papel”, a vida delas iria mudar para melhor, pois, se isso ocorresse, elas poderiam morar, quebrar coco, plantar e criar animais de pequeno porte dentro deste território. Além disso, não haveria relação de dominação dos fazendeiros com os extrativistas, uma vez que as famílias trabalhariam na área da Reserva conforme as regras construídas pelas pessoas que usufruariam deste espaço. Os relatos que seguem mostram a percepção dos entrevistados em relação à possibilidade de melhoria na vida das famílias no futuro se as mesmas morassem dentro da Resex.

Aí eu pensei assim: ia melhorar bastante se a gente pudesse ganhar, pelo menos, um pedacinho de terra, para a gente morar lá dentro. Ave Maria, juntar meus cocos sossegada, para não ter briga [conflitos entre quebradeiras de coco e fazendeiros], criar os porcos. Ia ser a melhor coisa. Eu fui criada no meio do mato, pode-se dizer, né? Do mesmo jeito, eu queria criar os meus filhos. Ia ser muito bom para a gente ter uma terrinha, para a gente trabalhar dentro dela, investir. Seria ótimo! Bom mesmo. Eu queria plantar. Queria mexer com mandioca, com bananeira. Eu tenho vontade de ter um bananal. Eu tenho vontade. Assim a roça do milho, do feijão, do arroz, do bananal bem grande. Poder criar porco, galinha, tudo isso. Ter as minhas coisas plantadas para mim viver daquilo. Ter o feijão para vender, a galinha. Seria muito bom. É muito bom você chegar no final do mês e não precisar de comprar o feijão, nem o arroz. É bom. Seria bom por isso (RELATO DA ENTREVISTADA H, 2014).

Ai, meu Deus, é tanta coisa que eu penso. É um sonho alto. Ave Maria, nem vou te dizer porque você pode até cair dura com o tanto de coisa. [risos] Plantar feijão, arroz. Plantar tudo e tudo e tudo. Fazer uma casa bem bonita para mim morar lá dentro. Criar galinha. Eita, menina, quando amanhece o dia e a gente acorda jogando milho para aquele tanto de galinha. Aí eu grito: “Menino, vai buscar na roça aquela abóbora amarelinha. Menino, pega uma galinha para a gente jantar!” E o menino vai lá e pega. Mais é gostoso!!! Um arrozinho com uma abobra [sic] e uma galinha caipira... Rapaz, a gente sabendo que é lá da roça da gente é gostoso demais. É muito ruim morar neste tiquinho velho. Para mim, isso é pinico. É pinico. Tudo é cercado aí, oh. Se der vontade de pular, não pula. Se der vontade de correr, não corre. Se der vontade de soltar um grito, você não pode soltar o grito, porque os vizinhos há de ouvir. Eles falam: “Ali tem uma casa de louco”. E a gente dentro de uma terra que é da gente, rapaz, é bão demais (RELATO DA ENTREVISTADA G, 2014).

Muié [se dirigindo a entrevistadora], eu digo, se essa terra sair, o meu marido fica bem aí com essa officininha e eu vou para dentro com os meus filhos. Eu tenho coragem de enfrentar o batidão. Eu tenho certeza que, se nos ganhar essa terra, eu tenho certeza que vai vim com o que nos para a gente trabalhar lá dentro. Nos está dentro. Ave Maria, é meu sonho, se eu morrer e não morar numa terra minha, para mim trabalhar, quebrar coco e plantar, fazer o que eu tenho vontade, me soltar dentro, sabe? Eu tenho vontade que vem do coração. Faz tempo e faz muito tempo que tenha essa vontade (RELATO DA ENTREVISTADA F, 2014).

A partir dos relatos dos entrevistados sobre a perspectiva do futuro da Resex do Extremo Norte, pôde-se constatar que as famílias acreditam que, em um futuro próximo, o Estado regularizará a questão fundiária do território desta Unidade de Conservação e elas passarão a ter o direito garantido do uso deste espaço, o que também proporcionaria o fim dos conflitos entre extrativistas e fazendeiros. Nesse sentido, os entrevistados também acreditam que, se isso ocorrer realmente, dentro do território da UC haverá serviços de educação e saúde no(s) povoado(s) que se constituirá(ao) neste espaço. A fala do entrevistado que segue abaixo finaliza a discussão deste capítulo e resume a percepção das famílias sobre o que é necessário ao Estado fazer para que se resolva a situação da Reserva Extrativista do Extremo Norte: “O Governo tem que desapropriar a terra e dar para o povo. E aí a gente vai trabalhar e vai ficar muito feliz, porque é da gente. Não é não?!” (RELATO DA ENTREVISTADA C, 2014).

Portanto, diante do conjunto das transformações ocorridas na vida desta população tradicional em estudo a partir da criação da Resex do Extremo Norte, apresentado no Quadro 4, avalia-se que, se o processo de implantação desta política pública (Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins) fosse concluído, os extrativistas teriam mais benefícios, principalmente, o acesso à terra e aos seus recursos naturais. Como não foi concluído este processo, o que se percebe é que as famílias ainda convivem com os conflitos fundiários e ambientais, o que acarreta, conforme mencionado, principalmente, a restrição da extração do babaçu. Todavia, algumas políticas públicas como de habitação e transferência de renda são acessadas por esta população, o que proporciona que sejam beneficiados pelo fato da existência desta Unidade de Conservação, o que talvez possa ser considerado como um primeiro passo para a garantia de direitos dessa população estudada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões realizadas, acredita-se que a população tradicional que tem relação com esta Resex em estudo deveria ter o direito de uso deste território e dos seus recursos naturais (principalmente, o babaçu). Entretanto, a Resex do Extremo Norte tem 22 anos de existência e, até então, o Estado não havia regularizado a questão fundiária, o que resultou no fato de que as famílias das quebradeiras de coco não têm a garantia de extração do babaçu e, tampouco, o acesso a terra do território desta Unidade de Conservação.

Antes da criação da Resex, a população tradicional vivia do extrativismo do babaçu e de roçados. Com a criação desta Unidade de Conservação, os fazendeiros expulsaram as famílias que moravam dentro do território. Logo após a violenta expulsão, entraram com ação na justiça alegando a não existência de uma população que vivia do extrativismo do babaçu e solicitando a extinção do Decreto de criação deste território, pois, como havia diminuído consideravelmente o número de extrativistas, isso não justificaria que ocorresse a manutenção da Resex do Extremo Norte.

Percebe-se, então, que a não efetividade da atuação do Estado permitiu que as demandas existentes das populações tradicionais não fossem atendidas. A falta de proximidade, de regulamentação e de controle da Resex criou algo que existe formalmente, mas distante da realidade, segundo confirmou-se nos relatos desta pesquisa. Se, por um lado, após a criação da Reserva foram construídas casas de alvenaria e distribuídas entre algumas famílias que ali moravam, também foi implantada a Usina de Beneficiamento de Coco Babaçu dos Comunitários da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins (estratégia de comercialização para agregar valor na produção do babaçu e gerar renda às famílias beneficiárias da Reserva) e algumas famílias passaram a receber recursos financeiros do Programa Bolsa Verde. Por outro lado, intensificaram-se os conflitos entre fazendeiros e a população tradicional ali existente, levando à restrição, por parte dos fazendeiros, da extração do babaçu. Alguns fazendeiros ainda permitem a coleta do coco, entretanto, as dificuldades com o transporte fazem com que a quantidade extraída diminua bastante. A quebra nos babaçuais é totalmente proibida e as famílias têm de transportar os cocos inteiros, o que gera grandes volumes e custos com baixo retorno financeiro.

É importante enaltecer que a extração do babaçu é bastante relevante na vida desta população, uma vez que dele se obtém alimento, renda e, ainda, sua utilização na construção das casas ali existentes. Vale ressaltar ainda que, mesmo com as dificuldades impostas pelos fazendeiros, as famílias ainda continuam fazendo a extração do babaçu, porém em menor quantidade.

Desta maneira, o que se percebe é que esses anos de indefinição da efetivação da Resex do Extremo Norte têm trazido consigo diversos problemas, uma vez que a falta de regulamentação e fiscalização suficiente permite o aumento do desmatamento dos babaçuais para a expansão da pecuária. Além disso, deixa uma importante fonte de renda nas mãos dos fazendeiros em detrimento das famílias tradicionais. A fiscalização de cerca de 9.280 hectares é realizada por um único funcionário do ICMBio e isso acontece desde de 2007, pois antes não existia sequer algum servidor responsável pelos trabalhos nesta Unidade de Conservação. Já a regulamentação ineficaz se dá através da inexistência de regimento específico que delimite data, local e forma para o uso deste território. Outro fator relevante é a falta de conhecimento dos direitos adquiridos por parte da população tradicional, o que facilita a postergação da solução por parte dos fazendeiros interessados. Além disso, o apadrinhamento político destes fazendeiros faz com que o processo de desapropriação das terras não saia do papel. Por três oportunidades tentaram dar andamento ao processo de desapropriação e, em função de manobras dos interessados, tal processo foi paralisado.

A atuação do Estado é paradoxal, ora fica do lado dos fazendeiros e não resolve a regularização fundiária da área da Reserva, deixando de lado esta situação vivida pelos extrativistas, ora executa o papel de regulador do conflito, fiscaliza o território desta Unidade de Conservação e acua os fazendeiros com advertências e multas àqueles que não fazem o uso ambientalmente correto das propriedades. Percebe-se, por isso, que cabe ao Estado a resolução do conflito por ele enaltecido, decidindo, finalmente, qual a melhor posição a tomar. Ao persistir a indecisão vigente por parte do Estado, os entraves da solução estão diariamente se entranhando nos atores sociais envolvidos. Sejam nos fazendeiros, que diariamente investem em seus negócios (pecuária) nessa área, sejam nas populações tradicionais que veem o território perdendo seus babaçuais. Por isso, a demora por parte do Estado em resolver o conflito só o fortalece e dificulta sua definitiva solução.

Portanto, há necessidade de planejamento e execução da política pública ambiental (efetivação da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins) e, caso isso

não ocorra, há o risco de que a situação, indefinida como se encontra, possa modificar os hábitos e modos de vida dessa população tradicional, que vive, principalmente, do extrativismo do babaçu. Ademais, pode ser que, em um futuro próximo, não haja mais babaçuais neste local, em razão da expansão da pecuária nesta área da Reserva.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. 296 p.

ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: Editora UFPR, n. 18, p. 39-59, 2008.

ANDRADE, José Célio Silveira et al. **Conflitos sócio-ambientais**: análise da relação entre o complexo Costa do Sauípe e atores locais. 2007. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/dimensoes_socio_politicas/Jos e%20Celio%20Silveira%20Andrade.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/dimensoes_socio_politicas/Jos%20Celio%20Silveira%20Andrade.pdf)>. (Acesso em: 18/06/2013.)

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Na terra das palmeiras**: gênero, trabalho e identidades no universo de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. 2007. 160p. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BEHR, Miguel Von. Reserva Extrativista do Ciriaco, Mata Grande e Extremo Norte do Tocantins. In: MURRIETA, Júlio Ruiz; RUENDA, Manuel Pinzón. **Reservas Extrativistas**. Publicado pela: UICN, Gland, Suíça, Cambridge e Reino Unido, 1995.

BRASIL. **Bolsa Verde**: erradicar a extrema pobreza e conservar o meio ambiente. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Decreto nº. 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. (Acesso em: 10/01/2015.)

BRASIL. **Decreto nº. 535**, de 20 de maio de 1992. Cria a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins. Disponível em: <<http://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/113512/decreto-535-92>>. (Acesso em: 20/04/2014.)

BRASIL. **Decreto nº. 98.897**, de 20 de janeiro de 1990. Dispõe sobre as Reservas Extrativistas e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. (Acesso em: 29/11/2014.)

BRASIL. **Lei nº. 7.804**, de 18 de julho de 1989. Altera a Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei nº. 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei nº. 6.803, de 2 de julho de 1980, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7804.htm>. (Acesso em: 10/01/2015.)

BRASIL. **Lei nº. 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. (Acesso em: 29/11/2014.)

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CAMARGO, Lidiane. O banco da terra em Santa Catarina: da crítica às possibilidades. 2003. 102p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2003.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; COSTA, Edmundo Rodrigues. **Conflitos no campo** – Brasil 2014. CPT Nacional: Brasil, 2014.

CARVALHO, Maria do Socorro Normanha; COSTA, Andréa Cristina Thoma; PALMEIRA, João. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território Bico do Papagaio-TO**. Fundação Rondon; MDA. Relatório. 2006.

CASTILHO, Mariana Wiecko Volkmer de. **Documento Final da Caracterização da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2009. 108 p.

CAVALCANTI, Francisco Carlos da Silveira. **A política ambiental na Amazônia: um estudo sobre as reservas extrativas**. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Campinas, Campinas.

CITY BRASIL. **Região do Bico do Papagaio**. Disponível em: <http://www.citybrazil.com.br/to/microregiao_detalhe.php?micro=1>. (Acesso em: 29/05/2015.)

CUNHA, Cláudia Conceição; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Reservas Extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. **Revista Theomai**. Argentina, n. 20, p. 169-185, 2009.

DIAS, Luciene de Oliveira. **Mulheres de fibra:** as estratégias das quebradeiras de coco no Tocantins como um marco empírico para o desenvolvimento sustentável. 2005. 87p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas.

FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio:** Sete Barracas em busca de um elo. 2ª ed. Imperatriz: Ética Editora, 2000. 173p.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **O Instituto.** Disponível em: <<http://www.ICMBio.gov.br/portal/quem-somos/o-instituto.html>>. (Acesso em: 16/05/2014.)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Reservas Extrativistas.** Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org/uso-sustent%C3%A1vel/reserva-extrativista>>. (Acesso em: 01/06/2015.)

KOTSCHO, Ricardo. **O massacre dos posseiros:** conflito de terras no Araguaia-Tocantins. São Paulo: Brasiliense, 1981. 115 p.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. **Terra prometida:** uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 211p.

LITTLE, Paul Elliott. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. **A difícil sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p.107-122.

LOCATELLI, Selecina Henrique. **Plano Amazônia Sustentável:** uma nova concepção estatal de desenvolvimento para a Amazônia? 2009. 107p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília.

MARTINS, José de Sousa. Prefácio. In: KOTSCHO, Ricardo. **O massacre dos posseiros:** conflito de terras no Araguaia-Tocantins. São Paulo: Brasiliense, 1981. 115p.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis/RJ: Vozes, 1990. 185 p.

MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Sousa. **O massacre dos inocentes**: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Sousa. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. **Revista Tempo Social**. São Paulo, USP, n. 11, p. 97-128, 2000.

MATOS, Helaine Saraiva; CUNHA, Gabriela Bento; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes. Panorama dos conflitos e da violência no espaço agrário brasileiro de 1985-2014. **Conflitos no Campo – Brasil 2014**. CPT Nacional: Brasil, 2014, p. 68-75. 212p.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. O promissor Brasil dos assentamentos rurais. **Revista Proposta**, n. 77, p. 54-63, 1998.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Conflitos sociais no meio rural no Brasil contemporâneo. **Revista del observatório social da America Latina – OSAL**, ano 1, n. 2, p. 37-44, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. Rio de Janeiro: Unrisd, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. (Acesso em: 07/05/2015.)

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Programa Bolsa Verde**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde/item/9141>>. (Acesso em: 07/05/2015.)

NASCIMENTO, Daniel Trento; BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. Análise de conflitos socioambientais: atividades minerárias em comunidades rurais e Áreas de Proteção Ambiental (APA). **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: Editora UFPR, n. 22, p. 65-82, 2010.

OLIVEIRA FILHO, Marco Aurélio Maia Barbosa. A luta dos seringueiros e a criação das reservas extrativistas: os trabalhadores da borracha numa perspectiva histórica. **Revista Eletrônica Centro de Memória Operária e Popular**, 2012.

OLIVEIRA NETO, Thiago. Rodovia Transamazônica: falência de um grande projeto geopolítico. **Revista Geonorte**. Manaus, Editora UFAM, Edição Especial 3, v. 7, n. 1, p. 282-298, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, Gerson Alves de. **Os posseiros e a luta pela terra na região do Bico do Papagaio 1964-1985: modernização e tradição**. 2010. 172p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

PEREIRA, Airton dos Reis. Conflitos de terra e violência no sul do Pará (1975-1990). In: Encontro Nacional de História Oral, 10., 2010, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

PIZZIO, Alex. Reconhecimento e resiliência no cotidiano de quebradeiras de coco babaçu. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, Recife, v. 1, n. 20, 2014.

ROCHA, Maria Regina Teixeira da. **A rede socioeconômica do babaçu no Bico do Papagaio-TO: dinâmicas da relação sociedade-natureza e estratégias de reprodução social agroextrativista**. 2011. 270p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RUEDA, Rafael Pinzón. **Evolução histórica do extrativismo**. 2002. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/>>. (Acesso em: 29/11/2013.)

SABOURIN, Eric. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 151-184, 2008.

SANTOS, Gleyslally Ramos dos. Ribeirinhas na fronteira Cerrado/Amazônia: um estudo de paisagens na região do Bico do Papagaio-TO. In: **Geonordeste**, ano XXII, n. 2, p. 79-95, 2011.

SANTOS, Pollyana Martins. **Licenciamento, conflito e justiça ambiental:** uma análise a partir dos coletivos em Rede na Zona da Mata Mineira. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SEA). **Conceitos que definem classes sociais no Brasil.** Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/imprensa/sae-na-midia/veja-diferencas-entre-conceitos-que-definem-classes-sociais-no-brasil-g1-globo-com-em-20-08-2013/>>. (Acesso em: 13/06/2015.)

SOARES, Maria da Graça de Oliveira. **Do latifúndio à reforma agrária:** a diversidade social na construção do território – o caso do Projeto de Assentamento Santa Alice – Herval-RS. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

SOUZA, Gisele Elaine de Araújo Batista. **Reserva Extrativista Chico Mendes-AC:** os desafios de gestão (com)partilhada. 2010. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Relatório de auditoria sobre as Unidades de Conservação do Bioma Amazônia.** 2013. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/auditoria_tcu_uc_bioma_amazonia_2013.pdf>. (Acesso em: 30/11/2013.)

UFV/ICMBio. **Apoio ao processo de identificação das famílias beneficiárias e diagnóstico socioproductivo em Unidades de Conservação Federais.** Viçosa-Brasília, 2014.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária:** estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 178 p.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. Rev **SOCERJ/ Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro**. Setembro/outubro 2007. Disponível em: <http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf>. (Acesso em: 30/04/2014.)

VIANA, Cristine. **Conflitos socioambientais do Projeto de Integração do Rio São Francisco.** 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília.

YOHANNES, Liabeth. **The evolving importance of babassu (*Attalea speciosa*) to the livelihoods of the extractivist communities of Extremo Norte Extractive Reserve, Brazil.** 2013. 55p. Dissertação (MS Sustainable Development and Conservation Biology MPP Environmental Policy) – College Park, University of Maryland, Baltimore, EUA.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:

Idade:

Comunidade:

- 1- Como foi o processo de criação da Resex do Extremo Norte?
- 2- Quem foram as pessoas que participaram do processo de criação da Resex?
- 3- Como era a vida de sua família antes da criação da Resex em relação à economia, renda, moradia, educação, saúde, meio ambiente, infraestrutura, lazer, organização social e meios de transporte e de comunicação?
- 4- Como é o cotidiano da sua família hoje em relação à economia, renda, moradia, educação, saúde, meio ambiente, infraestrutura, lazer, organização social e meios de transporte e de comunicação?
- 5- O que melhorou na sua vida após a criação da Resex?
- 6- O que piorou na sua vida após a criação da Resex?
- 7- Qual o significado da criação da Resex para o(a) senhor(a)?
- 8- Quais são os problemas relacionados com a Resex e que afetam a vida da sua família? Como deveriam ser resolvidos esses problemas?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1ª via fica com o morador da Reserva Extrativista); 2ª via fica com a estudante

Depois que a estudante de mestrado em Extensão Rural, da Universidade Federal de Viçosa, Dayane Rouse Neves Sousa, me explicou os objetivos do projeto de pesquisa, registrado naquela Universidade e intitulado “Transformações na vida das populações tradicionais a partir da criação da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins”, aceito ceder entrevista e autorizo o uso das informações corretas que vou prestar na redação de seu trabalho de pesquisa. Este estudo pretende analisar as transformações ocorridas na vida das populações tradicionais a partir da criação da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins. A estudante garante que meu nome e de meus familiares não serão revelados nos trabalhos e nos documentos que irá escrever. Além disso, fui informado que os depoimentos serão colhidos junto aos mais diversos moradores da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins. Assim, autorizo também a realização de fotos do ambiente onde vivo e de condições de moradia, sem que exponham a mim ou minha família a qualquer tipo de constrangimento. Além da entrevista, a estudante estará conosco observando nosso dia a dia e anotar, em seu caderno, aspectos importantes de nossa vida e que esclareçam sua pesquisa. Também poderei ser convidado(a) a participar de reuniões na Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (ARENT) para realizar algumas técnicas de grupo para debate de assuntos do nosso interesse e de interesse da estudante. Fui informado que, caso sinta, de alguma forma, invasão da minha privacidade, poderei recusar a participação na pesquisa, a qualquer momento, sem nenhum constrangimento ou necessidade de explicação. Além disso, mesmo depois de concluído o estudo, quando da divulgação de seus resultados, se houver alguma exposição de informações indevidas ou se eu precisar de qualquer esclarecimento, poderei recorrer ao CEP para localizar os pesquisadores, por meio do endereço citado abaixo. Neste caso, os pesquisadores se comprometem em tomar as devidas providências caso este trabalho me ofereça os riscos acima apresentados. Contudo, espero que o estudo traga benefícios no que dizem respeito à possibilidade de, ao conhecermos as respectivas realidades das condições de vida das populações tradicionais que moram na Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins, sejam traçadas novas alternativas para o tratamento das questões que envolvem este estudo, tendo por princípio o respeito aos direitos de cada cidadão e de sua dignidade humana. Conforme foi dito, também foi acertado que seu estudo será divulgado em diversos lugares para ajudar as populações tradicionais na conquista de melhores condições de vida. Além disso, uma via deste termo fica comigo e outra com a estudante, assim como uma cópia de seu trabalho será entregue para a ARENT e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão gestor da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins.

Assim, se eu tiver dúvidas relacionadas a questões éticas da pesquisa, durante ou depois da pesquisa, poderei entrar em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV**, Campus Viçosa. Prédio Arthur Bernardes, subsolo. Pelo telefone: (31)3899-2492 ou pelo correio eletrônico: cep@ufv.br

Assinatura ou digital do morador da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins

Dayane Rouse Neves Sousa
(Estudante do Mestrado em Extensão Rural – UFV/MG)

ANEXOS

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DO ICMBIO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO NA RESEX DO EXTREMO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 46114-1	Data da Emissão: 30/07/2014 08:27	Data para Revalidação*: 28/08/2016
* De acordo com o art. 33 da IN 154/2009, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Dayane Rouse Neves Sousa	CPF: 084.173.988-83
Título do Projeto: Transformações na vida das populações tradicionais a partir da criação da Resex do Extremo Norte do estado do Tocantins	
Nome da Instituição: UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	CNPJ: 25.944.455/0001-88

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Pesquisa de campo	06/2014	10/2014
2	Organizar e sistematizar os dados coletados	10/2014	11/2014
3	Escrever a dissertação	11/2014	03/2015
4	Leitura complementar	01/2015	10/2015
5	Defesa da dissertação	03/2015	03/2015

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo ocorridas por pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes de cultura nativa e cultura popular, presente e passado, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe de necessidade de obter as anulações previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, possessor ou morador da área dentro das limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa IBAMA nº 154/2009 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou exportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros de sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos, e empregar sempre de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da vigência da legislação vigente, ou quando de inadequação, omissão ou falta descrição de informações relevantes que subsidiarem a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBIO e o material biológico coletado apreendido nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospeção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/ogen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso de infra-estrutura da unidade.

Outras ressalvas

1	Confirmar as datas das atividades de campo no email: ino.oliveira@icmbio.gov.br
---	---

Equipe

#	Nome	Função	CPF	Doc. Identidade	Nacionalidade
1	Marcos Laís Honorato de Oliveira	professor/autorizador	775.687.268-03	m.775687268-03	Brasileira

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		TO	RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS	UC Federal

ANEXO B – REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO COM A LOCALIZAÇÃO DOS SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS



Fonte: City Brasil, 2015.